



# Revista ALPHA

Revista do Centro Universitário de Patos de Minas

Vol. 22, n. 2, ago./dez. 2021

ISSN 2448-1548



---

Revista do Centro Universitário de Patos de Minas

**UNIPAM | Centro Universitário de Patos de Minas**

**Reitor**

*Henrique Carivaldo de Miranda Neto*

**Pró-reitora de Ensino, Pesquisa e Extensão**

*Maria Marta do Couto Pereira Rodrigues*

**Pró-reitor de Planejamento, Administração e Finanças**

*Renato Borges Fernandes*

**Coordenadora de Extensão**

*Adriana de Lanna Malta Tredezini*

**Diretora de Graduação**

*Mônica Soares de Araújo Guimarães*

**Coordenador do Núcleo de Editoria e Publicações**

*Geovane Fernandes Caixeta*

A **Revista ALPHA** é uma publicação semestral dos cursos de História, Pedagogia e Letras, do Centro Universitário de Patos de Minas. Coordenador dos cursos de Pedagogia e História: Marcos Antônio Caixeta Rassi. Coordenadora do curso de Letras: Mônica Soares de Araújo Guimarães.

Capa | recorte de *O beijo de Judas*, de Giotto di Bondone – afresco pintado cerca de 1304-1306.

Catálogo na Fonte  
Biblioteca Central do UNIPAM

---

R454 Revista ALPHA [recurso eletrônico] / Centro Universitário de Patos de Minas. – Dados eletrônicos. – Vol. 1, n.1 (nov. 2000)-. – Patos de Minas : UNIPAM, 2000-

Anual: 2000-2015. Semestral: 2016-  
Disponível em: <<https://revistas.unipam.edu.br>>  
ISSN 1518-6792 (impresso)  
ISSN 2448-1548 (on-line)

1. Cultura – periódicos. I. Centro Universitário de Patos de Minas. II. Título.

CDD 056.9

# ALPHA

---

Revista do Centro Universitário de Patos de Minas

ISSN 2448-1548

Volume 22, número 2, ago./dez. 2021

Patos de Minas: Alpha, UNIPAM, v. 22, n. 2, ago./dez. 2021: 1-108



Centro Universitário de Patos de Minas



Núcleo de Editoria e Publicações

**Alpha © Revista do Centro Universitário de Patos de Minas**  
**<https://revistas.unipam.edu.br/index.php/revistaalpha>**  
**E-mail: revistaalpha@unipam.edu.br**

**Editor responsável**

Geovane Fernandes Caixeta

**Conselho Editorial Interno**

Carlos Roberto da Silva (UNIPAM)  
Carolina da Cunha Reedijk (UNIPAM)  
Elizene Sebastiana de Oliveira Nunes (UNIPAM)  
Geovane Fernandes Caixeta (UNIPAM)  
Gisele Carvalho de Araújo Caixeta (UNIPAM)  
Luís André Nepomuceno (UNIPAM)  
Mônica Soares de Araújo Guimarães (UNIPAM)

**Conselho Consultivo**

Agenor Gonzaga dos Santos (UNIPAM)  
Ana Cristina Santos Peixoto (Universidade Federal do Sul da Bahia)  
Bruna Pereira Caixeta (Sagah Soluções)  
Carlos Alberto Pasero (Universidad de Buenos Aires)  
Eliane Mara Silveira (Universidade Federal de Uberlândia)  
Elaine Cristina Cintra (Universidade Federal de Uberlândia)  
Erislane Rodrigues Ribeiro (Universidade Federal de Goiás)  
Fábio Figueiredo Camargo (Universidade Federal de Uberlândia)  
Hélder Sousa Santos (Instituto Federal do Triângulo Mineiro)  
Helena Maria Ferreira (Universidade Federal de Lavras)  
João Bosco Cabral dos Santos (Universidade Federal de Uberlândia)  
José Olímpio de Magalhães (Universidade Federal de Minas Gerais)  
Manuel Ferro (Universidade de Coimbra)  
Maria Aparecida Barbosa (Universidade Federal de Santa Catarina)  
Maria do Carmo Viegas (Universidade Federal de Minas Gerais)  
Maria José Gnatta Dalcuche Foltran (Universidade Federal do Paraná)  
Mateus Emerson de Souza Miranda (Universidade Federal de Minas Gerais)  
Roberta Guimarães Franco Faria de Assis (Universidade Federal de Lavras)  
Silvana Capelari Orsolin (Centro Universitário de Patos de Minas)  
Silvana Maria Pessoa de Oliveira (Universidade Federal de Minas Gerais)  
Sueli Maria Coelho (Universidade Federal de Minas Gerais)  
Susana Ramos Ventura (Universidade Federal de São Paulo/ Campus Guarulhos)  
Teresa Cristina Wachowicz (Universidade Federal do Paraná)

**Revisão**

Geovane Fernandes Caixeta  
Mônica Soares de Araújo Guimarães

**Diagramação**

Lorrany Lima Silva

## EDITORIAL

Com prazer, entregamos mais este número da *Revista Alpha* aos nossos leitores. Um conjunto de textos de temáticas, de vieses e de objetivos diversos compõe esta edição. Considerando as ideias do filósofo da linguagem Mikhail Bakhtin, podemos dizer que esta edição é uma “arena” em que múltiplos discursos se cruzam e se entrecruzam.

No primeiro texto – *O infinitivo pessoal no castelhano de Portugal* –, o autor Antonio Luiz Gubert apresenta um dos fenômenos linguísticos que caracterizam o chamado “Castelhano de Portugal”: o uso do infinitivo pessoal em textos em castelhano. No texto seguinte – *A designação de ditadura em dicionários on-line* –, o autor Gabriel Reis Moraes Machiaveli investiga os verbetes “ditadura” e “militar” em dicionários on-line com base não no conteúdo normativo, mas conforme enunciados tomados na história.

No terceiro texto – *Santiago, de salao a mártir: as transformações do ethos em “O velho e o mar”, de Ernest Hemingway* –, o autor Samuel Caetano Costa Pereira busca compreender a transformação do *ethos* de Santiago, o protagonista de “O velho e o mar”, de Ernest Hemingway (2012); essa transformação, na perspectiva do pesquisador, é determinante na compreensão da obra e garante a ela sua magnitude literária. Na sequência, no texto *Uma reflexão sobre o papel de Judas Iscariotes na poesia de José Saramago*, o autor Rodrigo Conçole Lage estuda o modo como o escritor português José Saramago elabora uma releitura da Bíblia, examinando o modo como Saramago trabalhou a figura do apóstolo Judas no poema homônimo.

No quinto texto – *Os romances distópicos de H. G. Wells: 1895-1898* – os autores Michael Scheidt e Luís André Nepomuceno buscam explicar a relação entre literatura e ficção científica, com enfoque na literatura distópica de Wells, a qual abrange tanto a sociedade de sua época, quanto a dos dias de hoje. No próximo texto – *Aproximações entre passado e presente: o processo de luta pelo reconhecimento dos ofícios tradicionais de cura* –, a autora Érica Karina Silva examina o processo de luta pelo reconhecimento dos ofícios tradicionais de cura, bem como a articulação do Movimento Aprendizes da Sabedoria (MASA), em prol da legitimação dos direitos de seus praticantes na região Centro-Sul do Paraná, com enfoque para o município de Rebouças, o primeiro no Brasil a oficializar as práticas de cura.

No sétimo texto – *Modernidade, Colonialidade e Guerra: conceitos para discussão das relações entre Estado e Sociedade no Brasil* –, o autor André Ricardo Barbosa Duarte explica como a violência social e a política estão associadas a uma hierarquia epistêmica eurocêntrica construída na América Latina a partir da colonização, discutindo as relações entre o Estado e os grupos étnicos (europeus, afro-descendentes e indígenas) a partir do processo histórico do Brasil.

O último texto, que é uma resenha a respeito do livro *Atos e entreatos de uma história*, de Consuelo Nepomuceno, o resenhista Roberto Carlos dos Santos considera tal obra como um registro histórico e como uma fonte primária para futuros pesquisadores, no âmbito das artes, da história e da literatura. Segundo o resenhista, Consuelo Nepomuceno devota a “própria vida inteiramente ao universo teatral com a certeza de que isso é o que importa em grande medida”.

Esperamos que os textos desta edição possam contribuir para a formação ininterrupta de nossos leitores – refutando, confirmando, antecipando respostas e objeções potenciais e procurando apoio, em conformidade com o posicionamento de Bakhtin a respeito da constituição e da circulação de textos. Que as vozes desta edição possam interferir na produção e na recepção dos textos de outrem!

GEOVANE FERNANDES CAIXETA  
Editor da *Revista Alpha*

## SUMÁRIO

|   |            |
|---|------------|
| <b>O infinitivo pessoal no castelhano de Portugal.....</b>  | <b>09</b>  |
| Antonio Luiz Gubert   |            |
| <b>A designação de ditadura em dicionários on-line.....</b>   | <b>25</b>  |
| Gabriel Reis Moraes Machiaveli  |            |
| <b>Santiago, de <i>salao</i> a mártir: as transformações do <i>ethos</i> em “O velho e o mar”, de Ernest Hemingway.....</b> | <b>43</b>  |
| Samuel Caetano Costa Pereira  |            |
| <b>Uma reflexão sobre o papel de Judas Iscariotes na poesia de José Saramago.....</b>                                       | <b>56</b>  |
| Rodrigo Conçole Lage  |            |
| <b>Os romances distópicos de H. G. Wells: 1895-1898.....</b>  | <b>72</b>  |
| Michael Scheidt   |            |
| Luís André Nepomuceno   |            |
| <b>Aproximações entre passado e presente: o processo de luta pelo reconhecimento dos ofícios tradicionais de cura.....</b>  | <b>86</b>  |
| Érica Karina Silva  |            |
| <b>Modernidade, Colonialidade e Guerra: conceitos para discussão das relações entre Estado e Sociedade no Brasil.....</b>   | <b>96</b>  |
| André Ricardo Barbosa Duarte  |            |
| <b>Resenha: <i>Atos e entreatos de uma história</i>, de Consuelo Nepomuceno.....</b>  | <b>103</b> |
| Roberto Carlos dos Santos   |            |



# O infinitivo pessoal no castelhano de Portugal

*The personal infinitive in the Spanish from Portugal*

ANTONIO LUIZ GUBERT

Doutor em Letras. Professor no Instituto Federal de Santa Catarina

E-mail: [antoniogubert@gmail.com](mailto:antoniogubert@gmail.com)

---

**Resumo:** Este artigo tem como objetivo apresentar um dos fenômenos linguísticos que caracterizam o chamado “Castelhano de Portugal” – o uso infinitivo pessoal em textos em castelhano. Para tanto, serão apresentados dados coletados em textos de escritores bilíngues português/castelhano no tempo correspondente à monarquia dual (Portugal e Espanha sob governo do mesmo rei), ou seja, de 1580 e até 1640. Os resultados encontrados foram de apenas 16 ocorrências de infinitivo com marcação morfológica (1%), contra 1935 de infinitivo sem marcação (99%), em um *corpus* total de 1951 dados. O infinitivo flexionado, então, não é o melhor fenômeno linguístico para explicar o período do bilinguismo luso-castelhano, ao contrário do que se pensou antes do início da análise dos dados.

**Palavras-chave:** Castelhano de Portugal. Infinitivo flexionado. Sociolinguística.

**Abstract:** This article aims to present one of the linguistic phenomena that characterize the so-called “Castilian Portuguese” - the “personal infinitive” use in texts in Spanish/Castilian. For this purpose, data collected from texts by bilingual Portuguese/Castilian writers will be presented at the time corresponding to the dual monarchy (Portugal and Spain under the same king), that is, from 1580 to 1640. The results found were only 16 occurrences of infinitive with morphological markings (1%), against 1935 with unmarked infinitive (99%), in a total corpus of 1951 data. The inflected infinitive, then, is not the best linguistic phenomenon to explain the period of Portuguese-Castilian bilingualism, contrary to what was thought before the beginning of data analysis.

**Keywords:** Castilian Portuguese. Inflected infinitive. Sociolinguistics.

---

## 1 INTRODUÇÃO

O período conhecido como União Ibérica (1580-1640) é, sem dúvida, um dos momentos mais conturbados na história política e linguística de Portugal. Por conta de crises na sucessão dinástica portuguesa e por critérios de sucessão baseados em parentesco, Portugal passou a ser governado pelo mesmo rei da Espanha, Filipe II, um dos próximos na linha de sucessão. Após disputa com outros dois sucessores de igual parentesco, Filipe II da Espanha assume o poder e dá início à Terceira Dinastia – a Dinastia de Habsburgo<sup>1</sup>, que perdurará até o golpe de 1640, quando Filipe III de Portugal, IV da Espanha, é deposto<sup>2</sup>.

---

<sup>1</sup> Também conhecida como Dinastia Filipina, Dinastia dos Áustrias ou Dinastia de Espanha.

As implicações políticas desta monarquia dual foram muito marcantes para Portugal. Com relação à língua, foram ainda maiores. Se o rei fala espanhol, o povo deve falar espanhol. Pelo menos era este o sentimento de muitos portugueses na época da União Ibérica.

A influência do espanhol na vida dos portugueses, no entanto, é anterior ao governo filipino. Muitos tratados e acordos de casamentos já tinham sido feitos entre os países e o espanhol já gozava de certo prestígio social, mesmo em terras lusitanas.

Diante dessa reconfiguração linguística pela qual passava Portugal, os escritores começaram a escrever suas obras também em língua castelhana, mesmo os que não a estudaram em níveis satisfatórios. Na verdade, a língua que estavam utilizando não era exatamente o castelhano, mas sim uma mescla de castelhano e português, o “castelhano de Portugal”, *objeto* deste estudo.

Neste artigo, pretende-se descrever um dos fenômenos linguísticos que caracterizam o referido castelhano de Portugal, partindo de uma análise contrastiva entre os sistemas estruturais do português e o espanhol em uso pelos escritores portugueses bilíngues da época.

A hipótese geral é de que o castelhano de Portugal é fruto de variação por contato de línguas, por conta da transposição das regras do português sobre as regras do espanhol, caracterizando *interferência linguística*.

## 2 BASES TEÓRICAS

A Teoria Sociolinguística ou Teoria da Variação surge na década de 60 nos Estados Unidos como ruptura dos preceitos teóricos e metodológicos adotados até então pelos linguistas de formação estruturalista e/ou gerativista, que não consideravam a diversidade como elemento presente na gênese das línguas.

Mesmo antes de 1960, alguns linguistas já demonstravam afeição aos ideais da Sociolinguística, apesar de estarem filiados a outras correntes teóricas.

Conforme cita Labov ([1972] 2008, p. 345), o primeiro estudo em que os fatores sociais foram levados em consideração foi o de Gauchat em 1905, sobre a variabilidade do dialeto falado na comunidade de Charmey, na Suíça. Nesse estudo, foi verificada a existência de mudança em progresso e o papel das mulheres na mudança, através da análise da fala de três gerações. Hermann, em 1929, estuda a mesma comunidade de fala e ratifica os resultados obtidos por Gauchat.

Outros autores do século XX também já defendiam o pressuposto da língua como social, precedendo Labov. É o caso de Meillet, Marr e Bakhtin.

O linguista Antoine Meillet, de formação estruturalista e possível seguidor de Saussure, já enfatizava em seus textos o caráter social e evolutivo da língua. Meillet

---

<sup>2</sup> Importante considerar que, na história da Espanha, outros Filipes também ocuparam o posto de Rei. É o caso de Felipe I de Castela (Dinastia de Transtâmara), que governou desde 26 de novembro de 1504 a 25 de setembro de 1506; Filipe V (Dinastia de Bourbon), que governou desde 15 de novembro de 1700 a 14 de janeiro de 1724, tendo abdicado do primeiro reinado, reassumindo em 31 de agosto de 1724 até 9 de julho de 1746; e Filipe VI (Dinastia Bourbon, restaurada pela 3ª vez), que governa desde 19 de junho de 2014 até os dias atuais.

(1921<sup>3</sup>, *apud* CALVET, 2002, p. 16) considera a linguística como ciência social, pelo fato de a língua ser uma instituição social, e sendo as variações da língua consequências da mudança social. Portanto, do ponto de vista do autor, toda e qualquer variação é motivada estritamente por fatores sociais. Comparado a Saussure, Meillet explica a estrutura linguística por meio de fatores históricos e sociais, enquanto que Saussure elabora um modelo abstrato de sistema de signos (a *langue*).

Na mesma época, surge outra abordagem social para a língua, baseada na corrente marxista. Em 1894, o genro de Marx, Paul Lafargue, publica um estudo sobre o vocabulário antes e depois da Revolução Francesa, mostrando que a língua mudou consideravelmente após este período em decorrência dos fatos políticos. “A língua clássica caiu com a monarquia feudal; a língua românica nascida na tribuna das assembleias parlamentares durará enquanto durar o governo parlamentar” (LAFARGUE, 1894<sup>4</sup>, *apud* CALVET, 2002, p. 18).

Posteriormente, na União Soviética, o linguista Nicolai Marr (1864-1934)<sup>5</sup>, citado por Calvet (*idem, ibidem*), propõe que todas as línguas do mundo têm uma origem comum. Marr acredita que a ascensão do socialismo deveria provocar a aparição de uma única língua, conforme a ideia de que as línguas refletem a luta de classes. Os estágios da língua corresponderiam aos estágios da sociedade; e, se o socialismo busca igualdade, a língua deve atender a este propósito. Neste sentido, Marr defendia uma língua de uso mundial, mesmo que artificial, como o esperanto. Os pensamentos marristas foram elevados ao *status* de oficiais na URSS e perduraram até por volta de 1950, mesmo depois da morte de Marr e por imposição de Stalin.

No mesmo cenário soviético, despontam as ideias de Mikhail Bakhtin (1895-1975), defendendo um enfoque da língua na interação verbal historicamente contextualizada, criticando Saussure e Freud. Na visão do autor, as palavras não são neutras nem imutáveis: é no contexto de uso real que é atribuído o valor ao falante. “Conforme a língua, conforme a época ou grupos sociais, conforme o contexto presente tal ou qual objetivo específico, vê-se dominar ora uma forma, ora outra, ora uma variante, ora outra” (BAKHTIN, 1988, p. 147).

Portanto, é no início do século XX que despontam as ideias de língua como social, após um longo período de predominância do estruturalismo como corrente ideológica.

Importante considerar também o desenvolvimento de um pacote computacional com fins estatísticos específicos para a análise de regras variáveis. O Pacote Varbrul (*variable rules [analysis]*) segue os preceitos teóricos de Labov com implementação matemática, desenvolvido por Henrietta Cedergren e David Sankoff, em 1974. Os resultados apresentados pelo sistema expressam, por meio de números, as possibilidades de ocorrência de determinadas variáveis nos contextos linguísticos em

---

<sup>3</sup> MEILLET, A. *Linguistique historique et linguistique générale*. Paris: La Société de Linguistique de Paris, 1921.

<sup>4</sup> LAFARGUE, P. *La langue française avant et après la Révolution*. [1894] Reprint in Calvet L.-J.: *Marxisme et linguistique*. Paris: Payot, 1977, p. 77-144.

<sup>5</sup> MARR, N. I. *Le langage et la modernité*. In.: GADET, F., GAYMAN, J. M., MIGNOT, Y. Mignot & ROUDINESC, E. *Les maîtres de la langue*. Paris: Librairie François Maspero, 1979.

estudo. Depois, o pacote foi aperfeiçoado, recebendo interface melhorada e métodos de cálculo mais rápidos e eficazes. O GoldVarb Lion e o GoldVarb X são as versões mais atuais do pacote, datadas de 2012, (o primeiro para o sistema Macintosh e o segundo para Windows), desenvolvidas por Sankoff, Tagliamonte & Smith, no Departamento de Linguística da Universidade de Toronto, e no Departamento de Matemática da Universidade de Ottawa.

## 2.2 LÍNGUAS EM CONTATO

A nomenclatura mais usual para esta área de estudo é *línguas em contato*, pela ocorrência do termo nos estudos de Weinreich ([1953] 1979). Contudo, encontra-se na literatura outras designações para a disciplina, como *contato de línguas*, *línguas de contato* e/ou *língua resultante de contato = mista* (COUTO, 2007, p. 283). Couto justifica sua preferência pelo uso de *contato de línguas*, por considerar que *línguas em contato* designa algo estático e parte inerente do conceito de *contato de línguas*.

**Contato de línguas** é um processo, portanto, não pode ser encarado como se tratasse apenas de línguas em contato. Do contrário, estaríamos pensando em duas línguas que estão em contato [...]. Quanto a “línguas em contato”, é mais uma subdivisão de “contato de línguas”, como é o caso de duas ou mais línguas que convivem em um mesmo território ou em tempos contíguos<sup>6</sup> (COUTO, 2007, p. 283).

Neste estudo, que trata da análise de uma situação em que duas línguas mantêm relações por conta da proximidade territorial em que se inserem e pelas forças políticas e ideológicas que motivam a escolha por uma ou outra, será utilizado o termo *línguas em contato*, comungando com os usos do termo em Weinreich ([1953] 1979).

### 2.2.1 Interferência

No início dos estudos sobre contato de línguas, o termo *interferência* era empregado para explicar *todos* os problemas gerados pelo contato bilíngue, sendo esses problemas vistos a partir de uma ideia negativa, como *erro*.

Weinreich ([1953] 1979, p. 1, tradução nossa) define *interferências* como “instâncias de desvio das normas de uma das línguas que ocorrem na fala de bilíngues como resultado da familiaridade com mais de uma língua”<sup>7</sup>. Para o autor, há interferência quando o bilíngue identifica um fenômeno do sistema secundário como pertencente ao sistema primário e, ao reproduzi-lo, se sujeita às regras do sistema primário (WEINREICH, [1953] 1979, p. 14). Considerar o fenômeno como *desvio* é atribuir-lhe aspecto negativo e prototípico de falantes com baixa proficiência na língua.

Atualmente, o termo é entendido sob outra perspectiva, que está mais ligada com *aquisição de línguas* do que propriamente com *contato de línguas*. McLaughlin, por

---

<sup>6</sup> Grifos do autor.

<sup>7</sup> Tradução para: “instances of deviation from the norms of either language which occur in the speech of bilinguals as a result of familiarity with more than one language”.

exemplo, define interferência como “erros que ocorrem no aprendizado de uma segunda língua (B) que refletem a aquisição da língua anterior (A) e que não são encontrados no desenvolvimento daqueles que adquirem esta língua (B) como língua materna”<sup>8</sup> (McLAUGHLIN, 1984, p. 66, tradução nossa).

Nessa visão, a interferência reside na aplicação de regras da língua de maior proficiência do falante sob os padrões da língua em fase de aprendizado. A interferência poderia ocorrer, então, tanto com crianças em contexto de convívio bilíngue, como em falantes em estágio inicial de aprendizado de uma segunda língua, perdurando até o estágio da proficiência na segunda língua.

A interferência, portanto, não é vista como *erro*, mas sim como um processo natural do aprendizado. McLaughlin, inclusive, afirma que os mesmos desvios cometidos na aquisição da segunda língua são semelhantes àqueles cometidos durante o aprendizado da língua materna.

Exemplificando o fenômeno, a seguir serão apresentados casos de interferência no nível sintático e lexical, encontrado no discurso de aprendizes de espanhol que tem como língua materna o português:

- (1) *Yo gusto de galletitas.* (ELIZAINCÍN, 1992, p. 133)  
Quando deveria ser: *A mí me gustan galletitas.*  
Para: Eu gosto de biscoitinhos.

O resultado é um enunciado agramatical, com características das regras da língua materna (a qual o falante domina com maior habilidade) aplicadas na língua em fase de aprendizado. O mesmo ocorre no próximo exemplo, em que há problemas de colocação pronominal. Além disso, há confusão na concordância do pronome demonstrativo com o vocábulo heterogênico *dolor*, substantivo masculino no espanhol, correspondente à *dor*, substantivo feminino, no português:

- (2) *... quedó se con algunas dolores.* (TORIJANO, 2008, p. 249)  
Quando deveria ser: *... se quedó con algunos dolores.*  
Para: ... ficou com algumas dores.

Como exemplo de interferências no nível lexical, encontra-se construções como a seguinte, em que o aprendiz utiliza o artigo neutro *lo* do espanhol ao invés do artigo determinado *el*:

- (3) *Lo libro era realmente muy bueno.* (DURÃO, 2005, p. 142)  
Quando deveria ser: *El libro era realmente muy bueno.*  
Para: O livro era realmente muito bom

---

<sup>8</sup> Do original: “errors that occur in the learning of a second language (B) that reflect the acquisition of a previous language (A) and that are not found in the normal development of those who acquire that language (B) as a first language”.

Mais um exemplo em que é gerada agramaticalidade por conta de interferência. Nesse caso, há uso equivocado do artigo neutro *lo* do espanhol, motivado pela semelhança acústica com o artigo definido *o* do português. No português, inclusive, não existe artigo neutro.

### 3 O FENÔMENO LINGUÍSTICO EM ESTUDO

O infinitivo é uma das três formas nominais do verbo, aquela que pode funcionar como um substantivo, como no caso da construção “o amanhacer”. As outras duas formas nominais são o gerúndio, que pode funcionar como advérbio, como na locução “em se plantando”, e o particípio, que pode executar a função de adjetivo, como em “água fervida”.

Nesse sentido, pode-se considerar o infinitivo, quanto à sua natureza categorial, como sendo um híbrido, justamente pela possibilidade de este atuar como verbo ou como um nome. Essa característica categorial mista é que lhe permite realizar a função de sujeito ou necessitar de um morfema para lhe atribuir número e pessoa. Sendo substantivo, pode levar complementos nominais, como os artigos; e, como verbo, pode selecionar argumentos, como os complementos diretos. Já quando são infinitivos verbais, normalmente dependem de outra oração, a qual complementam, numa relação de dependência argumental.

Uma das diferenças estruturais mais significativas entre o português e o espanhol está na ausência/presença do chamado *infinitivo flexionado* como parte de suas gramáticas (cf. TEYSSIER, 2005, entre outros). Em português, há um infinitivo com marcas próprias de número e pessoa, o que lhe confere estatuto peculiar frente não apenas do espanhol, mas também diante dos demais idiomas provindos de línguas românicas, as quais não dispõem deste recurso linguístico, com exceção apenas do napolitano (cf. MAURER JR. 1968, p. 2).

Quanto ao uso do infinitivo flexionado, Vázquez Cuesta y Luz (1971, p. 212, vol. II) destacam que é um dos pontos mais complexos de se compreender da gramática portuguesa, já que a escolha entre o flexionado e o não flexionado está diretamente relacionada às intenções estilísticas<sup>9</sup> do autor, que pode ressaltar ou não o sujeito, para evitar ambiguidade ou por ênfase. Ainda, Melo (1981, p. 116) afirma que o infinitivo flexionado é o mais importante idiomatismo morfológico e sintático da língua portuguesa.

A terminologia *infinitivo flexionado* pressupõe uma marcação morfológica explícita de número e pessoa, pelo acréscimo de desinências ao radical-infinitivo. Desse modo ter-se-ia, para formas verbais simples e compostas, a seguinte conjugação:

---

<sup>9</sup> No decorrer deste trabalho, será possível verificar que há outros critérios em jogo quando da opção pelo infinitivo flexionado, considerando também aspectos morfossintáticos e pragmáticos.

**Quadro 1:** Desinências do infinitivo flexionado – verbos regulares<sup>10</sup>

| INFINITIVO FLEXIONADO |  |         |              |
|-----------------------|--|---------|--------------|
| - (r)                 | [eu]                                       | amar    | ter amado    |
| - (r)es               | [tu]                                       | amares  | teres amado  |
| - (r)                 | [(ele/a), (você, o/a senhor/a), (a gente)] | amar    | ter amado    |
| - (r)mos              | [nós]                                      | amarmos | termos amado |
| - (r)des              | [vós]                                      | amardes | terdes amado |
| - (r)em               | [(eles/as), (vocês)]                       | amarem  | terem amado  |

Fonte: dados de pesquisa, 2021.

Note-se que não há marcação morfológica explícita para a 1<sup>a</sup> e as 3<sup>as</sup> pessoas do singular. Cabe ressaltar também que a conjugação do infinitivo flexionado costuma ser confundida com a do futuro do subjuntivo, que apresenta formas homógrafas às citadas anteriormente quando o verbo em questão for regular. Nos verbos irregulares, as desinências são as mesmas, mas agora são acrescentadas a um radical diferente da estrutura infinitiva:

**Quadro 2:** Conjugação do futuro do subjuntivo – verbos amar e querer<sup>11</sup>

| FUTURO DO SUBJUNTIVO |                                      |         |                  |
|----------------------|--------------------------------------|---------|------------------|
| - (r)                | [eu]                                 | amar    | <u>quiser</u>    |
| - (r)es              | [tu]                                 | amares  | <u>quiseres</u>  |
| - (r)                | [ele/a, você, o/a senhor/a, a gente] | amar    | <u>quiser</u>    |
| - (r)mos             | [nós]                                | amarmos | <u>quisermos</u> |
| - (r)des             | [vós]                                | amardes | <u>quiserdes</u> |
| - (r)em              | [eles, vocês]                        | amarem  | <u>quiserem</u>  |

Fonte: autoria própria, 2021.

No caso do espanhol, o infinitivo flexionado não existe nem existiu em outros tempos<sup>12</sup>. Conforme Enríquez (2011, p. 63), o fato de o espanhol não dispor de um infinitivo flexionado não elimina a possibilidade de que haja na língua um infinitivo pessoal. Ou seja, “a inexistência de desinências próprias no infinitivo do espanhol não indica que este infinitivo não tenha um sujeito próprio e, portanto, possa ser classificado como pessoal” (*idem, ibidem*, tradução nossa).<sup>13</sup> O autor ainda acrescenta que existem em espanhol infinitivos pessoais não flexionados, mas com sujeito próprio, expresso ou tácito. Reproduzimos a seguir alguns exemplos citados pelo autor<sup>14</sup>:

<sup>10</sup> Autoria própria.

<sup>11</sup> Autoria própria.

<sup>12</sup> Com exceção apenas para alguns textos do leonês (cf. Egido, 1992, *apud* Enríquez, 2011, p. 63).

<sup>13</sup> “*la inexistencia de desinencias propias en el infinitivo del español no supone que este infinitivo no tenga un sujeto propio y, por tanto, se pueda calificar de personal*”.

<sup>14</sup> Ao utilizarmos exemplos em uma língua e a correspondente versão na outra (port/esp, esp/port), não estamos afirmando, de nenhum modo, que as línguas são comutáveis, que os exemplos são análogos. Estamos, apenas, buscando compreender, por meio de hipóteses baseadas em exemplos, muitas vezes fictícios, quais as motivações que levam os sujeitos aprendizes de línguas a aplicarem determinados padrões de sua língua materna na língua alvo.

- (4) *Pese a estar enfermos sus padres, sus primos no fueron a visitarlos.*  
Apesar de estarem doentes seus pais, seus primos não foram visitá-los.
- (5) *El profesor les mandó [ellos/ellas] responder a la pregunta.*  
O professor mandou-lhes [eles/elas] responder/em a pergunta.

Nos exemplos, é possível perceber a marcação do sujeito em português a partir de desinências agregadas ao radical-infinitivo, enquanto que, na versão em língua espanhola, não há a marcação, apesar de o infinitivo ser de fato pessoal. Em suma, fica clara a existência do infinitivo pessoal em espanhol, contudo sem marcas de conjugação, enquanto que em português ele pode ser pessoal e se apresentar com marcas morfológicas de conjugação, sendo pessoal e flexionado.

#### 4 METODOLOGIA DE COLETA E ANÁLISE DOS DADOS

Os textos selecionados para esta pesquisa foram obtidos a partir de pesquisa nos endereços eletrônicos da Biblioteca Nacional de España e da Biblioteca Nacional de Portugal<sup>15</sup>. Ambas as bibliotecas dispõem de acervo digitalizado de todo tipo de texto, em especial os antigos, escritos nas mais variadas línguas, que passaram por tratamento digital para que não se perdessem com tempo e pudessem alcançar um número maior de leitores.

Procurou-se por autores citados no *Catalogo razonado biográfico y bibliográfico de los autores portugueses que escribieron en castellano*, obra escrita por Domingo García Péres, em 1890, que contém uma compilação de aproximadamente seiscentos nomes de autores e excertos de suas obras do tempo que estamos estudando. Após seleção dos nomes, buscaram-se nas bibliotecas as obras dos referidos autores, que necessitavam ter publicado em ambas as línguas, para que fosse possível justificar o fato da *interferência linguística* por transposição das estruturas do português sobre as do espanhol. Lembrando que no *Catalogo Razonado* não são citadas as obras em português dos autores, caso as tenham escrito.

Após análise e seleção, os textos seguintes em espanhol foram os selecionados para a coleta de dados:

---

<sup>15</sup> Endereços eletrônicos: [www.bne.es](http://www.bne.es) (Espanha) e [www.bnportugal.pt](http://www.bnportugal.pt) (Portugal).



**Tabela 1:** Textos utilizados para a coleta de dados

| AUTOR   | OBRA   | TIPO  | QTD. PÁG. |
|---|--|-------|-----------|
| APRESENTAÇÃO,<br>Luís da.<br>(LA - 1581-1653)       | Vida de la bienaventurada Madre Soror Maria Magdalena de Pazzi   | Prosa | 146       |
| ARAGAO, Fernando<br>Ximenes de.<br>(FX - 15---1630) | Restauracion del hombre y consolacion sobrenatural de la Theologia   | Prosa | 379       |
| AZEVEDO, Luís<br>Marinho de.<br>(LM - ?-1652)       | Exclamaciones politicas, juridicas, y morales. Al Summo Pontifice, Reyes, Principes, Respublicas amigas, y confederadas con el Rey Don Juan IV. de Portugal... | Prosa | 204       |
| CAMOENS, Luiz de.<br>(LC - 1524?-1580)              | Poesías castellanas y autos  | Verso | 199*      |
| CORTE<br>REAL, Jerónimo. (CR -<br>1530-1590)        | Felicissima victoria concedida del cielo...  | Verso | 464       |
| LEAO, Duarte Nunes<br>de.<br>(DL- 1530-1608)        | Genealogia verdadera de los reyes de Portugal  | Prosa | 208       |
| MACEDO, António de<br>Sousa de.<br>(AM - 1606-1682) | Relacion de las fiestas que se hizieron en Lisboa, con la nueva del casamiento...  | Prosa | 24        |
| MELO, Francisco<br>Manuel de.<br>(FM - 1608- 1666)  | Historia de los movimientos y separasion de Cataluña   | Prosa | 348       |
| VIEIRA, Antonio.<br>(AV - 1608-1697)                | Las cinco piedras de la honda de David   | Prosa | 190       |
| VICENTE, Gil.<br>(GV - 1465?-1537)                  | Copilacam de todas obras de Gil Vicente, a qual se reparte em cinco liuros.  | Verso | 534*      |

Fonte: baseada em García Péres, 1890.

Portanto, foi utilizado um total de dez autores e dez obras, três delas escritas em verso e sete em prosa, totalizando 2696 páginas analisadas. É um número bastante expressivo de material para análise. O asterisco após o número de páginas significa que a obra foi escrita parte em português e parte em espanhol.

#### 4.1 AS VARIÁVEIS EM PESQUISA

As variáveis delimitadas para este estudo seguem os modelos de estudo de Paul Teyssier (2005) em sua pesquisa sobre a caracterização da/s língua/s utilizadas por Gil Vicente, especialmente analisadas nos itens “J – Lusismos relativos à morfologia do verbo” (p. 450) e “L – Lusismos de Sintaxe” (p. 465).

O infinitivo flexionado é, para Teyssier (2005, p. 459), entre todos os lusismos, “o mais real, o mais completo e o mais interessante”. E ainda: “era, portanto, fatal que

os Portugueses, quando pensavam uma frase com um infinitivo flexionado, fossem tentados a decalcar esta formulação no espanhol” (idem, *ibidem*).

Considerando, então, que o infinitivo flexionado existe em português e inexistente em espanhol e tendo-se em conta a proximidade estrutural entre as línguas, a hipótese é de que os autores portugueses dos séculos XVI e XVII, ao escreverem em castelhano, tenderiam a utilizar o infinitivo flexionado, sobrepondo as regras de uma língua à outra e gerando sentenças agramaticais conforme as que citamos. Levaremos em conta também as afirmações de Frederico Diez (*apud* SAID ALI, 1930, p. 93-94), um dos primeiros estudiosos do português, que todos os escritores portugueses ao escreverem em castelhano<sup>16</sup>, com exceção apenas de Camões, utilizaram o infinitivo pessoal em suas obras, e a afirmação de Teyssier de que “Gil Vicente, como todos os seus pares, transpõe para o espanhol o infinitivo flexionado português”<sup>17</sup> (2005, p. 454) (grifos nossos).

As variáveis independentes extralinguísticas consideradas como importantes para explicar as variáveis dependentes são: os diversos autores das obras, para testar o maior ou menor grau de proficiência em castelhano, e o período de nascimento/morte desses, criando um recorte diacrônico dentro do estudo essencialmente sincrônico e testando a evolução das interferências nos dois períodos de tempo delimitados.

Tem-se, então, a seguinte composição:

**Quadro 3:** Variáveis independentes extralinguísticas

| PERÍODO DE NASCIMENTO          | AUTOR                      |                    |
|--------------------------------|----------------------------|--------------------|
|                                | NOME                       | NASCIMENTO E MORTE |
| FIM DO SÉCULO XV ATÉ 1580      | Fernando Ximenes de Aragão | (15--1630)         |
|                                | Luiz de Camões             | (1524?-1580)       |
|                                | Jerónimo Corte Real        | (1530-1590)        |
|                                | Duarte Nunes de Leão       | (1530-1608)        |
|                                | Gil Vicente                | (1465?-1537)       |
| 1580 ATÉ MEADOS DO SÉCULO XVII | Luís da Apresentação       | 1581-1653          |
|                                | Luís Marinho Azevedo       | (?-1652)           |
|                                | António de Sousa de Macedo | (1606-1682)        |
|                                | Francisco Manuel Melo      | (1608- 1666)       |
|                                | Pe. Antonio Vieira         | (1608-1697)        |

Fonte: dados de pesquisa, 2021.

Algumas justificativas se fazem necessárias para explicar as classificações adotadas e apontadas no quadro anterior. Em primeiro lugar, para que fosse possível delimitar a variável “período de nascimento dos autores”, precisou-se atribuir informações aproximadas a alguns dados que não foram possíveis de ser recuperados, como o nascimento de Fernando Ximenes de Aragão e de Luís Marinho de Azevedo e a data exata para o de Gil Vicente. Para tanto, considerou-se a média de vida dos oito autores com registro de nascimento, incluindo Gil Vicente, pelo decréscimo da data de

<sup>16</sup> Citando provavelmente a época e os autores que estudamos neste trabalho.

<sup>17</sup> Teyssier (2005, p. 454) cita 28 realizações do infinitivo flexionado, de diversos autos de Gil Vicente.

falecimento à data de nascimento. Obteve-se média aritmética de 70 anos, pela soma total e divisão dos resultados por oito autores. Considerando a média, atribuiu-se o ano aproximado de nascimento para Fernando Ximenes de Aragão para 1560 e para Luís Marinho de Azevedo de 1582.

Em segundo lugar, a divisão entre os períodos de nascimento (fim do século XV até 1580/1580 até meados do século XVII) foi estabelecida por critérios arbitrários, já que não houve no período fato histórico marcante que justificasse tal divisão. Considerou-se, nas extremidades, o período de início e fim do período do bilinguismo, e dividiu-se em “antes e depois de 1580” para que cada metade abarcasse cinco autores. Importante lembrar que o programa estatístico GoldVarb 2001 trabalha com análise de variáveis binárias, i.e., se fez necessário aplicar algum critério, mesmo que arbitrário, para a divisão do período.

#### 4.2 PROCEDIMENTO METODOLÓGICO

Os dados foram coletados e classificados segundo os parâmetros delimitados para cada variável. Para que fosse possível rodar o programa estatístico para análise de regra variável, o GoldVarb 2001<sup>18</sup>, cada ocorrência e suas subclassificações receberam códigos identificáveis pelo *software*.

Após as rodadas, foram criadas tabelas com os percentuais de ocorrências e os correspondentes pesos relativos, quando não houve restrição de qualquer ordem. Para os casos em que o resultado dos pesos relativos acusar *nocaute*, ou seja, 0% ou 100% de ocorrência da variável, o que indica que não há variação, apenas os dados percentuais serão apresentados.

### 5 ANÁLISE DOS DADOS

No total, foram analisadas 1951 ocorrências. Como é possível perceber, é uma quantidade significativa de dados, com o objetivo de reduzir a taxa de erro nos resultados e evitar os chamados “nocautes” nas rodadas de peso relativo.

Considerado por Paul Teyssier como o fenômeno de maior caracterização do castelhano de Portugal, com uso recorrente em todos os autores da época (2005, p. 454), no universo de 1951 dados, encontraram-se apenas 16 ocorrências de infinitivo com marcação morfológica (1%), contra 1935 de infinitivo sem marcação (99%).

Foram encontrados, portanto, poucos dados para a forma marcada do infinitivo. O resultado foi um tanto quanto surpreendente, tendo em vista o que é encontrado na literatura sobre o fenômeno, que a marcação estaria presente nas obras de todos os autores do período.

---

<sup>18</sup> O GoldVarb 2001 é uma versão para ambiente Windows do pacote de programas VarbRul - do inglês Variable Rules Analysis, e “é um conjunto de programas computacionais de análise multivariada, especificamente estruturado para acomodar dados de variação sociolinguística” (GUY; ZILLES, 2007, 105). O programa GoldVarb 2001 foi idealizado por Steve Harlow, que tomou como base a versão anterior, GoldVarb 2.0 de Rand & Sankoff para Macintosh. O pacote de programas foi desenvolvido na Universidade de York, pelos departamentos de Língua e Linguística e de Ciências da Computação.

A distribuição dos dados do infinitivo com relação à autoria dos textos é a que será apresentada a seguir:

**Tabela 2:** Dados de forma marcada e não marcada do infinitivo flexionado – autor

| AUTORES | MARCAÇÃO    |     |         |   | RESULTADO |     |
|---------|-------------|-----|---------|---|-----------|-----|
|         | NÃO MARCADA | %   | MARCADA | % | TOTAL     | %   |
| LP      | 303         | 100 | 0       | 0 | 303       | 15  |
| FX      | 347         | 100 | 0       | 0 | 347       | 17  |
| LM      | 236         | 99  | 1       | 1 | 237       | 12  |
| LC      | 17          | 100 | 0       | 0 | 17        | 1   |
| CR      | 164         | 100 | 0       | 0 | 164       | 9   |
| DL      | 79          | 99  | 1       | 1 | 80        | 4   |
| AM      | 30          | 100 | 0       | 0 | 30        | 2   |
| FM      | 463         | 100 | 0       | 0 | 463       | 24  |
| AV      | 87          | 100 | 0       | 0 | 87        | 5   |
| GV      | 209         | 94  | 14      | 6 | 223       | 11  |
| %       | 1935        | 99  | 16      | 1 | 1951      | 100 |

Fonte: dados de pesquisa, 2021.

Dentre as 16 ocorrências de formas marcadas, 14 estão nas obras de Gil Vicente, 1 na obra de Luís Marinho de Azevedo e 1 na de Duarte Nunes de Leão. Considerando que Gil Vicente escreveu essencialmente em verso, pode-se justificar a predominância anteriormente citada de marcação no tipo de texto – verso, e destacar o infinitivo flexionado como uma das características própria do autor. Importante considerar que os dados coletados de Gil Vicente fazem parte de um compêndio em que são reunidos diversos textos, essencialmente *autos*, e os dados podem refletir a linguagem das personagens participantes dos textos<sup>19</sup>, não exatamente a linguagem do autor.

Paul Teyssier (2005), em seu estudo, analisando uma quantidade maior de textos de Gil Vicente em espanhol, destaca a presença de 28 ocorrências do infinitivo flexionado nos textos analisados, o que ratifica, de certo modo, o resultado deste estudo, de que o autor se utiliza constantemente das formas marcadas do infinitivo em seus textos.

De toda forma, o uso do infinitivo flexionado, tanto nos textos de Gil Vicente (abundante) quanto nos de Luís Marinho e Duarte Nunes de Leão (irrisório), pode ser considerado como fruto da interlíngua no aprendizado do espanhol pelos escritores portugueses, que aplicaram as regras morfológicas prototípicas do português às formas correspondentes castelhanas.

Já com relação aos pesos relativos, não foi possível a aplicação da regra variável para este fenômeno. Há muitos casos de 0 ocorrências no cruzamento da variável “autor” com a variável “forma marcada”, o que resultaria em inúmeros nocautes (não variação).

Com relação à informação de que todos os autores da época em estudo utilizaram o infinitivo flexionado (TEYSSIER, 2005), o fato não foi comprovado nesta pesquisa. De todo modo, as 16 ocorrências do infinitivo flexionado encontradas no *corpus*

<sup>19</sup> Por exemplo: alciviteiras, bruxas, parvos (pessoas tolas, pouco inteligentes), judeus, anjos, frades, agiotas, o Diabo...

pesquisado confirmam a hipótese de interferência linguística por contato de línguas – português/castelhano – na época em que Portugal foi governado por reis espanhóis. É, sem dúvida, um dos idiomatismos mais importantes do português com relação às demais línguas. O uso, ou a capacidade de discernir entre o uso ou o não uso do infinitivo flexionado, exige habilidades linguísticas avançadas por parte dos usuários, habilidades que não dispunham os autores portugueses ao se expressarem em castelhano.

## 6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A partir das análises dos dados, foi possível evidenciar alguns dos fenômenos linguísticos que são os caracterizadores do chamado “castelhano de Portugal” e em que medida eles são gerados no processo de interferência linguística por contato do português com o castelhano, na época e no espaço demarcados para esta pesquisa.

Com relação ao fenômeno “infinitivo flexionado”, que se caracteriza pela marcação das pessoas do discurso a partir de desinências morfológicas acrescentadas ao infinitivo, os dados nos mostraram que este não é um fenômeno importante para explicar a interferência entre os sistemas das duas línguas. O fenômeno era anunciado, com base na literatura de autores renomados da área da linguística, como o mais importante idiomatismo do português, e de uso recorrente na época do bilinguismo luso-castelhano. Esta pesquisa mostrou que, dentro de um universo de 1951 dados, foram encontradas apenas 16 ocorrências (1%) de infinitivo flexionado.

Com o decorrer das rodadas de análise para esta variável, foi possível perceber que o infinitivo flexionado, na verdade, está ligado a processos idiossincráticos de três autores pesquisados, já que as ocorrências apenas foram localizadas nos textos destes três. O autor que mais empregou as desinências morfológicas no infinitivo foi Gil Vicente (em verso), que contribuiu com 14 dos 16 dados. Os outros dois autores, Luís Marinho e Duarte Nunes de Leão (em prosa), empregaram cada um apenas uma forma com marcação em seus textos.

A partir da análise do contexto em que as ocorrências estavam inseridas, ficou claro que os autores utilizaram as formas marcadas com objetivo desambiguizador ou para realçar o sujeito ligado ao infinito. Nos textos em verso, como os do Gil Vicente, frequentemente o sujeito está distanciado do verbo, por conta das características estruturais do tipo de texto, como a quebra dos versos. Como o infinitivo flexionado é uma particularidade no português, seu uso em espanhol é considerado, mesmo nestes casos, como agramatical. Os autores, então, por não dominarem as regras específicas do espanhol da época, acabaram por utilizar as regras do idioma materno deles, o português.

Os resultados obtidos para esta variável são contrários às afirmações de Teyssier e de Diez, de que todos os escritores portugueses da época – com exceção apenas de Camões, segundo Diez –, empregaram o infinitivo flexionado ao escreverem em espanhol. De fato, não foram encontradas ocorrências em Camões, mas também não foram encontradas em outros seis autores.

O infinitivo flexionado, então, não é o melhor fenômeno linguístico para explicar o período do bilinguismo luso-castelhano, ao contrário do que se pensou antes do início da análise dos dados.

### REFERÊNCIAS

- BAKHTIN, M. **Marxismo e filosofia da linguagem**. São Paulo: Hucitec, 1988.
- CALVET, Louis-Jean. **Pour une écologie des langues du monde**. Paris: Plon, 1999.
- CALVET, Louis-Jean. **Sociolinguística: uma introdução crítica**. São Paulo: Parábola, 2002.
- CALVET, Louis-Jean. **As políticas linguísticas**. São Paulo: Parábola, 2007.
- COUTO, H. H. do. **Ecolinguística: estudo das relações entre língua e meio ambiente**. Brasília: Thesaurus, 2007.
- DIEZ, F. C. **Grammatik der romanischen Sprachen**. 3. ed. Bonn: E. Weber. 1870-2. 3 vols.
- DURÃO, A. B. A. B. **Análisis de errores en la interlengua de brasileños aprendices de español y de españoles aprendices de portugués**. Londrina: EDUEL, 2004.
- ELIZAINCÍN, A. **Dialectos en contacto** (español y Portugués en España y América). Montevideo: Arca, 1992.
- ENRIQUE-ÁRIAS, A. La distribución de los pronombres de objeto en español: consideraciones históricas, tipológicas y psicolingüísticas. *In.*: **Lingüística**, n. 5, La Rioja: Unirioja, 1993, p. 41-76.
- ENRÍQUEZ, F. J. F. ¿Infinitivo personal en español? **Atas do IV Congresso sobre o ensino do espanhol em Portugal**. Évora, 2011, p. 60-79.
- GARCÍA PÉRES, D. **Catálogo razonado biográfico y bibliográfico de los escritores portugueses que escribieron en castellano**. Madrid: Imprenta del Colegio Nacional de Sordo-Mudos y de Ciegos, 1890.
- GUY, G. R. **Varbrul: análise avançada**. Traduzido por Ana Maria Stahl Zilles. North York, (Canadá): York University, 1988. p. 27-49.
- GUY, G. R.; ZILLES, A. **Sociolinguística quantitativa: instrumental de análise**. São Paulo: Parábola Editorial, 2007.

HAMEL, R. H.; SIERRA, M. T. Diglosia y conflicto intercultural: la lucha por un concepto o la danza de los significantes. **Boletín de Antropología Americana**, n. 8, diciembre de 1983, p. 89-110.

LABOV, W. **Language in Inner City**: studies in the Black English Vernacular. Contraction, deletion, and inherent variability of the English copula. Philadelphia: University of Pennsylvania, 1972. chapter 3, p. 65-129.

LABOV, W. Building on Empirical Foundations. *In*: LEHMANN, W.; MALKIEL, Y. (eds.) **Perspectives on Historical Linguistics**. Amsterdam: John Benjamins, 1982. p. 17-92.

LABOV, W. **Principles of Linguistic Change**. Oxford/Cambridge: Blackwell, 1994.

LABOV, W. **Padrões sociolinguísticos**. Tradução de Marcos Bagno. São Paulo: Parábola, [1972] 2008.

McLAUGHLIN, B. **Second language acquisition in childhood**: preschool children. Hillsdale, NJ: Lawrence Erlbaum Associates, 1984.

MAURER JUNIOR, T. H. **O infinitivo flexionado português**: estudo histórico-descritivo. São Paulo: Biblioteca Universitária, 1968.

MELO, G. C. de. **Iniciação à filologia e à lingüística portuguesa**. 6. ed. rev. e melh. Rio de Janeiro: Ao Livro Técnico, 1981.

SAID ALI, M. **Dificuldades da Língua Portuguesa**. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1930.

TEYSSIER, P. **História da Língua Portuguesa**. São Paulo: Martins Fontes, 1997.

TEYSSIER, P. **A língua de Gil Vicente**. Lisboa: Imprensa Nacional Casa da Moeda, 2005.

TORIJANO, J. A. **El estudio de los determinantes en aprendices lusohablantes de español**. DICENDA Cuadernos de Filología Hispánica. Madrid: Universidad Complutense, 2008. vol. 26, p. 235-257

VÁZQUEZ CUESTA, P.; LUZ, M. A. M. da. **Gramática Portuguesa**. 3. ed. Madrid: Gredos, 1971.

WEINREICH, U. **Languages in contact**: findings and problems. 9. ed. The Gruyter: Mouton, [1953] 1979.

WEINREICH, U.; LABOV, W.; HERZOG, M. **Fundamentos empíricos para uma teoria da mudança lingüística**. Trad. de Marcos Bagno. São Paulo: Parábola Editorial, [1968] 2006.



# A designação de ditadura em dicionários on-line

*The designation of dictatorship in online dictionaries*

GABRIEL REIS MORAES MACHIAVELI

Doutorando em Linguística (PPGL-UFSCAR)

E-mail: gabriel.machiaveli@gmail.com

---

**Resumo:** O presente artigo tem o propósito de investigar os verbetes de *Ditadura* e *Militar* em dicionários on-line como *Dicio*, *Michaelis* e *Priberam*. Nosso arcabouço teórico faz parte da Semântica Enunciativa de Guimarães (2002; 2018), principalmente no entorno do Domínio Semântico de Determinação. Procuramos descrever os verbetes e analisá-los com base não no conteúdo normativo dos dicionários, mas conforme enunciados tomados na história. Dessa forma, investigamos a designação de “ditadura” e os possíveis memoráveis retomados nos enunciados. Encontramos nesses verbetes possíveis deslizamentos entre “golpe militar” e “exercício temporário” que remontam memoráveis da Ditadura Militar brasileira (1964-1985).

**Palavras-chave:** Ditadura. Militar. Dicionário. Semântica do Acontecimento.

**Abstract:** This article aims to investigate the dictatorship and military entries in online dictionaries such as *Dicio*, *Michaelis* and *Priberam*. Our theoretical framework is part of the enunciative semantics of Guimarães (2002; 2018), mainly around the Semantic Domain of Determination. We tried to describe the entries and analyze them based not on the normative content of the dictionaries, but according to statements taken in history. In this way, we investigated the designation of “dictatorship” and the possible memorable ones taken up in the statements. We found in these entries possible slips between “military coup” and “temporary exercise” that date back to memorable events of the Brazilian Military Dictatorship (1964-1985).

**Keywords:** Dictatorship. Military. Dictionary. Semantics of the Event.

---

## 1 PALAVRAS INICIAIS

O sentido de Ditadura tem extrema importância no Brasil. Após passar mais de 20 anos sob um regime ditatorial de militares (1964-1985) e depois de oito eleições diretas para presidência (1989-2018), esse tema voltou ao debate público após um revisionismo declarado de que não houve uma Ditadura Militar no país. Por mais que não seja nosso interesse aqui validar ou não isso, pretendemos analisar o termo *ditadura* no dicionário, a fim de evitar desvios, ou melhor, deslizamentos semânticos do termo para abrandar um período triste da nossa história.

Discorrer sobre o sentido é ponderar sobre algo que muda, que desliza, que contradiz, que rememora, que atualiza, enfim, que acontece. Neste artigo, buscamos descrever sentidos parcialmente estabilizados que podem, acreditamos, estar sofrendo deslizamentos e pontos de deriva a partir de posições de sujeitos antagônicos. Dessa forma, este trabalho incorre a dois riscos: o primeiro é identificar sentidos que não corroboram

as narrativas históricas mais aceitas sobre o tema; e o segundo lugar, o mais espinhoso, reforçar sentidos estáveis.

O primeiro risco determina o segundo, mas a recíproca não é verdadeira. Se identificarmos sentidos contrários à narrativa histórica mais aceita, teríamos que defender a estabilização dos termos?

No ditado popular, o dicionário é conhecido como o “pai dos burros”, mas cientificamente é uma tecnologia intelectual (AUROUX, 2014) que fornece um conhecimento para as pessoas ficarem “menos burras”. É um adágio que designa a sua função como ferramenta para “tirar dúvidas”, seja no uso cotidiano e/ou pedagógico. Nosso objetivo aqui é tratar o dicionário além de uma ferramenta de “tirar dúvidas”; procuramos apreendê-lo como um texto integrado por enunciados (GUIMARÃES, 2011), analisando-o com base nos acontecimentos enunciativos.

O *corpus* é composto pelos verbetes de “ditadura” e “militar”, retirados de portais de dicionários: Michaelis (<https://michaelis.uol.com.br/moderno-portugues/>), Dicio (<https://www.dicio.com.br>), e Priberam (<https://dicionario.priberam.org/>). Este último é um dicionário português que assume relevância devido a seu alto número de acessos no Brasil.

Investigaremos o sentido (cf. GUIMARÃES, 2002; 2007; 2011; 2018) de “ditadura” em dicionários disponíveis on-line. Nosso objetivo geral é saber qual a designação de “ditadura” nesses verbetes. Entendemos que o sentido de um enunciado está no funcionamento da linguagem, por isso incumbe compreender como o termo “ditadura” adquire sentido a partir da sua relação de reescrituração e articulação<sup>1</sup> nos dicionários. Ademais, pretendemos abordar o termo “militar”, bem como suas relações com “guerra”, “exército”, e “forças armadas”.

Inscrevemo-nos em Semântica do Acontecimento (cf. GUIMARÃES, 2002; 2007; 2011; 2013; 2018), abordagem que toma a enunciação como fundamento de sentido dos enunciados. Segundo Guimarães (2002), a enunciação é um acontecimento que temporaliza. Pensar o dicionário como uma unidade de significação integrada por enunciados é compreender que os sentidos ali encontrados são constituídos por memoráveis e por uma latência de futuro (GUIMARÃES, 2002). Desse modo, trabalharemos também com os conceitos de espaço de enunciação (espaços que distribuem desigualmente as línguas entre os falantes), cena enunciativa (os lugares específicos dos espaços de enunciação, em que se encontram as figuras da enunciação) e com o Domínio Semântico de Determinação (DSD) (cf. GUIMARÃES, 2002; 2007; 2011; 2018), este último como o procedimento analítico principal.

## 2 SEMÂNTICA E ENUNCIÇÃO

Nosso artigo tem como base os fundamentos da Semântica do Acontecimento, teoria com base enunciativa, cunhada pelo linguista brasileiro Eduardo Guimarães (2002). A Semântica do Acontecimento (SA) tem como unidade de análise o enunciado. Conforme Guimarães (2018), o enunciado só é uma unidade se integrado a um texto, sendo o texto uma unidade de significação (GUIMARÃES, 2011).

---

<sup>1</sup> Procedimentos que serão explicados mais à frente.

Como a unidade de análise é o enunciado, é preciso analisar o seu aparecimento. O aparecimento de um enunciado é a enunciação e, dessa forma, um acontecimento. Segundo Guimarães (2002, p. 12), o acontecimento pode ser entendido como uma “diferença em sua própria ordem”.

Essa “diferença em sua própria ordem” diz respeito à temporalização. Cada enunciado temporaliza. Segundo Guimarães (2002, p. 12), o acontecimento enunciativo temporaliza porque “abre em si uma latência de futuro (uma futuridade) – sem a qual não há acontecimento de linguagem, sem a qual nada é significado, pois sem ela (a latência de futuro) nada há aí de projeção, de interpretável”. Isto pode ser mais elucidado abaixo:

O acontecimento enunciativo é o lugar da constituição de sentidos através de lembranças de enunciações passadas que remete ao real, ou seja, sentidos que se constituem nele significam algo do real (SILVA; MACHADO, 2015, p. 77).

Dessa forma, o acontecimento é a enunciação que rememora um passado e abre uma latência de interpretação. Essa lembrança é definida como memorável.

Nesse caso, a história se apresenta pelo memorável (passado, não como referido, mas como aquilo que o acontecimento toma como sentido) recortado pelo acontecimento. A cada acontecimento enunciativo, a cada enunciação, os sentidos trazem um sentido do passado “recortado” num presente, projetando um futuro, significando algo do real diferentemente (SILVA; MACHADO, 2015, p. 77).

Entretanto, ao analisar o acontecimento, é preciso também ter atenção ao Espaço de Enunciação. Conforme Guimarães (2002), esse espaço é regulado por uma deontologia global do dizer em certa língua: a relação entre falantes e a língua é um espaço de regularidades e de disputas pela palavra e pela língua. Os falantes são as pessoas enquanto determinadas pelas línguas que falam (escrevem). No entanto, se os falantes são as pessoas determinadas pelas línguas que falam, temos também de examinar o agenciamento enunciativo do acontecimento: a cena enunciativa.

Ao dizer, o falante, para ter acesso à palavra, deve respeitar alguns modos específicos de acesso, como “quem pode dizer?”, “quando posso dizer?”, etc., que, no arcabouço teórico que adotamos, são determinados pelas figuras da enunciação e pelas formas linguísticas.

Esse agenciamento enunciativo do sujeito falante, entre enunciador e locutor, é a cena enunciativa, uma especificação local no espaço da enunciação.

As figuras da cena enunciativa, segundo Guimarães (2018), são o Locutor – lugar que diz, alocutor-x – lugar social do dizer, e enunciador – lugar de dizer. Se o acontecimento é caracterizado como uma diferença em sua própria ordem, podemos dizer que o agenciamento enunciativo acontece devido a uma disparidade entre o Locutor como fonte do dizer e o alocutor-x como lugar social do dizer. Há uma desigualdade entre o presente do Locutor e a temporalidade do acontecimento.

Por outro lado, a cena enunciativa coloca em jogo, também, *lugares de dizer* que estamos aqui chamando de enunciadores. E estes se apresentam sempre como a representação da inexistência dos lugares sociais de locutor. E embora sempre se apresentem como independentes da história ou fora da história, são lugares próprios de uma história. Temos então enunciadores como: enunciador-individual, quando a enunciação representa o Locutor independente da história; enunciador-genérico, quando a enunciação representa o Locutor difuso num todos em que o indivíduo fala como e com outros indivíduos; enunciador-universal, quando a enunciação representa o Locutor como fora da história e submetido ao regime do verdadeiro e falso (GUIMARÃES, 2002, p. 26 – itálicos do autor).

Como citado, Guimarães (2002) observa que, além do lugar social, há também o lugar do dizer: o enunciador.

### 3 O DICIONÁRIO

Auroux (2014) afirma que existiram na história das ciências da linguagem duas revoluções. A primeira seria a escrita, 3.000 a. C., com a expansão do nosso saber metalinguístico; e a segunda com origem no século V, mas com uma massificação após o Renascimento: a gramatização. Conforme o autor, a segunda revolução modificou o status da língua, passando para uma instrumentalização tecnológica da gramática e do dicionário.

Segundo Dias (2006, p. 25), o dicionário “procura apresentar uma visão completa da língua”, isto é, procura estancar o significado das palavras com um caráter normativo e pedagógico. No entanto, nossa análise se baseia na Semântica Enunciativa, e não nos ateremos na normatização, mas sim nas possibilidades históricas do aparecimento de enunciados, no caso, os verbetes.

Oliveira (2006, p. 109) afirma o seguinte: “o dicionário como normatividade divide o real da língua para compor sua unidade, que, no caso da língua portuguesa, é a unidade de língua de Estado, de língua nacional”. Dessa forma, a normatividade procura uma estabilização de significados a partir de uma homogeneização, o que, como nos apontam Nunes (2010) e Oliveira (2014), não ocorre em sua totalidade.

Segundo Machado (2008), as definições lexicográficas partem de sentidos institucionalizados, sentidos legitimados na sociedade, o que exclui outros sentidos que circulam no cotidiano.

O dicionário, por sua vez, nesse processo de gramatização da língua, contribui para o imaginário de unidade dos sentidos e de unidade da língua portuguesa, isto é, para sua homogeneização segundo critérios estabelecidos dentro de uma certa ordem. A definição lexicográfica traz o sentido que está institucionalizado, legitimado, cristalizado, evidente. Trata-se, portanto, de um saber legitimado sobre a língua que divide o real por excluir sentidos, isto é, trata-se de um objeto político (MACHADO, 2008, p. 200-201).

Horta Nunes (2010), de um ponto de vista da Análise do Discurso Francesa, doravante AD, nos traz alguns apontamentos necessários sobre o dicionário. O autor considera que a definição das palavras em um dicionário não é neutra, como se espera de uma normatividade:

As definições, do ponto de vista discursivo, não são neutras, elas são sempre efetuadas a partir de uma posição discursiva, que pode não coincidir com a posição que ocupa o leitor. Além disso, as definições se tornam desatualizadas em relação ao discurso em circulação (NUNES, 2010, p. 13).

Dessa forma, além das definições não serem neutras, o autor aponta também que os sentidos apresentados nos dicionários podem representar deslizes, contradições e equívocos.

Ler um dicionário é saber que há certos sentidos que aparecem e sedimentam, se estabilizam, mas ao mesmo tempo é saber que eles sempre estão sujeitos a serem outros, sempre estão sujeitos aos equívocos, aos deslizamentos de sentido, às contradições entre diferentes posições de leitura (NUNES, 2010, p. 12).

Portanto, nosso estudo tem o objetivo de analisar a designação das palavras “ditadura” e “militar” e seus possíveis deslocamentos de sentidos, equívocos ou contradições, mas de uma abordagem enunciativa.

#### 4 PROCEDIMENTOS ANALÍTICOS

A designação para Guimarães (2011, p. 81) “é uma relação linguística de sentido enquanto exposta ao real. Deste modo esta relação linguística é uma relação tomada na história”. Não é interesse da semântica, aqui abordada, o indivíduo em si, mas o sujeito que *acontece* na história pela enunciação.

*A designação é o que se poderia chamar de significação de um nome, mas não enquanto algo abstrato. Seria a significação enquanto algo próprio das relações da linguagem, mas enquanto exposta ao real, ou seja, enquanto uma relação tomada na história (GUIMARÃES, 2002, p. 9 – destaque do autor).*

Com base nesse funcionamento da linguagem, Guimarães (2007) elabora o conceito de Domínio Semântico de Determinação (DSD) para saber a designação das palavras. A importância do DSD se dá quando tomamos os enunciados como categorias linguísticas integradas a um texto. Trazendo o conceito de integração proposto por Benveniste (1988), em que a frase seria a última instância de análise, integrada por fonemas e estruturas sintáticas, Guimarães (2002; 2007; 2011; 2018) ressalta que o texto seria integrado por um conjunto de enunciados que se entrecruzam, ou seja, se relacionam transversalmente.

É com base nessa integração de enunciados em um texto que Guimarães (2007, p. 80) conceitua que “um DSD é construído pela análise das relações de uma palavra com as outras que a determinam no texto em que funcionam”.

Portanto, o DSD é dividido entre a reescrituração e articulação. A reescrituração é o procedimento “pelo qual a enunciação de um texto rediz insistentemente o que já foi dito fazendo interpretar uma forma diferente de si” (GUIMARÃES, 2007, p. 84). Uma palavra é reescriturada por outra, reforçando um sentido ou não. “Este procedimento atribui (predica) algo ao reescriturado” (GUIMARÃES, 2007, p. 84).

Guimarães (2002, p. 28) observa que a reescrituração faz com que uma palavra em um texto seja interpretada diferentemente de si. Uma palavra pode ser reescriturada por repetição, mas não ter a mesma designação anterior. “E analisar a designação de uma palavra é ver como sua presença no texto constitui predicacões por sobre a segmentalidade do texto, e que produzem o sentido da designação” (GUIMARÃES, 2002, p. 28).

A reescrituração de uma palavra pode se dar por: repetição: quando uma palavra é retomada inteiramente ou por sinonímia; substituição: quando uma palavra é reescriturada por outra; elipse: quando a palavra não é repetida nem substituída, mas omitida; expansão: quando uma sequência de enunciados amplia o significado de uma palavra anterior; condensação: quando uma palavra condensa partes de um enunciado ou texto; definição: quando uma palavra é reescriturada em uma definição.

Ademais, essas reescriturações também podem receber mais categorias, dependendo do *corpus* escolhido. Temos a reescrituração por especificação, generalização, totalização, enumeração e desenvolvimento<sup>2</sup>.

A interpretação do sentido não é composicional, não é sobre a sintaxe (embora isso possa ser relevante em determinado *corpus*), mas é tomada pela “consideração de atribuição de sentido que sofre os enunciados considerados na relação com o sujeito pelo acontecimento de enunciação” (GUIMARÃES, 2011, p. 33).

Deste modo o processo de reescrituração constrói o sentido das palavras e das expressões linguísticas, em virtude do próprio processo com que se dá. Nosso interesse, então, não está no fato de que uma retomada se faz sobre algo que é o mesmo, mas ao contrário, ao se fazer, faz significar algo que não estava significado (GUIMARÃES, 2007, p. 87).

Outro procedimento de análise da textualidade, além da reescrituração, é a articulação. Segundo Guimarães (2018, p. 80), a articulação “é um modo de relação enunciativa que dá sentido às contiguidades linguísticas, é, então, uma relação local entre elementos linguísticos que significam pela relação com os lugares de enunciação agenciados pelo acontecimento”.

Existem três tipos de articulação: 1) articulação por dependência: elementos contíguos se organizam por uma relação em que constitui, no conjunto, um só elemento; 2) articulação por coordenação: quando elementos de uma mesma natureza se organizam como se fossem um só da mesma natureza de cada um dos constituintes; 3)

---

<sup>2</sup> Cf. Guimarães, 2007.

articulação por incidência: “relação que se dá entre um elemento externo a outro que, ao se articular com ele, forma um elemento do segundo tipo” (Guimarães, 2018, p. 81).

Esses dois procedimentos de análise serão utilizados neste artigo para apresentar a designação de “ditadura” e “militar” nos dicionários on-line. De um lado a reescrituração, uma operação de predicação, e de outro a articulação, uma relação de contiguidade entre as formas linguísticas (relações argumentativas, caracterização, enumeração).

## 5 A “DITADURA” E “MILITAR” NOS DICIONÁRIOS

Nosso objetivo central neste artigo é descrever os verbetes “ditadura e militar” de dicionários disponibilizados gratuitamente on-line. Ditadura é um termo que vem sofrendo deslizos no Brasil, principalmente em relação à Ditadura Militar brasileira. Muitos discursos recentes vêm rememorando enunciados *saudosos* do período da Ditadura Militar, como o “Milagre Econômico”, outros negando o histórico cinza de seus porões. De nossa parte, descreveremos os verbetes com base enunciativa para apreendermos os enunciados na história, na sua construção sócio-histórica.

Nosso *corpus* é composto por verbetes encontrados nos sites *Dicio*, *Priberam* e *Michaelis*. O *Dicio*, segundo sua página na internet, se autodetermina um dicionário contemporâneo “essencial no conhecimento, uso e estudo da língua portuguesa” (DICIO). Contém mais de 400 mil verbetes e assume uma posição dinâmica da língua, usando regionalismo, entre outras caracterizações.

O *Michaelis* existe há décadas e está no dia a dia da escola, como dicionário monolíngue ou bilíngue. Esse dicionário foi criado pela lexicógrafa alemã Henriette Michaelis juntamente com a sua irmã Carolina Michaelis de Vasconcelos. Conforme sua página on-line, em 1950 a Editora Melhoramentos deu continuidade ao projeto lançando diversos dicionários em vários idiomas. O dicionário *Priberam* da Língua Portuguesa tem cerca de 133 mil verbetes, entre locuções e fraseologias. É uma versão adaptada para as tecnologias da *Web*.

Começaremos com o verbete sobre Ditadura do *Dicio*. É importante notar, mais uma vez, que o dicionário normatiza os sentidos das palavras, ao contrário de nosso método que busca encontrar os deslizamentos de sentido no funcionamento da linguagem.

Verbetes 1:

### **Ditadura**

*substantivo feminino* Governo que se utiliza da autoridade para suprimir e restringir os direitos individuais, definido pela soberania do Poder Executivo sobre o Legislativo e o Judiciário; país ou nação em que o governo é exercido dessa forma.

[Por Extensão] Sistema antidemocrático em que o chefe de Estado não é escolhido por votações populares. [Figurado] Influência exagerada que uma pessoa ou coisa exerce sobre os demais: ditadura da beleza.

Etimologia (origem da palavra *ditadura*). Do latim *dicatura*.ae.

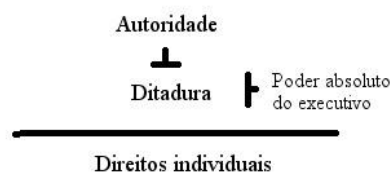
**Sinônimos de Ditadura**

Ditadura é sinônimo de: absolutismo, tiranía, autocracia, despotismo (DICIO)

No verbete *Ditadura* encontramos que “Governo” reescritura “Ditadura” por repetição; governo e ditadura, nesse caso, aparecem com o mesmo sentido. Dessa forma, “Governo” reescritura por substituição de “Ditadura”. Entretanto, como a reescrituração é uma operação de predicação, no verbete apresentado encontramos que o enunciado “que se utiliza da autoridade para suprimir e restringir os direitos individuais” especifica “governo”. Temos então que “governo” é reescriturado por expansão em todo o primeiro parágrafo do verbete. Trata-se de uma expansão por desenvolvimento. Encontramos também uma articulação por coordenação em todo o parágrafo, uma enumeração. Embora o enunciado “definido pela soberania...” apresente uma reescrituração por definição, isto não impede que todo o parágrafo seja uma expansão por enumeração também.

Assim, temos DSD 1:

**Figura 1:** DSD 1



Fonte: elaboração do autor, 2019.

Como a relação entre “governo” e “autoridade” é uma articulação por dependência, porque predica a “governo” uma condição, temos primeiro que “autoridade” determina “ditadura”. De outra forma, a relação que se apresenta no enunciado “definido pela soberania do Poder Executivo sobre o Legislativo e o Judiciário” nos fornece que “ditadura” é quando o centro do Poder é o Executivo, dessa forma o poder Executivo é absoluto. Entretanto, se analisarmos o enunciado “Governo que se utiliza de autoridade para suprimir e restringir os direitos individuais”, localizamos um sentido antônimo de “ditadura”. *Direitos Individuais* é antônimo de ditadura.

No último enunciado do primeiro parágrafo, separado por ponto e vírgula, o conectivo “ou” exerce uma função de similitude entre as palavras. Nesse caso, “país” e “nação” apresentam o mesmo sentido. Outra reescrituração que encontramos nesse enunciado é uma repetição por anáfora. O “dessa forma” poderia ser parafraseado como:

- a) País ou Nação em que o governo se utiliza da autoridade para suprimir e restringir direitos individuais.

Como vimos, não se trata de uma reescrituração por elipse, mas sim uma repetição. A anáfora rediz tudo o que foi dito antes da separação com ponto e vírgula.

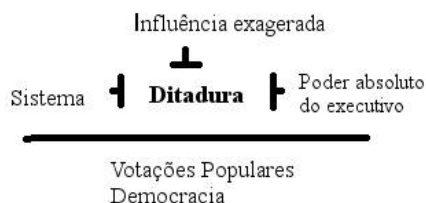
No segundo parágrafo do verbete, o significado é categorizado como “por extensão”. Encontramos aqui que “ditadura” é reescriturada por substituição em



“sistema antidemocrático”. A articulação “em que” atribui a “sistema” a não realização de “votações populares”. Em seguida, localizamos o sentido figurado do termo. Nesse enunciado, “ditadura” é reescriturada por repetição, mas determinada por “beleza”.

Apresentamos, então, o DSD 2.

**Figura 2: DSD 2**



Fonte: elaboração do autor, 2019.

Acima, constatamos que “ditadura” é determinada por “sistema”, que é também determinado por “antidemocrático”. Trata-se de uma articulação por dependência, em que “antidemocrático” caracteriza “sistema”. Em outra ponta, mantemos que “poder absoluto do executivo” determina “ditadura”. No sentido figurado, como a “ditadura da beleza”, notamos que não é beleza que determina “ditadura”, mas sim “influência exagerada”. Portanto, constatamos que “influência exagerada” determina “ditadura”.

No entanto, como “antidemocrático” caracteriza “sistema”, este também determina “ditadura”, localizamos aqui que “democracia” é antônimo de “ditadura”, o mesmo ocorre com “votações populares”.

Verbetes 2:

**Militar**

*adjetivo* Que diz respeito às forças armadas, aos soldados: arte militar, meio militar. Carreira militar, carreira das armas. Hierarquia militar, ordem de subordinação entre os diferentes postos e graduações.

*substantivo masculino* Aquele que integra as forças armadas (DICIO).

Primeiramente, o enunciado “Que diz respeito” pode ser parafraseado como “com relação a” ou “relativo a”. “Que diz respeito” reescritura por substituição “militar”, ao utilizar o enunciado “que diz respeito” ele retoma o termo “militar” para especificar. “Arte militar”, “meio militar”, “Carreira militar”, “Carreira das armas” reescrituram “militar” por expansão. Nesse caso, o comentário expandido é uma enumeração.

**Figura 3: DSD 3**



Fonte: elaboração do autor, 2019.

No esquema acima, constatamos que “militar” é determinado por “soldados”, por “Forças Armadas”, e também pela enumeração (articulação por coordenação) “Arte militar”, “Carreira”, “Hierarquia”.

O significado de “militar” como substantivo apresenta uma elipse. Nesse caso, temos que o pronome demonstrativo “aquele” determina “homem”. Poderíamos parafrasear como:

- b) Pessoa, homem ou mulher, que integra as forças armadas.

Temos então uma elipse em “aquele”. Há uma omissão do sentido de ser humano no enunciado.

Agora vamos analisar os verbetes no dicionário on-line *Michaelis*.

Verbete 3:

### **Ditadura**

Sf 1 Governo autoritário, unipessoal ou colegiado, caracterizado pela tomada do poder político, com o apoio das Forças Armadas, em desrespeito às leis em vigor, com a conseqüente subordinação dos órgãos legislativos e judiciários, a suspensão das eleições e do estado de direito, com medidas controladoras da liberdade individual, repressão da livre expressão, censura da imprensa e ausência de regras transparentes em relação ao processo de sucessão governamental.

2 POR EXT Sistema de governo que, de forma geral, não respeita as liberdades individuais.

3 Governo ou autoridade do ditador; autoritarismo, tirania, despotismo.

4 Nos modernos governos representativos, o exercício temporário e anormal do poder político, impessoal ou colegiado, com atribuições prefixadas, destinado a sanar um mal público ou proteger suas instituições quando elas se encontram ameaçadas por um perigo externo ou interno.

EXPRESSÕES Ditadura do proletariado, POLÍT: segundo a doutrina marxista, período em que o proletariado, como classe social destinada a dirigir a tarefa de libertação das massas trabalhadoras exploradas pela burguesia, deverá assumir o poder, reorganizando a sociedade com um sistema de eliminação de classes e do Estado capitalista, até que surja a sociedade comunista, estágio final da evolução humana. ETIMOLOGIA *lat dictatura* (MICHAELIS).

Encontramos no primeiro parágrafo (1), uma articulação por coordenação entre “Autoritário, unipessoal e colegiado”, uma vez que determinam o sentido de “ditadura”. “Autoritário” caracteriza “Governo”.

Trata-se de uma reescrituração por substituição por especificação, em que “Autoritário” especifica o tipo de “Governo”. Há uma relação de contigüidade entre “autoritário” e “governo” mais específica. É uma repetição por especificação. O conectivo “ou” exerce, nesse caso, uma função de diferença, como em “este ou aquele”. “[...] caracterizado pela tomada do poder político...” é uma reescrituração por expansão,

por desenvolvimento. Todo o trecho (1) é uma articulação por coordenação, isto é, o texto enumera os sentidos de “ditadura”.

Em (2), “sistema de governo” reescritura por repetição com sinonímia “ditadura”. “Sistema de governo” e “ditadura” apresentam o mesmo sentido, que só é caracterizado por “não respeita as liberdades individuais”. Em (3), mais uma vez, o uso do conectivo “ou”. Nesse caso, “governo” e “autoridade de ditador”, embora não sejam antônimos, também não são sinônimos. “Governo” reescritura “ditadura” por substituição. O mesmo ocorre com “autoridade de ditador”, que substitui “ditadura”.

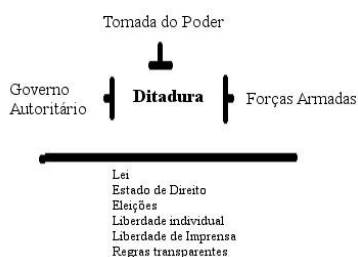
Em (4), encontramos outro sentido de “ditadura”. “Exercício temporário” e “sanar um mal pública” dão a ele uma outra determinação. “Exercício temporário” e “sanar um mal público” são memoráveis da Ditadura Civil-Militar Brasileira, como vemos em Reis (2005, p. 26):

Com efeito, como já se disse, formara-se, para derrubar o governo de Jango, uma ampla e diferenciada frente, com denominadores comuns muito genéricos: salvar o país da *subversão* e do *comunismo*, da *corrupção* e do *populismo*. E restabelecer a democracia.

O objetivo dessa ditadura seria sanar um mal público (contra os comunistas) e seria um “exercício temporário”. Esse enunciado justifica a ditadura, a define como a possibilidade de melhorar determinado momento de um país, além de proteger as instituições.

Sobre as “EXPRESSÕES”, encontramos uma articulação por dependência entre “ditadura” e “proletariado”, uma vez que “proletariado” determina o sentido de “ditadura”. O trecho “Segundo doutrina...” reescritura não “ditadura”, o termo em destaque, mas sim a “ditadura do proletariado”, por expansão e desenvolvimento. A seguir, o DSD 4:

**Figura 4: DSD 4**



Fonte: elaboração do autor, 2019.

Acima temos que “governo autoritário”, “Forças Armadas” e “Tomada do Poder” determinam “ditadura”. Por outro lado, “lei”, “Estado de Direito”, “Eleições”, “Liberdade Individual”, “Liberdade de Imprensa” e “Regras transparentes” são seus os antônimos encontrados.

Sobre o item (4), realizamos outro DSD, pois encontramos um memorável sobre o golpe militar, porque faz parte de uma memória contra a ditadura militar. Os enunciados “exercício temporário” e “destinado a sanar um mal público ou proteger

suas instituições” são uma justificativa usada pelos responsáveis pelo golpe de 1964 contra as reformas de base de Jango e contra o avanço do comunismo na América do Sul. Temos então o DSD 5:

**Figura 2:** DSD 5



Fonte: elaboração do autor, 2019.

Abaixo temos o verbete 4 apresentado pelo dicionário:

**Militar**

adj m+f

1 Relativo a guerra, a soldado, a tropas.

2 Relativo às Forças Armadas e à sua organização, atuação e disciplina.

3 Relativo ou pertencente ao Exército.

4 Que se baseia e se apoia nas Forças Armadas.

sm

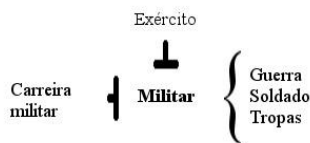
Soldado das Forças Armadas ou oficial que segue a carreira militar (MICHAELIS).

Mais uma vez podemos parafrasear “relativo a” por “diz respeito a”. Os dois apresentam o mesmo sentido. No item (1), encontramos uma expansão enumerativa. “Guerra, soldado e tropas” determinam “militar”. O mesmo ocorre em (2), com “Forças armadas” e “Organização, atuação e disciplina”. Em (3), “relativo ou pertencente” reescritura por elipse “militar”. “Ao Exército” determina “militar” com base no articulador “ao”, uma articulação por dependência que pode ser parafraseada como “aquele que participa do Exército”.

Em (4), “que se baseia” reescritura “militar” por uma elipse indefinida. Poderia ser “governo que se baseia”, “pessoa que se baseia”, ou ainda “programa que se baseia”. No significado como substantivo, “militar” é reescriturado por expansão de generalização por “Forças Armadas”. “Carreira militar” reescritura “militar” por substituição.

Apresentamos o seguinte DSD 6:

**Figura 6: DSD 6**



Fonte: elaboração do autor, 2019.

Temos então que “Carreira Militar”, “Exército” e a enumeração “Guerra, Soldado e Tropas” determinam “militar”.

Partiremos agora para a análise dos verbetes no dicionário *Priberam*.

Verbete 5:

**Ditadura**

(latim dictatura, -ae)

Substantivo feminino

1. Governo de ditador.

2. Absorção do poder legislativo pelo poder executivo (PRIBERAM).

“Ditadura” é determinada por “governo de ditador”. “Governo de ditador” reescreve ditadura por substituição. Há uma articulação por dependência porque “de ditador” determina esse governo específico. O segundo significado diz que “ditadura” é a “absorção” do poder legislativo pelo poder executivo. Podemos parafrasear como “a incorporação do poder legislativo pelo poder executivo”. Isto mostra que absorção do poder legislativo reescreve ditadura por substituição de especificação, ou seja, é aquela que incorpora ou ignora o poder legislativo. Podemos pensar que “absorção” pode significar “desaparecimento” e, dessa forma, ditadura seria o desaparecimento do poder legislativo, o que aparece reescrito por sinonímia no verbete de “absolutismo” no mesmo dicionário: “Sistema de governo em que o poder do chefe é absoluto”.

Encontramos também uma articulação por dependência em que “ditador” determina “governo”. Com base na análise, constatamos o seguinte DSD 7:

**Figura 3: DSD 7**



Fonte: elaboração do autor, 2019.

A palavra “ditadura” é determinada por “ditador”, que, nesse caso, determina “governo”. “Absolutismo” é uma reescrituração por repetição com sinonímia, portanto, também determina “ditadura”. Por outro lado, “Poder Legislativo” é antônimo. “Absorção” predica à “ditadura” que seu “governo” não tem o “poder legislativo”.

Verbete 6:

**Militar**

adjetivo de dois gêneros

- 1 . Relativo ao exército ou a outros ramos das forças armadas.
2. Relativo à organização das forças armadas.
3. Relativo à guerra ou às tropas.
4. Relativo à milícia.
5. Apoiado pelas forças armadas (ex: *golpe militar*)

adjetivo de dois gêneros e substantivo de dois gêneros

6. Que ou quem faz parte do exército ou a outro ramo das forças armadas.

Substantivo masculino

7. Soldado. (PRIBERAM)

Em (1) temos que “Exército” e “ramo das Forças Armadas” reescreveram “militar” por substituição de especificação. Em (2) encontramos que “Organização das Forças Amadas” expande “militar”, uma reescrituração por expansão. Em (3), mais uma vez, o termo é especificado porque “militar” só tem sentido na sua relação com “guerra” e “tropas”. Trata-se de uma reescrituração por substituição de especificação. O mesmo ocorre em (4), em que “milícia” especifica o tipo de “militar”. Em (5), “golpe militar” determina “militar” pela articulação por dependência em “apoio das Forças Armadas”. Em (6) localizamos uma elipse em “que” e em “quem”. Este “que” omite o sentido de “homem”, o que poderia ser parafraseado como “aquele que faz parte...” ou ainda “quem faz parte” das Forças Armadas. Em (7), soldado é uma repetição de “militar” por sinonímia. Abaixo, apresentamos o DSD 8:

**Figura 4:** DSD 8



Fonte: elaboração do autor, 2019.

O dicionário *Priberam* traz uma definição diferente às dos demais.

Verbetes 7:

**Militar**

verbo intransitivo

- 1 . Ser militar.
2. Servir ou ter carreira nas forças armadas.
3. Prevalecer, preponderar.

verbo transitivo e intransitivo

4. Estar ou participar em campanha, combate ou guerra = COMBATER, LUTAR, PUGNAR

5. Defender ideias ou causas = COMBATER, LUTAR, PUGNAR  
verbo transitivo
6. Estar filiado (ex: *ele agora milita no partido*) (PRIBERAM).

Trata-se de um verbete sobre um verbo, no caso, “militar”. Entretanto, em (1), “ser militar” é uma reescrituração por repetição. É um adjetivo. Em (2), o verbo “militar” é reescriturado por “servir” e “ter”. É uma reescrituração por substituição de especificação. Em (3) “prevalecer” e “preponderar” são reescriturações por repetição de sinonímia, em que “prevalecer” e “preponderar” têm o mesmo significado que “militar”. Em (4), “campanha”, “combate” e “guerra” caracterizam “militar”, no entanto “combater”, “lutar” e “pugnar” são sinonímias de “militar”. Em (5), “ideias” e “causas” reescrituram “militar”, dessa forma “ideias” e “causas” predicam o que é “ser militar”. Já em (6) está no campo político-partidário. “Militar” aqui pode ser parafraseado como “militância”.

**Figura 5:** DSD 9



Fonte: elaboração do autor, 2019.

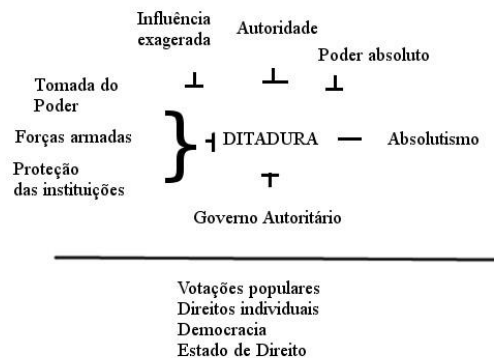
Cada DSD representa a designação da palavra pelo funcionamento da linguagem. Encontramos então várias definições de *ditadura* e de *militar*. Constatamos também memoráveis da Ditadura Civil-Militar brasileira, como “golpe militar” e “exercício temporário”.

## 6 PALAVRAS FINAIS

É preciso dizer que a análise deste artigo não se encerra, mas sim abre latências de futuro. Investigar os verbetes no dicionário, embora isso possa parecer simples, nos mostrou que mesmo o dicionário – instrumento linguístico que tem as propriedades de ser completo, normativo e pedagógico – só significa porque está em um acontecimento enunciativo. São os memoráveis que sustentam a designação dos verbetes, seja sobre ditadura – golpe militar, seja militar – forças armadas.

O sentido de *ditadura* encontrado é um conjunto de definições que abarcam memoráveis, em que constatamos o seguinte DSD 10:

Figura 6: DSD sobre Ditadura

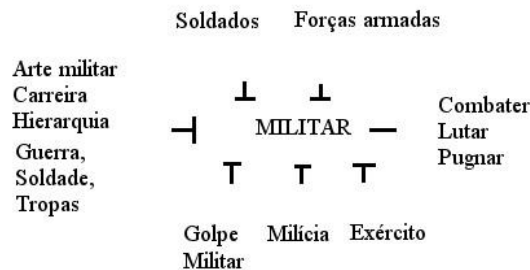


Fonte: elaboração do autor, 2019.

Localizamos que “ditadura” é determinada por “tomada de poder”, “forças armadas”, “proteção das instituições” (memorável do Golpe Militar de 1964), “autoridade”, “poder absoluto”, “influência exagerada” (memorável da beleza) e “governo autoritário”. Como sinonímia, temos “absolutismo”. Como antonímias, encontramos “votações populares”, “direitos individuais”, “Estado de Direito” e “democracia”.

Sobre *militar*, temos:

Figura 7: DSD sobre Militar



Fonte: elaboração do autor, 2019.

Constatamos que “arte militar”, “carreira”, “hierarquia” determinam “militar” com uma reescrituração por enumeração; este também é determinado por “Forças Armadas”, “soldados”, “golpe militar”, “milícia”, “Exército”, “guerra”, “soldado”, “tropas”. O sentido de “militar”, verbo, é sinônimo de “combater”, “lutar” e “pugnar”.

A análise dos enunciados demonstrou a contiguidade dos termos. Nos dois DSD acima, verificamos que “forças armadas” atribuem sentido aos dois termos, assim como “golpe militar”. “Forças armadas” e “golpe militar” demonstram a mobilização dos memoráveis, isto é, a mobilização da história na inscrição desses verbetes. O dicionário é um saber histórico.



## REFERÊNCIAS

- AUROUX, Sylvain. **A revolução tecnológica da gramatização**. Tradução: Eni Orlandi. 3. ed. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2014.
- DICIONÁRIO PRIBERAM DA LÍNGUA PORTUGUESA. Disponível em: <https://dicionario.priberam.org/>. Acesso em: ago. 2019.
- DICIO: Dicionário On-line de Português. Disponível em: <https://www.dicio.com.br/>. Acesso em: ago. 2019.
- DUCROT, Oswald. **O dizer e o dito**. Revisão técnica da tradução: Eduardo Guimarães. Campinas, SP: Pontes, 1987.
- BENVENISTE, Emile. **Problemas de Linguística Geral I**. Campinas: Pontes, 1988.
- DIAS, Luiz Francisco. Gramática e dicionário. *In*: GUIMARÃES, Eduardo; ZOPPI-FONTANA, Monica (orgs.). **A palavra e a frase**. Campinas, SP: Pontes editores, 2006.
- GUIMARÃES, Eduardo. Análise de texto: procedimentos, análises, ensino. Campinas, Editora RG, 2011. *In*: GUIMARÃES, Eduardo; MOLLICA, Maria Cecília. **A Palavra: forma e sentido**. Campinas: Pontes Editores, RG Editores, 2007.
- GUIMARÃES, Eduardo. **Semântica do Acontecimento**: um estudo enunciativo da designação. São Paulo, Campinas: Pontes Editores, 2002.
- GUIMARÃES, Eduardo. Argumentação e argumentatividade. **Desenredo - Revista do Programa de Pós-graduação em Letras da Universidade de Passo Fundo**, v. 9, n. 2, 2013.
- GUIMARÃES, Eduardo. **Semântica**: enunciação e sentido. Campinas, SP: Pontes editores, 2018.
- MACHADO, Carolina de Paula. A designação da palavra preconceito em dicionários atuais. **Sínteses**, IEL, volume 13, 2008.
- MICHAELIS. Disponível em: <https://michaelis.uol.com.br/>. Acesso em: ago. 2019.
- NUNES, José Horta. Dicionários: história, leitura e produção. **Revista de Letras da Universidade Católica de Brasília**, volume 3, número ½, ano III, 2010.
- OLIVEIRA, Sheila Elias de. O dicionário informal e a relação do falante com a língua. **Revista da Anpoll**, número 37, Florianópolis, 2014.

OLIVEIRA, Sheila Elias de. Cidadania: uma história da palavra. **Matraga**, Rio de Janeiro, n.19, p. 106-124, 2006.

REIS, Daniel Aarão. **Ditadura militar, esquerdas e sociedade**. 3. ed. Rio de Janeiro, RJ: Editora Zahar, 2005.

SILVA, Soeli Maria Schreiber da; MACHADO, Carolina de Paula Machado. Semântica do Acontecimento: princípios teóricos, metodológicos e análises. *In*: BARONAS, Roberto (org.). **Estudos discursivos à brasileira: uma introdução**. Campinas, SP: Pontes Editores, 2015.

## Santiago, de *salao* a mártir: as transformações do *ethos* em “O velho e o mar”, de Ernest Hemingway

*Santiago, de salao à martyr:  
transformations de l’ethos dans «Le vieil homme et la mer», d’Ernest Hemingway*

SAMUEL CAETANO COSTA PEREIRA

Licenciando em História pela Universidade Federal de Goiás

E-mail: samuu@msn.com

---

**Resumo:** Este artigo objetiva compreender a transformação do *ethos* de Santiago, o protagonista de “O velho e o mar”, de Ernest Hemingway (2012). O estudo parte da perspectiva teórica da Análise do Discurso e toma, como principais referências, Maingueneau e Pêcheux. No começo do artigo, apresenta-se esse arcabouço teórico e um breve histórico da Análise do Discurso com a consequente definição da categoria do *ethos*. Em seguida, é desenvolvida a análise com a apreciação dos trechos do livro em que se define e transmuta o *ethos* de Santiago. A princípio, seu *ethos* é o de um *salao* (ou seja, “azarado” na gíria cubana), além de ser um velho, pobre e forte pescador. Depois, em sua viagem marítima, sofre uma transformação rumo a um *ethos* segundo, o qual depende dos elementos anteriores em sua reformulação. Doravante, Santiago se torna mártir, sobretudo após um intertexto bíblico com a *Via Crucis*. O estudo conclui que o *ethos* modificado do protagonista é determinante na compreensão da obra e lhe garante sua magnitude literária, já que o discurso da persistência do livro fala muito *de* e *para* o seu contexto de produção discursiva.

**Palavras-chave:** *O velho e o mar*. Ernest Hemingway. *Ethos*.

**Résumé:** Cet article a l’objectif de comprendre la transformation de l’*ethos* de Santiago, le protagoniste de « Le vieil homme et la mer », d’Ernest Hemingway (2012). L’étude part de la perspective théorique de l’Analyse du Discours et a, comme principales références, Maingueneau et Pêcheux. Au début de l’article, on présente ce cadre théorique et un bref historique de l’Analyse du Discours avec la conséquente définition de la catégorie de l’*ethos*. Ensuite, on développe l’analyse avec l’observation des extraits du livre dans lesquels l’*ethos* de Santiago se définit et se transforme-t-il. D’abord, son *ethos* est cela d’un *salao* (c’est-à-dire, « infortuné » dans l’argot cubain), au delà d’être un vieux, pauvre et fort pêcheur. Après, au cours de son voyage maritime, il souffre une transformation vers un *ethos* deuxième, qui dépend des éléments antérieurs dans sa reformulation. Désormais, Santiago devient martyr, surtout après un intertexte biblique avec la *Via Crucis*. L’étude conclut que l’*éthos* modifié du protagoniste est déterminant dans la compréhension de l’oeuvre et lui garantit sa grandeur littéraire, puisque le discours de persistance du livre parle beaucoup *de* et *à* son contexte de production discursive.

**Mots-clés:** *Le vieil homme et la mer*. Ernest Hemingway. *Ethos*.

---

## 1 CONSIDERAÇÕES PRELIMINARES

Publicado em 1952, “O velho e o mar” é certamente o livro mais aclamado e mais bem recebido de Hemingway, tendo-lhe rendido o prêmio Nobel da Literatura de 1954. É uma fábula sobre a força, a persistência e a coragem humana que comove, porém é preciso compreendê-la não apenas emotiva, mas racionalmente, isto é, deve ser estudada para além de sua recepção e das emoções que desperta, compreendendo-se os elementos discursivos que a permeiam, informam e enriquecem. O estudo do *ethos* de Santiago, o velho protagonista, é um desses elementos, porque o percurso discursivo é um dos mecanismos de que Hemingway se vale na criação dessa obra.

Até o presente momento as análises do livro são de viés predominante, se não quase exclusivo, dos estudos literários: desde as perspectivas estilística, biográfica, do imaginário etc. Da necessidade de uma nova compreensão discursiva de “O velho e o mar” surge este trabalho: um estudo do *ethos* da personagem Santiago a partir das concepções de Maingueneau (2008), de acordo com o qual o *ethos* se caracteriza como o caráter de algo ou alguém em sentido amplo, isto é, como dada coisa ou pessoa é apreendida ou compreendida por seus interlocutores, conforme veremos adiante. Considerando que, em “O velho e o mar”, o *ethos* da personagem Santiago sofre uma mudança, nosso percurso analítico observará como se dá a trajetória do seu *ethos* primeiro para o seu *ethos* segundo e descreverá ambos.

O artigo divide-se em dois momentos. No primeiro, *Da fundamentação teórica*, são apresentadas concepções de língua, texto e discurso oriundas da Análise do Discurso (doravante AD) como base para definir o conceito central de *ethos*. Já o segundo momento, *Do ethos de Santiago*, é a análise do percurso discursivo em que se manifestam o *ethos* primeiro de Santiago, seu *ethos* segundo e a trajetória que leva daquele a este. Tal análise considerará as condições de produção do livro, que dizem respeito ao seu contexto histórico-social, concluindo como o trabalho com o *ethos* do protagonista garante à obra sua magnitude.

## 2 DA FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

A AD é um campo de estudos relativamente recente. Sua origem se dá em meados do século XX com Michel Pêcheux e sua epistemologia conjuga Linguística, Psicanálise e Marxismo. Essas três ciências, fundamentadas respectivamente em Saussure, Freud e Marx, têm suas obras basilares relidas por Pêcheux, Lacan e Althusser, autores que as inovam porque trazem à tona interpretações atualizadas e transdisciplinares das teorias originais.

À guisa do discurso, que atravessa os enunciados, a psicanálise atravessa a *episteme* da AD. Segundo Teixeira (2005), o legado da psicanálise é essencialmente a influência na concepção de sujeito do novo campo, porquanto, na definição da AD, não cabia um sujeito idealista, cartesiano, autônomo. Tampouco sendo possível igualar o sujeito gramatical ao sujeito enunciativo, Pêcheux utiliza-se das ponderações psicanalíticas sobre a subjetividade para proclamar o sujeito da AD. Dado que o sujeito não é de todo assujeitado, como o afirma a leitura althusseriana de Marx, donde vem a contribuição da História para a disciplina em questão, o sujeito da AD será formado em

sua alteridade, o que significa que o sujeito se forma sempre em relação ao outro, não apenas submetido a este.

O enunciado, conjunto de signos que é “produto da interação de indivíduos socialmente organizados” (BAKHTIN e VOLOCHINOV, 1992, p. 112), é definição essencial do novo campo, pois é por meio dele que se podem apreender as diversas vozes sociais que atravessam e formam o sujeito. Essas vozes são resultantes de um processo histórico, por conseguinte também o será o sujeito; dado que são heterogêneas e complexas, temos que o sujeito é constitutivamente dialógico. Nesse sentido, os enunciados e os sujeitos não se esgotam, porque, devido à heterogeneidade dialética das vozes, o processo histórico é infinito, isto é, constantemente inacabado. Concluimos que o sujeito não é fruto determinista da História e das relações sociais, porém não pode ser compreendido à parte das influências externas.

Do legado de Althusser fica patente, além do sujeito, também agora a importância da ideologia. Leitor de Freud e Lacan, Althusser lega à AD a noção de ideologia como reprodução e permanência das relações de produção. Em sua teorização, ele diferencia “ideologia” de “Ideologia”. A primeira se liga à expressão de posições de classe (política, religiosa, moral), enquanto a segunda, dominante, é a “relação imaginária dos indivíduos com as relações reais de sua existência” (GEDRAT, 2006, p. 128), ou seja, as relações entre os indivíduos em suas específicas condições de produção de discurso. As ideologias, na AD, são inerentes aos textos; compõem-nos e determinam o que é lícito e o que é ilícito que seja dito, as concepções e visões de mundo dos enunciadores. A ideologia cria mecanismos para sua manutenção, visto que representa uma ordem vigente que não se quer alterada. Nessa linha, a escola, a religião, o trabalho e até o lazer são mecanismos por intermédio dos quais as ideologias atuam e se mantêm. Sua manifestação, para a AD, se dá nos enunciados e ela permite que o sujeito encontre, conforme Teixeira (2005, p. 75), “uma imagem consoladoramente coerente de si mesmo, refletida no ‘espelho’ de um discurso ideológico dominante”.

Finalmente, dado que a AD analisa materialidades linguísticas em suas condições de produção, a linguística saussuriana dá os instrumentos de análise gramatical, fechada, que complementam o trabalho de análise discursiva, a qual, por sua vez, conta com outros instrumentos, tais quais os que acabamos de ver: as noções de ideologia e sujeito. Para além disso, é importante lembrar que Saussure (2002) inovou a ciência como um todo ao trazer-lhe a noção de estruturalismo, concepção segundo a qual a língua se constitui, qual estrutura, nas relações que seus elementos têm entre si. Essa noção foi expandida para outras ciências, porém, a partir da década de 60, o estruturalismo passou por forte revisão. Pêcheux (1990) observava então certo desgaste do estruturalismo e, visto que a AD se volta ao campo do sentido, Pêcheux rompe com o estruturalismo e com a teoria do valor saussuriana por seu furo na polissemia contextual. O estruturalismo, enquanto teoria que não lida com o social da língua, não pôde abarcar uma análise cujo enfoque social é fundamental – crítica apreensível nas reflexões de Bakhtin e Volochinov (1992).

Essa é parte da história da AD. Parte porque, em verdade, os resultados dessas várias reflexões não foram imediatos. As concepções de Pêcheux para a AD se foram formando aos poucos. Para tratar disso, costuma-se dividir a história da AD em três fases: AD1, AD2 e AD3. Fernandes (2007) sucintamente explica cada uma das fases: o

autor fala da noção de “maquinaria discursiva” fechada em si na AD1, em que se tem um sujeito assujeitado, proveniente de Althusser, e iludido de sua emancipação e autonomia. Nesse momento, Pêcheux (1990) tentava reunir traços discursivos empíricos e hipotetizava a dominação destes por uma única maquinaria discursiva. Já o discurso, nesta primeira fase, era compreendido “como resultante de condições de produção estáveis e homogêneas, sendo também homogêneo” (FERNANDES, 2007, p. 87).

Na segunda fase da AD, Pêcheux (1990, p. 314) “começa a fazer explodir a noção de maquinaria estrutural fechada uma vez que o dispositivo da formação discursiva está em relação paradoxal com seu exterior”. Nesse momento, o fundador da AD percebe que umas formações discursivas levam a outras em uma rede infinita, e agora a noção de interdiscurso dá seus primeiros passos, embora a noção de sujeito discursivo assujeitado permaneça a mesma que a da AD1. Finalmente, a AD3 termina com a noção de maquinaria discursiva fechada. Isso permite o surgimento de noções como “heterogeneidade”, “enunciação” e o fim de outras como “neutralidade sintática”. A AD3 é a que chega ao Brasil e aqui toma caminhos diversos, de acordo com o que afirma Fernandes (2007, p. 90).

Dadas essas considerações iniciais, tratemos agora mais especificamente de conceitos fundamentais para a Análise do Discurso (AD). Iniciemos com a língua:

[...] é uma atividade exercida entre falantes: entre aquele que fala e aquele que ouve, entre aquele que escreve e aquele que lê. A linguagem é um trabalho desenvolvido pelo homem – só o homem tem a capacidade de se expressar pela linguagem verbal. Nas relações do dia a dia, fazemos um uso (quase) automático da linguagem (por ex., em situações informais como em conversas com amigos, familiares etc.), mas em situações mais complexas (como em entrevista para trabalho, em uma conferência, falando com uma autoridade) exercer, dominar a linguagem é uma atividade trabalhosa, pois exige esforço, o desenvolvimento de um conhecimento lingüístico e de conhecimentos extra lingüísticos. Isto é, não basta saber a gramática da língua, mas tenho de saber também quem é a pessoa com quem falo ou a quem escrevo, tenho de ajustar a minha linguagem à situação em que estou falando, ao contexto em que o discurso está sendo produzido. (BRANDÃO, 2005, p. 2).

Disso retiramos que a língua se constitui não só como uma série de normas, mas como aquilo que o homem utiliza cotidianamente para se comunicar. É uma entre as formas de linguagem (visto que há outras, como a pictórica e a arquitetônica, que não são língua) em que se transmitem ideologias, valores, crenças etc. A língua é expressa na forma de textos, os quais são transpassados por diversos discursos.

Texto e discurso, por sua vez, são conceitos relacionados e, na superfície, de penosa diferenciação. Pode-se dizer, em resumo, que o texto é uma unidade com significado(s), ao passo que o discurso são os efeitos de sentido que essa unidade possibilita. Tanto um texto quanto um discurso não possuem uma delimitação: há textos grandes, de mil páginas, ou curtos, de uma palavra; já o discurso não possui um tamanho definível porque é um atravessamento, não propriamente expresso por palavras, embora

não prescindam delas ou de elementos imagéticos, por exemplo, para existir. O texto *constitui* o discurso, porque expressa a proveniência de ideias e concepções intrínsecas do enunciador. O discurso é o que se pode apreender de um enunciado; já o texto surge a partir de determinadas condições de produção e não é atravessado por apenas um discurso, mas por vários, porquanto é heterogêneo, isto é, atravessado tanto por outros textos, citados direta ou indiretamente, quanto por vários discursos, o que o forma à guisa de colcha de retalhos.

Enfim, o texto formado por diferentes “tecidos” discursivos, observáveis à parte, mas inseparáveis do todo pela conexão estabelecida que gerou o próprio texto e seus discursos. Se a língua não é um instrumento fora da História, também não o são o texto e o discurso, cuja temporalidade é de ordem interna, relacionando-se com o mundo de dentro para fora, portanto carregados de historicidade. Logo, o sentido de um texto só pode ser definido se inserido na História. O sentido, ou melhor, os efeitos de sentido que um texto pode ter, assim denominados porque variam conforme as condições de sua produção, são aquilo que se compreende de dado enunciado. É, pois, a formação discursiva, para Pêcheux, que será decisiva para o efeito de sentido que se apreende.

Ainda para compreender os efeitos de sentido de um texto, os locutores devem recorrer às suas memórias discursivas. É nelas que os sujeitos se baseiam com vistas à compreensão dos efeitos de sentido, embora elas sejam posse do social, e não do indivíduo. Transpassada pela ideologia, a memória discursiva é parte do conjunto de discursos que mantêm dada ordem, ou desejam romper com ela. Não obstante seja esquecida no cotidiano, não autoconsciente, essa memória vem recorrentemente à tona entre os sujeitos.

Dois conceituações ainda se fazem necessárias: a de intradiscurso e de interdiscurso. Vimos que Althusser traz o conceito de ideologia para a AD, a partir do que se cria a concepção de intradiscurso. O intradiscurso opera sobre si mesmo, isto é, subentende diversas noções em sua própria estrutura. O intradiscurso, ligado à infraestrutura, por sua vez conceito base de produção, também funciona como base, no sentido de que compreende o arcabouço linguístico, simbólico, literário, político, enfim, ideológico de um texto; é, pois, apenas parte de um discurso maior aceito pelos sujeitos. Se o *intradiscurso* se liga àquilo que é interno ao texto, o *interdiscurso* se tratará das relações que os discursos estabelecem entre si. Este está na composição de um texto, de seus arranjos de sentido, das diversas relações de usos da linguagem, tudo isso em relação às formações discursivas dos textos, isto é, relativo aos discursos que os transpassam. Vê-se que um discurso tem determinados efeitos de sentido se compreendidas as formações discursivas que o compõem. Em outras palavras, o interdiscurso é a relação entre o texto e suas formações discursivas, o modo como se articula com os discursos que transpassam a ambos.

Compreendidos os conceitos-chave da AD, definamos agora o conceito de *ethos*:

A retórica tradicional ligou estreitamente o *ethos* à eloquência, à oralidade em situação de fala pública (assembleia, tribunal...), mas cremos que, em vez de reservá-la para a oralidade, solene ou não, é preferível alargar seu alcance, abarcando todo tipo de texto, tanto os orais como os escritos. Todo texto escrito, mesmo que o negue, tem uma

SANTIAGO, DE SALAO A MÁRTIR:  
AS TRANSFORMAÇÕES DO *ETHOS* EM “O VELHO E O MAR”, DE ERNEST HEMINGWAY

“vocalidade” que pode se manifestar numa multiplicidade de “tons”, estando eles, por sua vez, associados a uma caracterização do corpo do enunciador (e, bem entendido, não do corpo do locutor extradiscursivo), a um “fiador”, construído pelo destinatário a partir de índices liberados na enunciação. O termo “tom” tem a vantagem de valer tanto para o escrito como para o oral. (MAINGUENEAU, 2008, p. 17-18).

Maingueneau demonstra que o *ethos* é um conceito proveniente da Antiguidade grega, o qual, no entanto, chegou ao tempo atual com a possibilidade de ter seu estudo ampliado para qualquer tipo de texto. O *ethos* seria a criação de uma imagem do enunciador por parte de dado fiador (interlocutor). Essa imagem é construída pelas imagens que o enunciador tem de si, de seu interlocutor, de suas relações com este e de seu próprio enunciado, somadas às imagens que, por sua vez, o interlocutor tem, igual e reciprocamente, do seu enunciado, de si, de seu enunciador e das relações destes dois. Somam-se a isso representações estereotípicas e sociais, as quais determinam como será compreendido um *ethos* pré-discursivo, isto é, como será criada a imagem pré-discursiva de um enunciador a partir de elementos extradiscursivos como vestes, porte, idade, gênero etc. São todos elementos pertencentes ao *mundo ético* do fiador e a este mundo o enunciador recorre a fim de criar uma imagem de si, bem como ao mesmo mundo recorre o fiador para compreender essa imagem. É por isso que nem sempre o *ethos* que se deseja criar é de fato alcançado: o *ethos* do enunciador depende de uma conjuntura maior do que ele próprio, sobre a qual, como sujeito, ele influi, mas não determina.

Para Maingueneau (2008), o *ethos* resulta da “corporalidade” que o enunciador dá ao seu discurso, da assimilação deste pelo destinatário e “essas duas incorporações permitem a constituição de um *corpo* da comunidade imaginária dos que aderem ao mesmo discurso”. É válido lembrar que, variando as conjunturas históricas, os *ethé* (*ethos* no plural) serão diversos para o enunciador em cada conjuntura. Por essa razão, será diverso para cada época o *ethos* pré-discursivo e, enquanto tal, fala do que se pressupõe sobre o enunciador antes ou à parte de seu discurso.

Já o *ethos* efetivo dos sujeitos é formado pela ligação do *ethos* pré-discursivo, que já definimos, e ao *ethos* discursivo. Este se forma do *ethos* dito e do mostrado. O *ethos* dito se constitui das referências que o enunciador faz a si mesmo em seu discurso. Por exemplo, ele participa da criação de seu *ethos* ao enunciar “falo como se fosse seu pai” e “volto-me aos Senhores como um humilde em busca de perdão”. Os interlocutores se fiam a esta imagem dita e principiam a formar um *ethos* do enunciador, que pode ou não corresponder ao *ethos* que este enunciador ambiciona formar em torno de si. Agora o *ethos* mostrado são os próprios enunciados proferidos pelo enunciador. Este *ethos* se dá, pois, na fala do enunciador, o que pode resultar problemático na distinção entre o *ethos* mostrado e o dito. De fato, sua fronteira é tênue, mas distinguível.

### 3 DO *ETHOS* DE SANTIAGO

Nossa análise do *ethos*, já o dissemos, compreende a obra-prima de Ernest Hemingway (2012), “O velho e o mar”. A obra foi escrita em Cuba em 1951 e publicada



em 1952, embora já houvesse algum esboço dela há alguns anos, segundo o que Llosa (2004) afirma. É imprescindível, em vista de estudar o *ethos* da personagem principal Santiago, compreender o contexto de produção desse texto: a obra foi publicada em um período após as duas grandes conflagrações mundiais e no início da Guerra Fria entre soviéticos e americanos, ou, trocando em miúdos, comunistas e capitalistas. É um momento de crise, desespero e revoltas, mas, sobretudo, de mudanças na realidade histórica e socioeconômica que marcam discursivamente todo o livro em pauta, ainda que de maneira alegórica.

Hemingway lutara nas guerras e, à altura da escrita de “O velho e o mar”, já se entregara à prática do alcoolismo (LLOSA, 2004). O escritor passava por uma maré de azar e má escrita segundo o mesmo Llosa (2004), que criticou negativa e veementemente suas últimas obras. Nesse quadro, aparentemente, pouco impacto teria uma história de pescador, não fosse essa história ser a fábula que é de perseverança e força humana. “O velho e o mar” surge, portanto, de um contexto de temor global, desencanto do autor com o mundo com o próprio autor (que, aliás, se suicidaria anos depois). Apesar de tudo, o livro tem uma recepção fantástica desde leitores leigos até a crítica especializada. Sua “fórmula” é semelhante à das outras obras de Hemingway (LLOSA, 2004), porém o que elas não alcançaram foi uma construção tão exemplar e marcante como a do *ethos* de Santiago, que veremos agora. Logo no princípio da obra, já é feita a primeira incursão desse *ethos*:

Ele era um velho que pescava sozinho em seu barco, na *Gulf Stream*. Havia oitenta e quatro dias que não apanhava nenhum peixe. Nos primeiros quarenta, levava em sua companhia um garoto para auxiliá-lo. Depois disso, os pais do garoto, convencidos de que o velho se tornara *salao*, isto é, um azarento da pior espécie, puseram o filho para trabalhar noutro barco, que trouxera três bons peixes em apenas uma semana. O garoto ficava triste ao ver o velho regressar todos os dias com a embarcação vazia e ia sempre ajudá-lo a carregar os rolos de linha, ou o gancho e o arpão, ou ainda a vela que estava enrolada à volta do mastro. A vela fora remendada em vários pontos com velhos sacos de farinha e, assim enrolada, parecia a bandeira de uma derrota permanente. (HEMINGWAY, 2012, p. 13).

A primeira metade do trecho acima se refere à definição primeira e básica de Santiago: um velho azarado que há tempos não pescava peixe algum. Se antes era acompanhado de um garoto ajudante, agora este lhe era tirado por causa da maré de azar do pescador. Tãmanha era essa maré que o velho é caracterizado como *salao*, gíria do espanhol falado em Cuba proveniente do adjetivo *salado*. Essa palavra é atravessada por uma polissemia conforme o contexto hispânico em que é enunciada: original e formalmente, sua tradução é “salgado”; na América do Sul, seu sentido pode ser o mesmo de “jovial”, “divertido”; já em países da América Central, sobretudo em Cuba, a palavra adquiriu o mesmo valor de “azarado”, “sem sorte”, justamente o efeito de sentido dado no livro em questão. O seu uso na forma de gíria também expressa, na obra, a proveniência da personagem Santiago: das margens da sociedade, por isso é provável que vivesse em uma região litorânea – aliás, vale lembrar que é pescador,

SANTIAGO, DE SALAO A MÁRTIR:  
AS TRANSFORMAÇÕES DO *ETHOS* EM “O VELHO E O MAR”, DE ERNEST HEMINGWAY

pressupondo pouca condição financeira. Isso se reafirma se considerarmos a necessidade de os pais do garoto o colocarem para ajudar a pescar, forma de complemento financeiro para o seu lar.

Já na segunda metade do trecho, caracterizam-se o barco e os instrumentos de navegação de que Santiago faz uso. Mais do que falar de si próprios, o barco e os instrumentos falam de Santiago, sua pobreza e decadência. A imagem do barco que retorna sempre vazio e a vela remendada parecem simbolizar aqui a “derrota permanente” de Santiago em face do mar. Em outras palavras, todos os objetos ligados a Santiago que surgem são contribuintes na formação do *ethos* pré-discursivo da personagem, dado que demonstram a pobreza em/de que vive e antecedem qualquer enunciado do velho na formação do *ethos*.

Depois, já no parágrafo seguinte, encontramos uma descrição física do protagonista:

O velho pescador era magro e seco, e tinha a parte posterior do pescoço vincada de profundas rugas. As manchas escuras que os raios do sol produzem sempre, nos mares tropicais, enchiam-lhe o rosto, estendendo-se ao longo dos braços, e suas mãos estavam cobertas de cicatrizes fundas, causadas pela fricção das linhas ásperas enganchadas em pesados e enormes peixes. Mas nenhuma destas cicatrizes era recente. (HEMINGWAY, 2012, p. 13 e 14).

A descrição do novo trecho reforça o quadro anterior e reafirma o *ethos* de derrota, cansaço e, agora, de decadência física de Santiago. No novo trecho, temos um *ethos* pré-discursivo do protagonista, o qual acaba coincidindo com o *ethos* produzido que o leitor apreende, formando, finalmente, esse que, pode-se dizer, é o *ethos* primeiro de Santiago ou um primeiro *ethos efetivo*. Na continuação do primeiro terço do livro o que vemos é uma constante recorrência desse primeiro *ethos*. Logo após o trecho citado, acompanhamos outros pescadores fazendo troça do velho, que não reage nem se zanga. Seu silêncio, curiosamente, é parte do *ethos* discursivo que se produz sobre Santiago: além de tudo, ele é paciente, calmo e em certa medida passivo. Mais à frente há a descrição da casa do velho feita pelo narrador:

Seguiram juntos pela rua em direção à cabana do velho e entraram pela porta que estava sempre aberta. O velho encostou à parede o mastro com as velas enroladas em volta e o garoto pôs a caixa e as outras coisas no chão. O mastro era quase da altura do único quarto da cabana, que era construída de guano, a resistente madeira das palmeiras-reais. Dentro só havia uma cama, uma mesa, uma cadeira e um canto no chão sujo, onde se podia cozinhar a carvão. Nas paredes castanhas do duro guano viam-se uma imagem colorida do Sagrado Coração de Jesus e uma outra da Virgem de Cobre. Ambas eram relíquias de sua mulher. Em tempos, houvera na parede uma fotografia da esposa, mas ele a tinha tirado porque se sentia muito só ao olhá-la todos os dias; agora estava escondida numa prateleira, debaixo de sua camisa lavada. (HEMINGWAY, 2012, p. 19).

A pobreza da frágil morada é inegável, dizendo, como o barco, mais sobre o *ethos* do velho do que sobre os objetos em si. O que há de novo no trecho é a afirmação da viuvez de Santiago e de sua religiosidade católica latente. A pobreza solitária e a fé são fatores fundamentais do *ethos* atual da personagem por gerarem empatia e serão decisivos para a mudança que esse *ethos* sofre *a posteriori*. Na mesma linha da pobreza, há depois (HEMINGWAY, 2012, p. 20) menções a uma rede e a uma panela de arroz com peixe que não existem, mas a que Santiago e seu interlocutor, o jovem Manolín, sempre se referem por triste hábito. Outra passagem importante vem a seguir:

Quando ele voltou, mais tarde, o velho Santiago estava dormindo e o sol já começava a baixar no horizonte. O garoto foi buscar a velha manta da cama e colocou-a sobre os ombros do velho. Eram ombros estranhos, ainda poderosos embora muito velhos, e o pescoço também era ainda muito forte. Não se viam tanto as rugas quando estava dormindo assim, com a cabeça descaída para a frente. A camisa havia sido remendada tantas vezes que mais se assemelhava a uma vela, e os remendos, sob a ação do sol, tinham-se esbatido em diversos tons. A cabeça do velho era muito velha e, com os olhos fechados, não havia vida no seu rosto. Tinha o jornal estendido nos joelhos e o peso do braço impedia que a brisa da tarde o levasse. Estava descalço. (HEMINGWAY, 2012, p. 22-23).

No trecho acima se inscreve mais outro elemento no *ethos* da personagem principal: além de o velho ser pobre e ter fé, reconhecemos em Santiago um homem ainda forte, de ombros poderosos pelo olhar de Manolín, expresso pelo narrador. Eis o terceiro elemento decisivo na construção do *ethos* de Santiago. Essa força, que faz as vezes de persistência no desenrolar do livro, é notória e faz parte da ideologia que transpassa toda a obra.

Dando continuidade ao enredo, na manhã seguinte Santiago se levanta e resolve pescar mais além no horizonte. Lá, em uma viagem externa e interna que dura quase 80 páginas (HEMINGWAY, 2012, p. 31-119), ele se depara e confronta um peixe gigantesco como jamais vira igual. A batalha dura cerca de três dias e causa ao velho ainda mais sofrimento e cansaço. Dissemos que a fé, a solidão e a força são elementos essenciais para o decorrer da história: é que o pescador optou por essa “missão” de ir longe sozinho e, embora árdua e cansativa, persistiu nela. Sua força, portanto, é não apenas física, mas de caráter. Essa força de caráter é o elemento mais forte de seu *ethos* ao longo das 80 páginas citadas e se encontra em todas as passagens em que ele reafirma persistir na sua empreitada de pescar o peixe gigante, pelo qual possui profundo respeito e reverência, talvez se espelhando nesse mesmo peixe.

Depois de conseguir pescá-lo com muito custo, o pequeno barco de Santiago começa a ser atacado por tubarões famintos (HEMINGWAY, 2012, p. 101). Nesse episódio, o desfecho da empreitada marítima, o que mais importa para o *ethos* da personagem é o monólogo que ela realiza, visto que é nesse momento que se opera a mudança do *ethos* primeiro para o *ethos* segundo de Santiago. Em um olhar amplo, na verdade todo o episódio da ida mais longe ao mar é composto por monólogos. A

SANTIAGO, DE SALAO A MÁRTIR:  
AS TRANSFORMAÇÕES DO ETHOS EM “O VELHO E O MAR”, DE ERNEST HEMINGWAY

diferença deste com os anteriores é que, embora não houvesse pessoa com que Santiago falasse, havia o grande peixe, pequenos peixes e aves, todos representando a figura de interlocutores, além do próprio Santiago. Dado que todo diálogo pressupõe um interlocutor, não sendo possível “conversar sozinho” segundo Bakhtin e Volochinov (1992), o diálogo no clímax da obra é realizado essencialmente entre Santiago e ele mesmo, espécie de outro eu. Tal diálogo fica claro por meio das suas diferentes manifestações: ora o pescador fala, o que na obra é marcado pelo uso do travessão, ora ele somente pensa, o que é marcado pelo uso das aspas. O narrador da obra, observador onisciente, permite que transpareçam os pensamentos monológicos de Santiago e, ao mesmo tempo, que se diferenciem as falas dos Santiagos falante pensante, que são apenas dois em um só.

O monólogo em pauta consiste em uma série de conjunções adversativas “mas” (HEMINGWAY, 2012, p. 104 a 107) introduzindo cada fala ou pensamento. Esse processo de oposições constantes em relação às falas anteriores, sempre retomado pela partícula citada, marca linguisticamente a agonia da personagem cambiante, visto que suas opiniões são desestabilizadas e o velho passa a questionar os feitos e os acontecimentos daqueles dias. A situação de Santiago é extrema e ele o reconhece sem hesitar em seguir lutando: “não passo de um velho, mas ainda estou armado” (HEMINGWAY, 2012, p. 105). Sua ideologia de persistência faz com que não desista de retornar a terra e de levar o peixe o mais inteiro possível, mesmo que suas chances sejam poucas sem armamento mais pesado ou apoio de outrem. Assim, concomitantes, o monólogo e o episódio do ataque dos tubarões se seguem.

Continua o jogo de contradições e oposições do velho até que finalmente, depois de ataques incessantes dos tubarões, que deixaram apenas os ossos do peixe, o velho chega à praia (p. 119). Nesse episódio não há mais falas ou pensamentos; há apenas a descrição objetiva do narrador acerca dos acontecimentos, muito embora essa mesma descrição seja marcada por vários atravessamentos ideológicos: o discurso da persistência, da fé e da força. Aqui o *ethos* segundo da personagem alcança seu ápice:

Recomeçou a andar e, no topo da rampa, caiu no chão e ficou deitado durante alguns momentos com o mastro ainda aos ombros. Tentou levantar-se. Mas era esforço excessivo e ficou sentado com o mastro aos ombros, olhando para a estrada. Um gato passou correndo do outro lado da rua e o velho observou-o. Em seguida olhou pra a estrada e ficou observando-a também. Finalmente pôs o mastro no chão e levantou-se. Tornou a pegar no mastro, pô-lo aos ombros, e começou de novo a caminhar. Teve de sentar-se cinco vezes antes de chegar à cabana. (HEMINGWAY, 2012, p. 120).

O intertexto com a *Via Crucis* cristã é evidente. Tanto o Cristo bíblico quanto Santiago carregam grandes instrumentos de madeira (a cruz e o mastro respectivamente). O caminho lhes é igualmente árduo devido ao cansaço da última noite e dos últimos dias. A comparação com Cristo chega aos extremos no segundo parágrafo, em que se afirma que Santiago parou várias vezes com o mastro nas costas, não sendo capaz de continuar sem descansar, à maneira de Cristo exausto em sua caminhada rumo ao Gólgota. Uma vez em casa, Santiago assume sua derrota em diálogo com Manolín: “–

Venceram-me, Manolín – falou a custo – Venceram-me, de verdade. / – *Ele não o venceu. O peixe, não. / – Não. Você tem razão. Foi depois*” (HEMINGWAY, 2012, p. 124). Ainda assim, essa derrota parece relativizada pelo peixe que logrou pescar, mesmo que deste só reste a carcaça esquelética. Símbolo da cristandade e do próprio Cristo (CHEVALIER; GHEERBRANT, 2020, p. 780), o peixe que também resiste, se bem que reduzido ao seu mínimo, espelha Santiago em mais um atravessamento discursivo da Bíblia.

O desfecho da narrativa dá a entender que Santiago morre: deitado na sua cama, sonhava com suas viagens, o que cria um clima onírico para todo esse final aberto: “Lá em cima, na cabana, o velho estava dormindo de novo, com o rosto escondido no monte de jornais que lhe servia de almofada. O garoto estava sentado a seu lado, observando-o. O velho sonhava com leões” (HEMINGWAY, 2012, p. 126). Interessante observar os jornais como mais um elemento caracterizador da pobreza de Santiago: embora os leia, sua função é mudada, assim como o *ethos* da personagem; ou seja, se antes a função dos jornais era de leitura, esta se desloca para servir de lugar de descanso após todos os feitos e a derradeira transformação do *ethos*. Os leões são, igualmente, um atravessamento discursivo polissêmico: sugerem a ideia da força nos enfrentamentos de Santiago, mas também fazem lembrar o martírio dos primeiros cristãos em Roma, condenados a ser esfaqueados pelas feras.

Os últimos trechos vistos são símbolos da transformação de Santiago: de *salao* a mártir, ou seja, de pescador azarado a figura heroica comparável a Cristo. É um Santiago não menos cansado, contudo enaltecido, singular como nunca e que testemunha a força que todo homem guarda dentro de si. Vargas Llosa, a despeito de trabalhar com uma análise distinta da nossa, sugere a transformação nesse segundo *ethos* de Santiago:

O leitor percebe no enfrentamento do velho Santiago contra os inimigos silenciosos que acabariam por derrotá-lo uma descrição de algo mais constante e universal, o desafio permanente que é a vida para os seres humanos, e este ensinamento espartano: que, enfrentando essas provas com a valentia e a dignidade do pescador da história, o homem pode atingir uma grandeza moral, uma justificativa para sua existência, mesmo que termine derrotado. Essa é a razão pela qual, ao regressar à vila de pescadores onde vive [...] com o esqueleto inútil do peixe-agulha devorado pelos tubarões, exausto e com as mãos ensanguentadas, parece-nos alguém que, na experiência que acabou de protagonizar, agigantou-se moralmente e superou a si mesmo, transcendendo as limitações físicas e psíquicas dos comuns mortais. [...] Santiago, no dia seguinte ao seu retorno, é mais respeitável e digno do que era antes de zarpar. (LLOSA, 2004, p. 227).

É esse o *ethos* final de Santiago, curiosamente atingido quando da sua provável morte, o que significa muito: mesmo mortos, os *ethé* dos sujeitos continuam existindo e se alterando, sujeitos aos atravessamentos discursivos. Aliás, um olhar mais profundo revela o quanto a morte do protagonista contribui para a formação de seu *ethos* de mártir, porque a morte é a redenção máxima pela qual Santiago passa, assim como, por intertexto, a personagem de Cristo na Bíblia. E, assim como Cristo tinha apóstolos, Santiago possuía Manolín, fiel seguidor e herdeiro dos ensinamentos do velho pescador.

SANTIAGO, DE SALAO A MÁRTIR:  
AS TRANSFORMAÇÕES DO *ETHOS* EM “O VELHO E O MAR”, DE ERNEST HEMINGWAY

Manolín não está nada distante da figura de Pedro, que é obrigado a negar Cristo (como Manolín é obrigado a abandonar o velho no começo do livro), mas que se arrepende e aprende com os ensinamentos do mestre. Em outras palavras: o atravessamento do discurso bíblico, do Cristo que perdura na figura de seus seguidores, faz parte do *ethos* de Santiago, o qual perdura na figura de Manolín, que deve resistir como Santiago.

Quer se trate do discípulo Manolín, quer se trate de Santiago, o fato é que o livro se encerra com um discurso de resistência ou persistência. Publicado originalmente em 1951, como dissemos, o livro vem à luz logo após a terrível *era das catástrofes* – termo com o qual o historiador Eric Hobsbawm (1995) define o intenso período bélico e genocida estendido desde o fim da *Belle Époque* e o estopim da *Primeira Guerra Mundial* (1914) até a derrota da Alemanha e do Japão na *Segunda Guerra Mundial* (1945). Apesar da aparente tranquilidade dos anos 1950, uma nova ameaça à ordem global pairava: a guerra atômica como realidade possível e às vésperas de acontecer em meio às tensões entre capitalismo e comunismo. Hemingway, um americano em plena Cuba, vivia um entrelugar, um espaço de cruzamentos tensos e sua mensagem, em “O velho e o mar”, está intrinsicamente relacionada a esse seu contexto pessoal e mundial. Hemingway, ademais, propaga o discurso de resistência como chave para a sobrevivência humana: a sobrevivência dos pequenos homens, na esteira interpretativa de Llosa (2004), mas também a sobrevivência da humanidade frente à barbárie bélica anunciada. Percebe-se que “O velho e o mar”, curiosamente, fala o tempo todo *de* e *ao* seu tempo histórico, na medida em que é atravessado pelos discursos circulantes e a eles responde de modo metafórico.

#### 4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A obra de Hemingway alcançou seu valor pelo domínio literário de sua matéria romaneada e pelos seus atravessamentos discursivos. O escritor foi capaz de mobilizar intertextos discursivos bíblicos em seu enredo que deram força a sua alegoria, cujo fim era a propagação de um discurso de resistência ou de persistência. Tal discurso não só respondia aos temores de sua época, mas ainda hoje encanta pela maestria e beleza de sua formulação na figura de Santiago. O escritor elaborou um percurso *ético* (relativo ao *ethos*) da personagem Santiago, que começa sendo um pescador solitário, velho, pobre e forte (*ethos* primeiro) e termina revalorizando essas características na construção de um *ethos* segundo de martírio, muito identificado com aquele vivido pelo Cristo bíblico. Com isso, o escritor lega à posteridade uma mensagem positiva e confirma o poder da linguagem nas construções discursivas, sempre valendo-se dos discursos sociais nas (re)construções e atravessamentos de sentido, mesmo (e sobretudo) quando alegóricos como em “O velho e o mar”.

#### REFERÊNCIAS

BAKHTIN, Mikhail; VOLOCHINOV, Valentin Nikoláievitch. **Marxismo e filosofia da linguagem**. 6. ed. São Paulo: Hucitec, 1992.

BRANDÃO, Helena Hathsue Nagamine. **Analisando o discurso**. São Paulo: Museu da Língua Portuguesa, 2005. (Texto digitalizado no Portal do Museu da Língua Portuguesa). Disponível em: <https://www.museudalinguaportuguesa.org.br/wp-content/uploads/2017/09/Analisando-o-discurso.pdf>. Acesso em: 16 out. 2021.

CHEVALIER, Jean; GHEERBRANT, Alain. **Dicionário de símbolos**: mitos, sonhos, costumes, gestos, formas, figuras, cores, números. 34. ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 2020.

FERNANDES, Cleudemar Alves. **Análise do Discurso**: reflexões introdutórias. São Carlos: Claraluz, 2007.

GEDRAT, Dóris. **Análise do discurso**. Campinas: Editora da Unicamp, 2006.

HEMINGWAY, Ernest. **O Velho e o Mar**. 77. ed. Rio de Janeiro: Record, 2012.

HOBBSAWM, Eric. **A era dos extremos**: o breve século XX (1914-1991). 2. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

LLOSA, Mario Vargas. **A verdade das mentiras**. 3. ed. São Paulo: Arx, 2004.

MAINGUENEAU, Dominique. A noção de ethos discursivo. *In*: MOTTA, A. R.; SALGADO, L. **Ethos discursivo**. São Paulo: Contexto, 2008. p. 11-32.

PÊCHEUX, Michel. **O discurso**: estrutura ou acontecimento. 5. ed. Campinas: Pontes, 1990.

SAUSSURE, Ferdinand de. **Curso de lingüística geral**. 30. ed. São Paulo: Cultrix, 2002

TEIXEIRA, Marlene. **Análise de discurso e psicanálise**: elementos para uma abordagem do sentido no discurso. 2. ed. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2005.

# Uma reflexão sobre o papel de Judas Iscariotes na poesia de José Saramago

*A reflection on the role of Judas Iscariot in the poetry of José Saramago*

RODRIGO CONÇOLE LAGE

Graduado em História. Especialista em História Militar (UNISUL)  
Professor da SEEDUC-RJ, no Colégio Estadual Governador Roberto Silveira  
E-mail: rodrigo.lage@yahoo.com.br

---

**Resumo:** O objetivo deste artigo é estudar o modo como o escritor português José Saramago elabora uma releitura da *Bíblia*. O assunto tem sido muito estudado na sua obra ficcional, mas não em sua produção poética. Consequentemente, visando contribuir para um melhor conhecimento da questão, decidimos examinar de que modo ele trabalhou a figura do apóstolo Judas no poema homônimo. Com essa finalidade, dividimos nosso trabalho em duas partes. Na primeira, apresentamos um breve resumo das informações conhecidas sobre o apóstolo, tal como apresentada nos evangelhos. Na segunda, a partir desses dados, apresentamos uma análise do texto, discutindo suas ideias sobre Deus e sobre o papel de Judas.

**Palavras-chave:** José Saramago. Judas Iscariotes. Poesia portuguesa.

**Abstract:** The objective of this work is to study how the Portuguese writer José Saramago shall draw up a rereading of the Bible. The matter has been much studied in his fictional work, but not in your poetic work. Consequently, aimed at contributing to a better understanding of the question, we decided to examine how he worked the figure of Apostle Judas in the homonymous poem. For this purpose, we divide our work into two parts. In the first, we present a brief summary of the known information about the apostle, as presented in the gospels. In the second, from this informations, we present an analysis of the text, discussing their ideas about God and about the role of Judas.

**Keywords:** José Saramago. Judas Iscariot. Portuguese poetry.

---

## 1 CONSIDERAÇÕES INICIAIS

O Cristianismo tem, direta e indiretamente, forte presença na obra do escritor José Saramago. Livros como *O Evangelho Segundo Jesus Cristo*, *Caim*, *A Segunda Vida de Francisco de Assis* e *In Nomine Dei* são de temática cristã. Sem contar as referências ao Cristianismo e à *Bíblia*, que podem ser encontradas em outras obras. No que diz respeito a sua poesia, por exemplo, ela está presente no *Salmo 136*, *Natal*, *A um cristo velho*, *Judas* e *Sé velha de Coimbra*, de *Os poemas possíveis*.

A constatação desse fato nos levou a escolher, como objeto de estudo, um de seus poemas. Os poemas de Saramago têm sido pouco estudados, em comparação número de estudos de seus romances e peças de teatro. O poema escolhido foi *Judas*, devido à importância da figura do apóstolo na da literatura ocidental:



Judas, tal qual chegou até hoje na tradição cristã, configura-se como um dos personagens mais referenciados na literatura ocidental. Sua traição a Jesus, e o que ela representa para o imaginário religioso, é constantemente retomada pela literatura, como sugere o conto ao colocar em plano semelhante outros pontos de vista sobre a narrativa (OLIVEIRA, 2016, p. 11).

Assim, na próxima seção, vamos examinar o que os evangelhos bíblicos e o *Evangelho de Judas* falam a respeito do apóstolo, pois são as fontes a partir das quais sua imagem foi construída pelos cristãos ao longo do tempo. Mesmo que o evangelho apócrifo tenha sido descoberto depois da publicação do poema, na década de 1970, a essência do que ele ensina era conhecida. A comparação dos dois textos ajuda a entender como a leitura que Saramago faz da figura de Judas tem ligação com algumas ideias que já existiam desde os primeiros séculos do cristianismo e que serviram de inspiração para outros autores, em oposição a visão oficialmente aceita pelo Cristianismo.

Como não sabemos quais versões da *Bíblia* Saramago conhecia, e utilizava como referência, partimos do princípio de que deve ter utilizado, ao longo do tempo, edições modernas e, pelo menos, uma tradução em português. Como o escritor vivia em uma sociedade na qual predominava a Igreja Católica e não as igrejas evangélicas, optamos por utilizar uma tradução católica. Ela vai nos apresentar uma versão oficialmente aceita do texto de modo que, mesmo que existam algumas diferenças vocabulares em relação a outras traduções, as diferenças não atingem o conteúdo daquilo que foi dito.

Nosso objetivo é analisar o poema *Judas* de Saramago e sua associação com dois pontos de vista sobre o apóstolo. Em primeiro lugar, temos o ortodoxo, pois tanto católicos quanto protestantes não apresentam maiores divergências na leitura que fazem do papel de Judas. Por outro lado, temos o heterodoxo, surgido depois do século entre os gnósticos, no meio daqueles grupos que, de modo geral, vão ser chamados de heréticos. Isso nos permitirá identificar o modo como o poeta faz uma releitura daquilo que é aceito oficialmente pelos cristãos, dentro de um projeto de crítica ao Cristianismo.

## 2 UM OLHAR SOBRE A FIGURA DO APÓSTOLO JUDAS

A figura do apóstolo Judas Iscariotes ficou profundamente marcada no imaginário ocidental por ter traído Jesus por dinheiro e se tornou o arquétipo do traidor. Assim, “por séculos, mesmo com as contradições presentes nos textos canônicos do Novo Testamento, foi visto como um vilão supremo, ladrão ganancioso, um seguidor infiel possuído pelo demônio” (SANTOS, 2015, p. 7). Essa foi a imagem transmitida pelos Evangelhos, pela tradição oral e pela literatura cristã patrística e medieval até os dias de hoje.

Contudo, isso não quer dizer que, mesmo entre os próprios cristãos e os grupos considerados heréticos, não tenha existido uma opinião diferente. A predominância de um determinado ponto de vista implica, em muitos casos, supressão das ideias divergentes. A descoberta do *Evangelho de Judas* revelou-nos com maiores detalhes outra

perspectiva, “que não é, necessariamente, a verdade, mas sabe-se que, nos primeiros séculos da Era cristã, era considerada correta por algumas comunidades cristãs dispersas” (SANTOS, 2015, p. 7). Essa interpretação não era totalmente desconhecida dos estudiosos do Cristianismo, de modo que Saramago pode ter lido algo a respeito, mas, com a descoberta do texto, ela passou a ser conhecida com maiores detalhes.

Assim, se oficialmente e para a grande maioria ele foi o grande traidor, existiram aqueles grupos que consideravam Judas como um dos apóstolos que Jesus mais estimava e, defendendo que a traição era necessária porque fazia parte de plano divino da salvação, ofereciam um motivo palpável para a traição. Assim, para conhecer um pouco melhor o que os cristãos dizem a respeito desse apóstolo, vamos examinar o que dizem os textos bíblicos, com suas contradições, para então apresentarmos um olhar diferente sobre ele.

Judas Iscariotes (קריית איש יהודה, no hebraico; Ἰούδας Ἰσκαριώθ (*Iouda Iskariôth*) ou Ἰσκαριώτης (*Iskariotes*), no grego bíblico) foi um dos doze apóstolos escolhidos por Jesus. Ele “se distingue dos outros discípulos por meio do sobrenome “Iscariotes”; todos os outros apóstolos são chamados apenas pelo primeiro nome acrescido, às vezes, de sua filiação ou da profissão exercida” (OLIVEIRA, 2016, p. 16). Mas não existe nenhuma explicação para esse fato.

Seu sobrenome, “em hebraico, é *ish Qeryoth*, termo que significa *homem de Queriot* (*Evangelho de João 6:71*), pequena aldeia localizada na província romana da Judeia” (SANTOS, 2015, p. 8). Ela costuma ser identificada como sendo a cidade de Cariot-Esron, que é citada no *Velho Testamento*, em *Josué 15:25*<sup>1</sup> (BÍBLIA SAGRADA, 2005, p. 1393) e em *Amós 2:2* (BÍBLIA SAGRADA, 2005, p. 1232). Mas não existe nenhuma prova inequívoca de que seja realmente a mesma.

Curiosamente, ele aparece com o sobrenome em *Lucas 6:16* (BÍBLIA SAGRADA, 2005, p. 1354) e *Mateus 26:14* (BÍBLIA SAGRADA, 2005, p. 1317), mas, em *João 6:71*, não. Por outro lado, é citado junto com o nome do pai, o único de seus familiares citado na Bíblia: “Ele se referia a Judas, filho de Simão Iscariotes, porque era quem o havia de entregar, não obstante ser um dos Doze” (BÍBLIA SAGRADA, 2005, p. 1393). Contudo, ao longo do tempo, outras interpretações foram atribuídas ao seu sobrenome. Segundo o papa Bento XVI (2016),

Outros interpretam-no como variação da palavra “sicário”, como se aludisse a um guerrilheiro armado com um punhal que em latim se chama sica. Por fim, há quem veja no sobrenome a simples transcrição de uma raiz hebraico-aramaica que significa: “aquele que estava para o entregar”. Esta designação encontra-se duas vezes no IV Evangelho, ou seja, depois de uma confissão de fé de Pedro (cf. Jo 6, 71) e depois durante a unção de Betânia (cf. Jo 12, 4).

Seja como for, os Evangelhos fornecem poucas e contraditórias informações a seu respeito. Contudo, apesar das divergências existentes nos diferentes relatos, existe um ponto em comum entre os diferentes Evangelhos: “consiste no fato de o nome e o sobrenome de Judas estarem sempre em último lugar todas as vezes em que três, dos

<sup>1</sup> Na tradução utilizada o nome foi transliterado como Cariot.

quatro evangelistas, Mateus, Marcos e Lucas, fazem uma listagem dos apóstolos” (OLIVEIRA, 2016, p. 15).

No relato de *João* 12:6, é dito que atuava como uma espécie de tesoureiro dos apóstolos. Mas, segundo o evangelista, exercia essa função com o objetivo de roubar: “Dizia isso não porque ele se interessava pelos pobres, mas porque era ladrão e, tendo a bolsa, furtava o que nela lançavam” (BIBLIA SAGRADA, 2005, p. 1401). Não é dito de que forma o crime é descoberto, nem se essa descoberta ocorre durante seu apostolado. Caso isso tivesse ocorrido, o natural era que ele fosse retirado do cargo. Chama a atenção o fato de que essa acusação não é citada nos outros Evangelhos:

Segundo teólogos, a explicação para essa acusação seria que o Evangelho de João, escrito nos fins do séc. I (um dos últimos na demanda), com o objetivo de complementar o registro da vida, morte e ressurreição de Jesus, ao absorver detalhes dos Evangelhos anteriores (Marcos, Mateus e Lucas), tenha feito suas próprias explanações e acréscimos a respeito de Judas Iscariotes. Salienta-se que, numa leitura cautelosa dos quatro Evangelhos canônicos, do mais antigo para o mais novo, fica evidente como a figura do traidor vai sendo obscurecida e desumanizada até se converter na encarnação do próprio mal (SANTOS, 2015, p. 12).

O fato de ser um ladrão é importante porque, segundo *Mateus* 26: 14-15, Judas traiu Jesus movido pela cobiça, o mesmo motivo que o fez roubar: “Então um dos doze, chamado Judas Iscariotes, foi ter com os príncipes dos sacerdotes e perguntou-lhes: ‘Que quereis dar-me e eu vo-lo entregarei.’ Ajustaram com ele trinta moedas de prata,” (BIBLIA SAGRADA, 2005, p. 1317). Mas, existem muitas contradições nos relatos evangélicos. Se em algumas passagens existe a ideia de que traiu Jesus por vontade própria, movido pela ganância, em *Lucas* 22:1-3 e em *João* 13:21-27 foi dito que a traição ocorreu porque foi possuído pelo Diabo. Leituras que se ajusta ao modo como a figura do Diabo e seu papel na economia divina vão sendo construídos nos textos bíblicos:

Deus é assim, no Antigo Testamento, simultaneamente o Bem e o Mal. O Diabo não é senão o seu servidor e nunca se encontra o conflito que colora tão fortemente o Novo Testamento, onde o Diabo aparece sempre como o inimigo de Deus e o Príncipe deste mundo, em oposição ao Rei dos céus [...] a teologia do Antigo Testamento não concebe senão um pólo único no universo, e o Diabo nunca tem aí senão um papel conforme à vontade do Criador. Satanás é o Mal? Não, ele é o sofrimento pretendido pela vontade de Deus (MESSADIÉ, 2001, p. 303).

Mas as divergências entre os evangelhos são ainda maiores em outros pontos. Na citada passagem de *Lucas*, é dito que Judas foi possuído por Satanás antes da ceia da Páscoa e que, somente depois da possessão, ele foi procurar os sacerdotes e capitães: “1 Aproximava-se a festa dos pães sem fermento, chamada Páscoa. 2 Os príncipes dos sacerdotes e os escribas buscavam um meio de matar Jesus, mas temiam o povo. 3

Entretanto, Satanás entrou em Judas, que tinha por sobrenome Iscariotes, um dos doze” (BIBLIA SAGRADA, 2005, p. 1378).

Por outro lado, em *João* 13, um relato muito mais extenso, vemos que essa possessão ocorreu durante a ceia da Páscoa (não antes), que os apóstolos são informados sobre a traição e quem seria o traidor. Isto contradiz Lucas, pois nele é dito que a ceia ainda não tinha sido celebrada e que Jesus diz a Judas para fazer o que tinha de fazer, traí-lo. Esse fato é relatado no versículo 30: “Tendo Judas recebido o bocado de pão, apressou-se em sair. E era noite...” (BIBLIA SAGRADA, 2005, p. 1404). Isso é contraditório pelas mesmas razões. No primeiro caso, o apóstolo foi apresentado como um mero traidor, mas aqui foi apresentado como um instrumento de Deus no plano da salvação. Consequentemente, ele não teria agido por livre-arbítrio, mas movido pela vontade divina, como podemos ler em *João* 13:21-27:

21 Dito isso, Jesus ficou perturbado em seu espírito e declarou abertamente: “Em verdade, em verdade vos digo: um de vós me há de trair!...”. 22 Os discípulos olhavam uns para os outros, sem saber de quem falava. 23. Um dos discípulos, a quem Jesus amava, estava à mesa reclinado ao peito de Jesus. 24. Simão Pedro acenou-lhe para dizer-lhe: “Dize-nos, de quem é que ele fala”. 25. Reclinando-se esse mesmo discípulo sobre o peito de Jesus, interrogou-o: “Senhor, quem é?”. 26. Jesus respondeu: “É aquele a quem eu der o pão embebido”. Em seguida, molhou o pão e deu-o a Judas, filho de Simão Iscariotes. 27. Logo que ele o engoliu, Satanás entrou nele. Jesus disse-lhe, então: “O que queres fazer, faze-o depressa” (BIBLIA SAGRADA, 2005, p. 1403).

Não se pode esquecer que os quatro evangelhos se apresentam como relatos históricos sobre a vida de Jesus. A autoria de três deles é atribuída a discípulos de Jesus, que teriam presenciado a maior parte dos acontecimentos. Isso deveria levar a uma certa uniformidade na descrição dos fatos históricos, mas não é o que acontece. Temos uma série de afirmações totalmente opostas e inconciliáveis sobre os mesmos fatos. Os evangelistas vão totalmente contra aquilo que na lógica é conhecido como o princípio da não contradição de Aristóteles, que defende que uma proposição verdadeira não pode ser falsa e que uma proposição falsa também não pode ser verdadeira. Aparentemente, os próprios autores dos Evangelhos não se preocuparam em apontar e corrigir os erros que os outros evangelistas cometeram, nesse sentido não há uma busca do que realmente aconteceu. Consequentemente, como fonte histórica o texto bíblico é, em muitos pontos, problemático.

Nesse sentido, o próprio relato de sua morte<sup>2</sup> apresenta muitas divergências. Mas, antes disso, é importante destacar o fato de que em *Atos* 1:3 foi dito que, no período de quarenta dias, após a ressurreição, Jesus apareceu várias vezes. Segundo *1 Coríntios* 15:5, Jesus também teria sido visto por Judas: “apareceu a Cefas, e em seguida aos Doze” (BIBLIA SAGRADA, 2005, p. 1479). O problema dessa afirmação é que, em *Mateus* 27:3-10 (BIBLIA SAGRADA, 2005, p. 1319), foi dito que Judas se matou antes da ressurreição,

---

<sup>2</sup> Laodiceia. Uma tradução em inglês desse fragmento está disponível na internet em: <https://web.archive.org/web/20140910155741/http://www.chronicon.net/index.php/papias>.

como podemos ler no capítulo 28:1-10 (BIBLIA SAGRADA, 2005, p. 1321). Portanto, se isso é verdade, Jesus só poderia ter aparecido aos onze restantes, não aos doze.

É bom lembrar que Matias foi escolhido como substituto de Judas, como podemos ler em *Atos 2*, depois que Jesus voltou para o Céu; para só retornar no futuro, tal como está relatado no *Apocalipse*. Consequentemente, ao dizer que apareceu aos doze, Paulo não está se referindo a Matias. Além dessa divergência, no que diz respeito à morte de Judas, vamos encontrar duas grandes contradições. A primeira diz respeito ao local em que ele morreu, chamado Campo de Sangue. Segundo o relato de *Atos 1:18-19*, Judas comprou o terreno, com o dinheiro recebido pela traição, para se matar nele:

18 (sic) Este homem adquirira um campo com o salário de seu crime. Depois, tombando para a frente, arrebitou-se pelo meio, e todas as suas entranhas se derramaram. 19 (Tornou-se este fato conhecido dos habitantes de Jerusalém, de modo que aquele campo foi chamado na língua deles *Hacéldama*, isto é, Campo de Sangue.) (BIBLIA SAGRADA, 2005, p. 1414).

Assim, de acordo com essa versão, Judas comprou o campo com o dinheiro recebido pela traição e, por ter derramado seu sangue naquele local, ele passou a ser chamado Campo de Sangue. O problema dessa afirmação é que, segundo *Mateus 27:6-8*, o terreno foi comprado pelos sacerdotes e, o que é tão ou mais grave, foi o fato de ser utilizado para sepultar as pessoas é que fez com que ele passasse a receber esse nome:

6 Os príncipes dos sacerdotes tomaram o dinheiro e disseram: “Não é permitido lançá-lo no tesouro sagrado, porque se trata de preço de sangue”. 7 Depois de haverem deliberado, compraram com aquela soma o campo do Oleiro, para que ali se fizesse um cemitério de estrangeiros. 8 Essa é a razão por que aquele terreno é chamado, ainda hoje, “Campo de Sangue” (BIBLIA SAGRADA, 2005, p. 1319).

Mas existem aqueles que interpretam o nome do local como sendo uma referência ao sangue derramado por Jesus, que foi ali enterrado. Por outro lado, se o relato de *Atos* diz que morreu de uma queda, *Mateus 27: 3-5* diz que ele se enforcou depois de devolver o dinheiro aos sacerdotes, por ter se arrependido do que fez:

3 Judas, o traidor, vendo-o então condenado, toma-do de remorsos, foi devolver aos príncipes dos sacerdotes e aos anciãos as trinta moedas de prata, 4 dizendo-lhes: “Pequei, entregando o sangue de um justo”. Responderam-lhe: “Que nos importa? Isto é lá contigo!”. 5 Ele jogou então no templo as moedas de prata, saiu e foi enforcar-se (BIBLIA SAGRADA, 2005, p. 1319).

Assim, nem mesmo a sua morte foi descrita com precisão. Lembrando que *Atos* é atribuído a Lucas, não tendo sido escrito por alguém que participou diretamente dos acontecimentos. Essas são algumas das contradições, mas existem outras. Essa divergência tem sido examinada desde o período patrístico. Desde então, elas têm sido

interpretadas de muitas maneiras, normalmente de forma simbólica. Com isso, teólogos e comentadores da Bíblia defenderam e ainda defendem que o que existe são erros de interpretação.

Um exemplo desse tipo de leitura envolve o que foi dito em *Mateus* 27:9: “Então se realizou o que vaticinara o profeta Jeremias: Tomaram as trinta moedas de prata, preço do que foi avaliado, que certos filhos de Israel avaliaram [...]”. Nesse versículo ocorre um erro de citação porque a passagem citada não está no livro *Jeremias*, mas em *Zacarias* 11:12-13:

12 Eu disse-lhes: “Dai-me o meu salário, se o julgais bem ou, então, retende-o!” Eles pagaram-me apenas trinta moedas de prata pelo meu salário. 13 O Senhor disse-me: “Lança esse dinheiro no tesouro, esta bela soma, na qual estimaram os teus serviços”. Tomei as trinta moedas de prata e lancei-as no tesouro da casa do Senhor (BIBLIA SAGRADA, 2005, p. 1278).

Para alguns exegetas, Jeremias era, na época de Jesus, o livro que encabeçava o rolo dos livros proféticos. Isto é, o apóstolo estaria citando “o nome do livro que encabeçava a seção profética, primeiro desse grupo, aludindo ao grupo inteiro de livros mais que ao específico de Jeremias” (MILLOS, 2009, p. 1958, tradução nossa). O problema dessa afirmação é que Millos não apresenta nenhuma comprovação de que, na época de Jesus, as citações dos textos proféticos eram feitas desse modo, nem apresenta nenhum outro exemplo desse tipo de ocorrência.

Por outro lado, seu comentário é pouco confiável porque, ao falar do nome dado ao Campo de Sangue, ele afirma: “Existem aqueles que supõem que o nome do campo se deu porque foi ali onde Judas se suicidou” (MILLOS, 2009, p. 1957, tradução nossa). Isso não é a suposição de alguns como ele diz, mas um resumo do que foi relatado em *Atos* 1:18-19 e é o que normalmente se ensina no meio cristão. O autor, intencionalmente, deixa de mencionar a outra referência de modo que não faz uma comparação entre os dois relatos.

Além disso, suas análises ignoram totalmente os inúmeros comentários produzidos desde a patrística. Estudar as diferentes explicações dadas pelos cristãos a cada contradição exigiria vários estudos específicos sobre a questão, o que não é a finalidade de nosso trabalho. Nosso objetivo foi o de apresentar os relatos sobre Judas e as diferenças encontradas nos textos bíblicos para, na próxima seção, examinar o modo como o escritor José Saramago faz uma releitura dos fatos relatados. Se a versão que predominou entre os cristãos foi a de que Judas foi um traidor, vemos que *João* deixa implícito um segundo ponto de vista, o de que Judas foi uma peça do plano de salvação. Ideia que circulou entres os gnósticos, no meio dos quais foi escrito o *Evangelho de Judas*.

Na década de 1970, foi descoberto no Egito, no deserto perto de El-Minya, o *Codex Tchacos* de 66 páginas escrito em copta (uma tradução do grego) no séc. III ou IV. Ele veio a ser publicado pela primeira vez em 2006, mas, pelo mal estado do manuscrito não foi possível recuperar todo o texto. Ele continha quatro textos: o *Evangelho de Judas*, o *Primeiro Apocalipse de São Tiago*, *Carta de Pedro a Filipe* e o *Livro de Allogenes*. Apesar do seu conteúdo ser, até então, desconhecido, o *Evangelho de Judas* era conhecido de nome

porque havia sido citado por Irineu de Lion (130-202 d.C.) no *Contra as Heresias* (1, 31) como sendo uma obra do grupo gnóstico dos Cainitas.

Como o livro de Irineu foi uma das principais fontes sobre as heresias do período patrístico, outros autores citaram este evangelho a partir dele. Assim, ele também foi mencionado por Epifânio de Salamina (310/320-403 d.C.) no *Panarion* (38) e por Teodoreto de Cirro (393-458/466 d.C.) no *Haereticarum fabularum compendium* (I.15). O que não quer dizer que o texto que conhecemos seja o mesmo, pois nada impede que tenha existido mais de uma obra com o mesmo nome. Seja como for, o que nos interessa é o tema central da obra, o papel do apóstolo no plano divino da salvação.

A afirmação central desse Evangelho é que Judas foi o melhor amigo de Jesus, possuindo mais conhecimento que os outros discípulos. Por isso Jesus o teria encarregado de traí-lo por amor à salvação, pois, sem a traição, Jesus não teria sido crucificado e não teria podido ressuscitar. Judas teria perguntado a Jesus o que receberia em troca da traição. Jesus respondeu-lhe que, em troca, todo o mundo o odiaria para sempre e o condenaria, mas ele brilharia no céu como uma estrela especial (ZILLES, 2006, p. 906).

Pelo que foi dito, podemos ver que o *Evangelho de Judas* apresenta algumas ideias que já estavam implícitas no de *João*. Mesmo que essa interpretação dos fatos não tenha sido a versão aceita pela ortodoxia cristã, e que o *Evangelho de Judas* seja considerado apócrifo, o fato é que, desde a Antiguidade, alguns grupos questionavam a versão oficialmente aceita do relato das ações de Judas. Sobre o assunto, muito antes da descoberta do apócrifo, escreveu George Steiner (2001, p. 403):

Até pelo menos o fim do século cinco ou início do seis da era cristã, Judas era reverenciado em certas comunidades religiosas pelo sacrifício que fez ao aceitar aquele papel, pela santidade que tal ato por força exigiria. Foi ele quem desencadeou o milagre da Cruz e, portanto, a salvação da humanidade pecadora.

Steiner se refere as chamadas comunidades gnósticas<sup>3</sup>. Não temos como saber até que ponto essa releitura da vida de Judas foi aceita como verdade. Mas, mesmo tendo sido rejeitada como falsa pelos cristãos, ela nunca desapareceu totalmente e, de uma forma ou outra, vai ser retomada no futuro. Obviamente, como o *Evangelho de Judas* só foi divulgado em 2006, *Os poemas possíveis* foi publicado em 1966, Saramago não poderia ter se inspirado diretamente nele<sup>4</sup>. Seja como for, o fato é que, mesmo que esse apócrifo

---

<sup>3</sup> Deve-se destacar o fato de que, desde a descoberta da Biblioteca de Nag Hammadi, em 1945, a literatura sobre os gnósticos foi crescendo de forma abundante. A presença da figura de Judas nessa literatura é algo a ser estudado e poderia trazer novas luzes sobre o processo de reabilitação da figura do apóstolo.

<sup>4</sup> Saramago deve ter tido contato com essas ideias pela leitura de livros que tratam do assunto. Talvez a sua biblioteca contenha alguma obra que possa ter servido de inspiração como obras sobre o gnosticismo ou sobre os livros apócrifos. Ou ele pode ter consultado algum livro nas bibliotecas que frequentou. Infelizmente não temos nenhum estudo sobre as leituras que fez nas

tenha estado fora de circulação por séculos, sua visão heterodoxa sobre o papel do apóstolo na vida de Jesus não desapareceu totalmente. O que a descoberta do apócrifo vai permitir é um maior conhecimento sobre o assunto.

Tanto é que essa visão positiva do papel de Judas ao entregar Jesus reaparece em diferentes momentos e vai partir dos mesmos pressupostos presentes no evangelho apócrifo. Ela está presente na obra de Jorge Luis Borges que, em 1944, no livro *Ficciones*, publicou o conto *Tres versiones de Judas*, que tem alguns pontos em comum com ele, rejeitando a ideia de que foi um traidor. No capítulo 38 do livro *Beelzebub's Tales to His Grandson*, do místico George Ivanovich Gurdjieff, publicado em 1950, Judas vai ser apresentado da mesma forma, como o mais fiel seguidor de Cristo, tal como no *Evangelho de Judas*.

Aparece também no romance *A Última Tentação de Cristo* (*Ο τελευταίος πειρασμός*), publicado em 1955 pelo escritor grego Níkos Kazantzákis, e no livro *Judas Iscariote, el Calumniado*, de Juan Bosch, que também foi publicado em 1955. Mesmo que nenhum deles tenha se inspirado diretamente no *Evangelho de Judas*, o fato é que todos os que procuram reabilitar a figura do apóstolo partem dos mesmos princípios, que até então eram conhecidos. O poema de Saramago é só mais um texto dentro de uma série de obras que adotam a versão heterodoxa da história de Judas.

Na próxima seção, iremos estudar o poema *Judas* de José Saramago. Procuraremos identificar o modo como Saramago produz uma releitura da figura do apóstolo a partir do diálogo com os diferentes pontos de vista bíblicos apresentados nesta seção e como seu texto se encaixa dentro de uma longa linhagem de obras que, ao questionarem os ensinamentos do Cristianismo, procuraram reabilitar a figura de Judas.

### 3 A RELEITURA SARAMAGUIANA DO PAPEL DE JUDAS NA VIDA DE JESUS

*Judas* é o nono poema da seção *Mitologia* de *Os poemas possíveis*, livro publicado em 1966, por José Saramago. O poema é composto de duas estrofes, com 6 e 4 versos, sem rima, sendo a maior parte deles decassílabos. A divisão em duas partes corresponde, como veremos ao longo da análise, a uma divisão temática: a atuação da divindade e o papel do apóstolo. É importante destacar o fato de que, no que diz respeito ao tema, *Judas* se ajusta aos outros textos da seção:

A terceira seção, intitulada “Mitologia”, circunscreve uma poesia, segundo Cristina Serôdio (1999), agregada no desejo de superação da contingência humana, potencializados pela negação e incredulidade, bem como pela “premência da humanização do divino como

---

bibliotecas, nem temos nenhuma tentativa de catalogação das leituras que fez a partir das fontes disponíveis (textos, entrevistas, cartas, etc.). Tudo isso ajudaria na identificação das suas fontes. É preciso que, no futuro, sejam realizados trabalhos visando à catalogação de seus livros. Isso é de fundamental importância para um melhor conhecimento de suas leituras, da sua formação intelectual, de suas fontes de informação e de referência, entre outras coisas. Além disso, seria necessário o exame dessas obras com o objetivo de buscar e estudar as anotações e sublinhados que ele possa ter feito.



possibilidade de preenchimento do lugar esvaziado e de superação da solidão” (SGARBI, 2013, p. 18).

Ao mesmo tempo, no que diz respeito às influências, os poemas dessa seção apresentam tanto a influência do neoclassicismo quanto a de alguns elementos do Cristianismo:

É passível de observação dentro da textualidade de “Mitologia”, segundo Horácio Costa (1997), a referência ao neoclassicismo, já que influências horacianas e reisianas se efetivam em muitos dos poemas. Nesta esfera, desenha-se também uma perspectiva niilista da promessa cristã em que os deuses reduziram o homem à sua condição precária (SGARBI, 2013, p. 18-19).

Ao longo de nossa análise, veremos como *Judas* se enquadra nessas categorias. Como os poemas da primeira edição de *Os poemas possíveis* sofreram alterações na segunda edição decidimos trabalhar com a segunda versão, partindo do princípio de que é a versão definitiva do poema:

### **Judas**

Do pão, o corpo; o sangue, deste vinho;  
Das misérias do homem, divindade:  
Nada põem de si os deuses vãos.  
Nesta mesa da terra se restauram,  
Tudo lhes é sustento, comem tudo,  
Que tudo lhes prolonga a duração.

Um corpo de enforcado é alimento,  
Um barão faz escada para os céus,  
É trono uma figueira, é luz moedas:  
Sem Judas, nem Jesus seria deus.  
(SARAMAGO, 1981, p. 96).

No primeiro verso, o eu poético deixa claro que irá se referir ao Cristianismo de matriz católica ao fazer menção ao sacramento da eucaristia: “Do pão, o corpo; o sangue, deste vinho” (SARAMAGO, 1981, p. 96). Para o catolicismo, “Sob a forma do pão e sob a forma do vinho recebemos o corpo e o sangue de Cristo, e participando do mesmo corpo e do mesmo sangue de Cristo” (SOUZA, 2009, p. 10). Não é algo meramente simbólico como para o protestantismo.

Ao se referir ao pão como o corpo e o vinho como o sangue, o eu poético tem o propósito de apresentar aquilo que, para os cristãos, é visto como um sinal inequívoco da presença de Deus entre os homens, além de ser um memorial do sacrifício de Cristo, que foi o caminho de salvação dado aos homens. O segundo verso é uma espécie de continuação do anterior porque apresenta outra forma de atuação desse Deus: “Das misérias do homem, divindade” (SARAMAGO, 1981, p. 96). Esse verso pode ser

associado ao discurso que Jesus fez aos doze apóstolos, citado em *Mateus* 11:28-30 (BIBLIA SAGRADA, 2005, p. 1297):

28 Vinde a mim, vós todos que estais aflitos sob o fardo, e eu vos aliviarei. 29 Tomai meu jugo sobre vós e recebei minha doutrina, porque eu sou manso e humilde de coração e achareis o repouso para as vossas almas. 30 Porque meu jugo é suave e meu peso é leve.

Contudo, isso não quer dizer que o eu poético veja na divindade uma fonte de alívio para as misérias, pelo contrário. O objetivo dele é desconstruir alguns pontos importantes do Cristianismo. Aqui, “desenha-se também uma perspectiva niilista da promessa cristã em que os deuses reduziram o homem à sua condição precária” (SGARBI, 2013, p. 18-19). Até porque, após apresentar os exemplos anteriores de manifestação ou atuação divina, o eu poético dá o seguinte esclarecimento “Nada põem de si os deuses vãos” (SARAMAGO, 1981, p. 96). Essa visão negativa da divindade não é de se surpreender, diante do ateísmo de Saramago, e será retomada posteriormente, com maior profundidade, nos romances *O evangelho segundo Jesus Cristo* e *Caim* e em algumas entrevistas.

O importante é que com essa explicação o eu poético nega a ideia de que tudo tem uma origem divina, o que implicaria na negação do próprio Cristianismo. Mas, como veremos na continuação, é também uma rejeição da ideia de que os deuses não têm nenhuma relação com os homens, tal como vamos encontrar, por exemplo, na filosofia epicurista. Essa negação irá servir de base para o desenvolvimento de um novo ponto de vista sobre a divindade, que é apresentado nos três últimos versos da primeira estrofe, para só na estrofe seguinte abordar a questão referente à atuação de Judas.

Além disso, é importante destacar o fato de que, a partir do terceiro verso até o final da estrofe, apesar de o poema ter como base a religião cristã, o eu poético fala em deuses, não em deus, como seria de se esperar. Consequentemente, para ao eu poético, o Deus cristão passa a ser visto como um entre outros deuses e não o único, como defende o Cristianismo – o que não quer dizer que, obrigatoriamente, o eu poético defenda a ideia de que a divindade tenha uma existência real. Ele pode estar simplesmente expondo o ponto de vista de quem acredita nela, o que faria dele um teísta.

Em primeiro lugar, no quarto verso o eu poético diz que “Nesta mesa da terra se restauram” (SARAMAGO, 1981, p. 96). O eu poético promove uma inversão de valores porque já não é mais a natureza que é restaurada pelos deuses, é o contrário. Além disso, era de se esperar que uma divindade não precisasse de nada, mas na prática não é o que acontece. Num sentido mais restrito, o eu poético tem em mente os sacrifícios que os adoradores das mais diferentes religiões realizam. Por isso, a Terra é metaforicamente comparada a uma mesa, já que tudo o que é produzido serve para lhes restaurar.

Por isso, no quinto verso o eu poético diz que “Tudo lhes é sustento, comem tudo” (SARAMAGO, 1981, p. 96). Ao utilizar a palavra *tudo*, a princípio, o eu poético pode estar englobando as diferentes formas de sacrifício adotadas pela maioria das religiões (de animais, humano, de plantas, de alimentos, de bebidas e de objetos de modo geral). Contudo, o termo pode indicar que a sua concepção não se limita às coisas

concretas. Isto é, um sacrifício pode envolver elementos imateriais, algo que o fiel oferece por meio de uma ação:

Os sacrifícios espirituais que aparecem no Novo Testamento são sacrifícios imateriais, sem rituais prescritos, referindo-se a “todo ato do indivíduo controlado pelo Espírito Santo, que pode ser considerado como um Sacrifício Espiritual, o que é aceito por Deus”, esse é o sacrifício vivo, santo e agradável ao Senhor (HENDRIKSON, 2009, p. 130).

Em *Hebreus* 13:15 lemos: “Por ele ofereçamos a Deus sem cessar sacrifícios de louvor, isto é, o *fruto dos lábios* que celebram o seu nome” (BIBLIA SAGRADA, 2005, p. 1538). O texto se refere ao ato de cantar um hino a Deus, mas isso não quer dizer, conforme lemos na citação anterior, que outras ações não possam igualmente ser vistas como uma forma de sacrifício. Portanto, nós podemos incluir aqui tudo aquilo que é feito com o mesmo objetivo. É importante destacar que, apesar de o poema ter como base o Cristianismo, o eu poético está fazendo uma crítica que envolve a religião como um todo.

No sexto verso, temos a explicação da finalidade desses sacrifícios: “Que tudo lhes prolonga a duração” (SARAMAGO, 1981, p. 96). O eu poético, certamente, não defende a ideia que os deuses se alimentam literalmente daquilo que lhes é ofertado. Se, como foi dito a respeito do terceiro verso, o eu poético não defende, obrigatoriamente, a existência real dos deuses, nós podemos supor que a duração a que está se referindo diz respeito a da crença. Ou seja, se o sacrifício é uma forma de adoração podemos dizer que a manutenção destes sacrifícios faz com que, mesmo não existindo, os deuses criados pelo homem continuem sendo adorados.

Se um deus deixa de ser cultuado, ele passa a não ser mais reconhecido como uma verdadeira divindade. Ao mesmo tempo, o término da crença na sua existência só é possível porque seu culto é uma invenção humana. De certo modo, isto foi o que aconteceu com a religião dos romanos e de outros povos, cujos deuses deixaram de ser objeto de adoração. A noção de que os deuses existem como algo real se mantém enquanto são adorados pelas pessoas. A visão que o eu poético tem a respeito do divino pode ser vista como um reflexo do ateísmo de Saramago.

Dentro desse ponto de vista, isso englobaria o próprio Deus cristão, que também não teria uma existência real. Podemos dizer que essa afirmação é o fundamento a partir do qual a segunda estrofe será construída, na qual é apresentada a releitura saramaguiana da figura de Judas. No sétimo verso é dito que “Um corpo de enforcado é alimento” (SARAMAGO, 1981, p. 96). Esse verso se apropria intertextualmente do relato de *Mateus* 27:5, que diz que Judas se suicidou por enforcamento: “Ele jogou então no templo as moedas de prata, saiu e foi enforcar-se” (BIBLIA SAGRADA, 2005, p. 1319). Se, como o eu poético afirmou na primeira parte, tudo serve de alimento aos deuses, não é de surpreender que o cadáver de Judas também sirva.

No oitavo verso, o eu poético explica que “Um baraço faz escada para os céus” (SARAMAGO, 1981, p. 96). O termo *baraço* significa tanto a corda utilizada para se enforcar quanto o laço da forca. Na forca, o corpo tende para baixo, estrangulando a vítima, mas aqui ela, além de simbolicamente servir de alimento, representa um meio de

se ascender aos céus. O eu poético pode estar dialogando intertextualmente com três passagens da *Bíblia*. Em primeiro lugar, com *João* 3:13 (BÍBLIA SAGRADA, 2005, p. 1387): “Ninguém subiu ao céu senão aquele que desceu do céu, o Filho do homem que está no céu”. Ou seja, assim como o versículo, o poema também está se referindo a Cristo.

A segunda é *Atos* 1:1-2 (BÍBLIA SAGRADA, 2005, p. 1413): “1 Em minha primeira narração, Teófilo, contei toda a seqüência das ações e dos ensinamentos de Jesus, 2 desde o princípio até o dia em que, depois de ter dado pelo Espírito Santo suas instruções aos apóstolos que escolhera, foi arrebatado (ao céu)”. Por fim, a terceira está no versículo 11 deste parágrafo, quando dois anjos aparecem e dizem aos discípulos: “Homens da Galiléia, por que ficais aí a olhar para o céu? Esse Jesus que acaba de vos ser arrebatado para o céu voltará do mesmo modo que o vistes subir para o céu” (BÍBLIA SAGRADA, 2005, p. 1414).

A partir da leitura dessas passagens bíblicas, nós podemos dizer que, para o eu poético, a força foi o caminho utilizado por Jesus para ascender aos céus – para que ele deixasse de ser um mero homem e assumisse definitivamente sua divindade. O que não fica claro é se, para o eu poético, isso foi ou não intencional. No contexto da diegese do poema, esse processo de divinação poderia ter acontecido por acaso ou pode ter sido fruto de um plano divino. Nesse sentido, o Judas do poema estaria relacionado com o relato de *João* 13:27 (BÍBLIA SAGRADA, 2005, p. 1403): “Logo que ele o engoliu, Satanás entrou nele. Jesus disse-lhe, então: “O que queres fazer, faze-o depressa””. Ou seja, ele não foi um simples traidor, mas alguém escolhido para exercer um papel na história.

Esse raciocínio continua a ser desenvolvido no nono verso: “É trono uma figueira, é luz moedas” (SARAMAGO, 1981, p. 96). A figueira, segundo a tradição, seria a árvore na qual Judas teria se enforcado, o que não tem base bíblica:

Mitos envolvendo árvores são comuns e a figueira aparece em vários deles como amaldiçoada ou assombrada, tendo como explicação recorrente o fato de ter sido em uma planta dessa espécie que Judas teria se enforcado (Porteous, 2002). Os evangelhos não dão detalhes sobre o suicídio de Judas, mas se consolidou a tradição de que teria sido em uma figueira que ele teria cometido o tresloucado ato (MING; MENEZES; GUERRA, 2011, p. 40-41).

A árvore no qual Judas se enforcou foi o elemento utilizado por Deus para entronizar Cristo como rei, por seu papel no processo de deificação de Jesus. A imagem de Cristo como rei sentado em seu trono remete a *Mateus* 19:28 (BÍBLIA SAGRADA, 2005, p. 1308): “Respondeu Jesus: “Em verdade vos declaro: no dia da renovação do mundo, quando o Filho do Homem estiver sentado no trono da glória, vós, que me haveis seguido, estareis sentados em doze tronos para julgar as doze tribos de Israel””. Assim a figura do trono estaria representada.

Assim, novamente o eu poético reforça o papel do apóstolo no processo de deificação de Cristo. Fato que ele confirma no último verso, quando ele afirma: “Sem Judas, nem Jesus seria deus” (SARAMAGO, 1981, p. 96). Ou seja, Jesus não seria um deus porque tem origem divina. Jesus também não é um deus porque é uma divindade encarnada em um ser humano. Na visão do eu poético, o que faz de Jesus um deus foi o

ato de traição de Judas. Esse ato foi a base a partir da qual toda uma mitologia em torno da figura de Cristo teria sido construída. Ideia que é reforçada pelo fato de Saramago escrever deus em minúsculo, não em maiúsculo, como é feito pelos cristãos, como um meio de diferenciar o verdadeiro Deus daqueles que foram inventados pelo homem.

Saramago, mesmo que, a princípio, apresente algumas ideias próximas daquilo que foi dito *Evangelho de Judas* e presentes em outros autores que procuraram reabilitar a figura de Judas, segue um caminho totalmente diferente. No poema, o eu poético nega o caráter divino do Cristianismo, ao afirmar que o papel do apóstolo foi o de transformar um homem num deus. Lembrando que a teologia cristã afirma que Deus se fez homem. Essa releitura será, posteriormente, retomada no romance *O evangelho segundo Jesus Cristo*, no qual Judas também não é um traidor:

Jesus planeja ser crucificado como rei dos judeus. Com isso, pretende burlar as intenções de Deus, que espera vê-lo crucificado como seu filho, a fim de que sua morte amplie seu poder. Para alcançar seu intento, Jesus precisa de alguém que o denuncie. Os discípulos se negam a isso, mas Judas Iscariotes se dispõe a ajudar seu mestre. Ao contrário do dizem os evangelhos, no romance de Saramago, Judas não é o traidor: ele obediente e solidário, pois ajuda Jesus na realização de seu plano (RÖHRIG, 2014, p. 148).

#### 4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao longo do tempo, o ateísmo de Saramago não foi um impedimento para que ele se apropriasse de diferentes elementos cristãos para a construção de sua obra, o que inclui a sua produção poética. Pelo contrário, ele utilizou a literatura cristã para criticar e questioná-la e a igreja como instituição. Ao analisarmos o poema *Judas*, podemos identificar o modo o como escritor discute alguns assuntos referentes à noção de Deus. Ao mesmo tempo, o autor retrabalhou alguns elementos bíblicos para apresentar uma nova visão do papel do apóstolo Judas na vida de Jesus. Essa releitura da Bíblia é um dos recursos utilizados por Saramago para o questionamento daquilo que o Cristianismo ensina. Por isso, se quisermos conhecer melhor a obra de Saramago e suas ideias a respeito de determinados assuntos, não podemos ignorar o conjunto de produção poética.

#### REFERÊNCIAS

BENTO XVI. **Judas Iscariotes e Matias**. Audiência geral, 18 out. 2006. Disponível em: [https://w2.vatican.va/content/benedict-xvi/pt/audiences/2006/documents/hf\\_ben-xvi\\_aud\\_20061018.html](https://w2.vatican.va/content/benedict-xvi/pt/audiences/2006/documents/hf_ben-xvi_aud_20061018.html).

BÍBLIA SAGRADA: Edição Pastoral-Catequética. 168. ed. São Paulo: Ave-Maria, 2005.

GREEN, Samuel. **O Evangelho de Barnabé**. Tradução de Wesley Nazeazeno. Disponível em: <https://www.answering-islam.org/biblia/barnabe.html>.

HENDRIKSON, Elias. **O cálice Sagrado**. Joinville: Clube de Autores Publicações S/A, 2009.

MARTINHO, Fernando J. B. “Para um enquadramento periodológico da poesia de José Saramago”. In: OLIVEIRA NETO, Pedro Fernandes de (org.). **Revista 7faces** – Edição Especial, Natal, v. 1, n. 1, p. 29-45, 2010. Disponível em: [http://www.revistasetefaces.com/2012/07/7faces-caderno-revista-de-poesia\\_22.html](http://www.revistasetefaces.com/2012/07/7faces-caderno-revista-de-poesia_22.html).

MESSADIÉ, Gerald. **História geral do Diabo**: da Antiguidade à época Contemporânea. Lisboa: Europa-América, 2001.

MILLOS, Samuel Pérez. **Comentario Exegetico Al Texto Griego del Nuevo Testamento**: Mateo. Barcelona: Editora Clie, 2009.

MING, Lin Chau; MENEZES, Maria de Nazaré Ângelo; GUERRA, Gutemberg Armando Diniz. Figo, história e cultura. In: LEONEL, Sarita; SAMPAIO, Aloísio Costa (orgs.). **A figueira**. São Paulo: Editora Unesp, 2011. 9-55 p.

OLIVEIRA, Késia Rodrigues de. **Sob o signo de Judas**: reescritas literárias da traição. Dissertação (Mestrado em Literaturas Modernas e Contemporâneas) – Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2016. Disponível em: <http://www.bibliotecadigital.ufmg.br/dspace/handle/1843/LETR-AD7SDX>.

RÖHRIG, Maiquel. A violência divina denunciada nos romances de José Saramago. **Nau Literária**, Porto Alegre, v. 10, n. 2, p. 141-157, 2014. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/NauLiteraria/article/view/49859>.

SANTOS, Wilgner Murillo da Conceição. Apóstolo e avarento, traidor e herói: as representações literárias de Judas Iscariotes. In: **Anais Eletrônicos do Festival literário de Paulo Afonso - Flipa**, Paulo Afonso, 2015. Paulo Afonso: Faculdade Sete de Setembro, 2015, p. 7-20. Disponível em: <https://www.fasete.edu.br/eventos/flipa/anais/internas/conteudo/resumo.php?id=5>.

SARAMAGO, José. **Os poemas possíveis**. Lisboa: Caminho, 1981.

SGARBI, Elielson Antonio. **A poesia de José Saramago**: análise de Os poemas Possíveis, Provavelmente Alegria e O ano de 1993. Dissertação (Mestrado em Letras) – Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, Assis, 2013. Disponível em: <http://repositorio.unesp.br/handle/11449/103676>.

SOUZA, Rodrigo Augusto de. Tomai, todos, e comei: Considerações sobre a teologia da ceia eucarística nos primeiros séculos do cristianismo. In: **Jornada de Estudos Antigos e Medievais, VIII / Jornada Internacional de Estudos Antigos e Medievais, I**,

Maringá, 2009. Maringá: UEM, 2009, p. 1-16. Disponível em:  
[www.ppe.uem.br/jeam/anais/2009/pdf/84.pdf](http://www.ppe.uem.br/jeam/anais/2009/pdf/84.pdf).

STEINER, George. **Nenhuma paixão desperdiçada**. Rio de Janeiro: Record, 2001.

ZILLES, Urbano. Evangelho de Judas. **Revista Teocomunicação**, Porto Alegre, v. 36, n. 134, p. 905-915, 2006. Disponível em: <http://revistaseletronicas.pucrs.br/revistapsico/ojs/index.php/teo/article/view/1769/1302>.

# Os romances distópicos de H. G. Wells: 1895-1898

*H. G. Wells' dystopic novels: 1895-1898*

MICHAEL SCHEIDT

Discente do curso de Letras (UNIPAM)

E-mail: mscap7@gmail.com

LUÍS ANDRÉ NEPOMUCENO

Professor orientador (UNIPAM)

E-mail: luisandre.nepomuceno@gmail.com

---

**Resumo:** H. G. Wells, escritor britânico, publicou uma série de quatro romances na última década do séc. XIX, edificando as bases de praticamente todos os conceitos de ficção científica que seriam abordados pela literatura posterior. Este estudo buscou explicar que tais assuntos estão interligados não apenas por sua proposta de ciência como base, mas também por elementos sociais de seu tempo, com enfoque na literatura distópica. Pensando-se na ideia de distopia de Wells, este trabalho revela que, além de esse projeto filosófico já estar presente em suas obras antes mesmo das distopias do séc. XX, outros elementos podem ser atrelados a Wells, romancista que precisa ser eternizado como escritor não somente de ficção, mas também de uma distopia complexa que abrange tanto a sociedade de sua época, quanto a dos dias de hoje.

**Palavras-chave:** H. G. Wells. Distopia. Ficção científica.

**Abstract:** The British writer H. G. Wells published a series of four novels in the last decade of the 19th century, building the bases of practically all the concepts of science fiction what would be disseminated by literature after him. The present paper aimed at explaining that these topics are intertwined not only by his proposal of science as basis, but also by social elements of his time, with a focus on dystopic literature. By considering Wells' dystopia, this paper reveals that this philosophical project is present in his work even before the 20th century dystopias, and that other elements can be linked to Wells. This way, we believe that this novelist should be eternalized as a writer not only of fiction but also of a complex dystopia that approaches the society both of his time and of our time.

**Keywords:** H. G. Wells. Dystopia. Science fiction.

---

## 1 H. G. WELLS E SUA "TETRALOGIA" DE ROMANCES

Herbert George Wells (1866-1946), ou, como ele mesmo assinou em seus livros, H. G. Wells, tornou-se, no início do século XX, um dos autores mais populares de seu tempo, sobretudo em função de seus primeiros livros de ficção, publicados no final do século XIX, envolvendo temas inovadores de ficção científica. Wells, em quatro anos de produção ficcional, lançou basicamente os temas mais importantes da ficção científica para o século que se anunciava: a viagem no tempo (*A máquina do tempo*, 1895); as experiências genéticas com animais e seres humanos (*A ilha do Dr. Moreau*, 1896); a



invisibilidade da matéria (*O homem invisível*, 1897); e a invasão de seres alienígenas na Terra (*A guerra dos mundos*, 1898).

*A máquina do tempo*, romance lançado em 1895, conta a história de um inventor do século XIX, embora pouco se saiba sobre ele. O foco do livro, assim, não fica no personagem em si, mas nos fatos que viriam em sequência. A obra coloca o leitor (quase) junto na viagem no tempo. No início do livro, o cientista, cujo nome não aparece, mostra um protótipo da máquina a seus amigos, e obviamente, eles se mostram muito céticos quanto ao assunto. Em nova reunião na casa do viajante, ele aparece gravemente ferido. Assim, inicia-se a jornada (do ponto de vista de um dos ouvintes) de uma história de viagem no tempo.

O inventor visita o século LXXX (século 80, entre 7900 e 8000). Ele encontra uma Inglaterra muito diferente da de seu tempo, com um povoado cujos habitantes têm feições mais delicadas do que o normal (ou ao menos daquilo que era conhecido), e assim, ele vislumbra uma sociedade quieta, que mantém uma dieta leve, comendo somente frutas. O viajante sente falta de sua máquina do tempo e, posteriormente, descobre que os Morlocks – uma espécie humana jamais vista – esconderam sua máquina para que ele não regressasse.

O viajante conhece o submundo dos Morlocks e entra em uma batalha com esses seres estranhos, que se alimentavam da sociedade que (aparentemente) eles mesmos criavam, à base de uma dieta saudável. O viajante descobre que esses seres têm aversão à luz e assim consegue sair vivo do subterrâneo. Com a ajuda de Weena, uma personagem que ele salva e por quem se apaixona, ele consegue o material necessário para reativar a máquina do tempo, mas, antes, é atacado pelos Morlocks e sai gravemente ferido, acabando também por perder sua amiga).

Ele não viaja para o passado, mas avança ainda mais no futuro. Encontra um planeta ainda mais diferente, cujo sol já praticamente não existe mais. Um ser gigante tenta apanhá-lo, mas ele consegue sair vivo. O inventor avança ainda mais, perdendo totalmente a contagem dos séculos e vê um planeta ainda mais estranho, silencioso e totalmente deserto. Logo depois, retorna a seu tempo e, como esperado, seus amigos não acreditam em sua história. O narrador volta a atenção para si, contando ao leitor que retornou dias depois à casa do inventor, não encontrando nem a ele nem a máquina. Tempos depois, ele ainda estava desaparecido.

*A ilha do Dr. Moreau*, lançado um ano depois, em 1896, conta a história de Pendrick, um naufrago que fora socorrido por um navio com uma tripulação completamente estranha e, às vezes, hostil. Ele é salvo por Montgomery, que inicialmente se mostra preocupado com a vida do homem: “É quando o sofrimento encontra uma voz e faz nossos nervos estremecerem que a piedade vem nos perturbar” (WELLS, 2012, p. 40).

Pendrick, completamente debilitado, é colocado junto à carga viva do navio, onde há diversos coelhos, cães e até mesmo um puma. Todos os animais seriam levados a uma ilha, a mesma que leva o título da obra. Quando o destino chega, o leitor é apresentado ao Dr. Moreau e às suas estranhas criaturas. Pendrick fica confuso e atormentado com os habitantes da ilha e começa a perceber o que se passara: “Seria possível, pensei, que algo como a vivisseccção de homens estivesse sendo conduzido ali?” (WELLS, 2012, p. 53). Estamos num lugar completamente bizarro, com uma sociedade

complexa de “homens-animais”. Os experimentos do doutor, na ilha, não eram aceitos sequer pelos setores onde ele trabalhava e, por isso, ele fora expulso, buscando posteriormente a ilha como refúgio e novo local de trabalho.

O *homem invisível*, de 1897, conta a história de um cientista experimental que descobre como ficar invisível e, embora ele queira dar a aparência de que a descoberta seria um avanço para a ciência, ele a utiliza apenas para benefício próprio. A obra mostra que o homem (invisível) tenta se isolar em uma cidade pequena para continuar seus experimentos, mas logo revela que é invisível aos funcionários da pousada. Uma briga generalizada (que é descrita com muita comédia) se inicia na pousada.

O homem invisível é destemido e gozador, rouba pessoas e as agride sem motivo algum. O desfecho da história não é nada feliz: depois de ter aprontado muito mais atrocidades no decorrer da história, como derrubar um trem dos trilhos, matando inúmeras pessoas, o homem invisível é capturado e levado (ferido) pelas autoridades.

Por fim, em *A guerra dos mundos*, de 1898, Wells narra a história de invasões alienígenas à Terra, em que o protagonista registra todos os males causados pelos invasores. Estes, vindos de Marte, mostram-se irreduzíveis e, apesar dos esforços, não conseguem, por fim, dominar a Terra, porque são acometidos por uma bactéria que é capaz de matá-los. Mas, mesmo sem a eficácia, o estrago é enorme, deixando inúmeros mortos pelo caminho.

Herbert George Wells nasceu em um distrito de Londres, no dia 21 de setembro de 1866. Em sua juventude, foi aprendiz de negociante de panos. Em 1883, começou a lecionar até conseguir uma bolsa para estudar biologia. Como escritor, tornou-se conhecido por seus romances de ficção, com visões políticas que antecipavam (muitas vezes) situações vividas pela sociedade de seu tempo. Mesmo escrevendo sobre outros tempos históricos, lugares ou formas de vida, jamais deixou de escrever, em verdade, sobre sua própria realidade. Escreveu também sobre lutas de classes, questionou a ética da ciência e anteviu guerras.

Suas narrativas abordavam a aplicação e a implantação de novas tecnologias, e muitos estudiosos atribuem a qualidade científica das obras de Wells aos oito anos em que ele fora professor de ciências e zoologia. Com o passar do tempo, seu pessimismo em relação ao futuro foi aumentando cada vez mais, e tal sentimento pode ser claramente identificado em muitas de suas obras. Embora não tenha abandonado por completo a ficção científica (ainda publicaria *Os primeiros homens na lua*, em 1901, e *Os alimentos dos deuses* em 1904), Wells envolveu-se posteriormente com ensaios políticos e com romances de natureza política e satírica. De toda forma, em poucos anos, no final do séc. XIX, o escritor construiu os pilares mais significativos para os temas científicos do nosso tempo.

Wells, no entanto, não inaugurou o gênero de ficção científica. Antes dele, a literatura já se aventurara e muito nas fantasias de viagens no tempo e no espaço, bem como na ideia de invisibilidade, entre outros temas, a começar, por exemplo, pelo mito do anel de Giges (que o torna invisível), elaborado por Platão, na sua *República*, ou pelas viagens à lua, imaginadas por Luciano de Samósata (séc. II), na *História verdadeira*, e por Cyrano de Bergerac, na sua *Viagem à lua* (1657). Wells, porém, inspirou-se no seu antecessor mais próximo, Júlio Verne, que, com a sua ideia de viagens extraordinárias, como *Viagem ao centro da terra* (1864) e *Volta ao mundo em oitenta dias* (1873), consolidou

alguns elementos importantes do gênero de ficção científica. Já na primeira metade do séc. XIX, Mary Shelley, com o seu seminal *Frankenstein* (1818), igualmente lançou pilares significativos para as relações entre ciência, tecnologia e literatura, quando pensou a influência da energia química na constituição da vida humana. Wells faleceu em Londres, no dia 13 de agosto de 1946.

## 2 FICÇÃO E CIÊNCIA NOS ROMANCES DE WELLS

Wells publicou as quatro obras mencionadas em sequência anual. Em um intervalo de apenas quatro anos, podia-se notar que os romances publicados tinham (e ainda têm) muito em comum. Mas não é apenas a ficção científica que os identifica. É notório que os quatro livros se referem a temas ambicionados pela sociedade, tanto da época, quanto do século XXI. Por mais que sejam obras com temas distintos, os romances em análise apresentam um contexto histórico muito parecido. As histórias baseiam-se em fundamentações científicas pensadas com obsessão pela sociedade, como a viagem no tempo. Os cenários também apresentam semelhanças, evidenciando que o tempo histórico, no contexto das narrativas, está interligado, mesmo em se tratando de histórias que não têm conectividade aparente.

Para além do contexto histórico, da ficção científica e dos cenários narrativos, outra identificação que liga os quatro romances, tornando-os quase uma tetralogia, é a pesquisa sobre as marcas de um tempo histórico e político da Inglaterra oitocentista, mais precisamente sobre sua expansão capitalista e sobre os ideais do imperialismo britânico.

Em seus romances, a ciência não é um brinquedo que se oferece ao leitor, como exemplo ou representação de vida, mas uma maquinaria que modifica sensivelmente a natureza humana. É possível pressupor, inclusive, uma tonalidade envolvendo elementos da clássica distopia que caracterizou os romances do século XX, tendentes a representar sociedades cruéis e desumanizadas.

Segundo Antônio Houaiss, o primeiro uso da palavra *utopia* na língua portuguesa ocorreu em uma obra publicada no ano de 1671, em Lisboa, a qual levava o curioso título de *Escola das verdades abertas aos Príncipes na lingua italiana*, pelo Pe. Luiz Juglares, da Companhia de Jesus. *Utopia* é uma palavra recorrente na filosofia do poder, seja político, seja jurídico, que pretende construir uma espécie de sociedade ideal. “Formada por ou- (*ou*, prefixo grego de negação) e pelo radical -tópos (τόπος, literalmente: lugar), utopia designa, portanto, o não lugar, quer dizer, a sociedade excelente que, em razão dessa mesma excelência, não existe no mundo real” (MATOS, 2017, p. 42).

Foi Thomas More, um filósofo humanista inglês do final do século XV e início do século XVI, quem cunhou o termo, apresentando um projeto político em que os habitantes da ilha de Utopia gozavam de um sistema jurídico igualitário, liberal e justo. Na contemporaneidade, destaca-se uma posição crítica dos marxistas diante desse conceito. Para eles, uma utopia refere-se a algo que é irrealizável, porque não vincula a si as condições estruturais da sociedade, que, por esse mesmo motivo, não devem sequer ser consideradas (MARDER; VIEIRA, 2017). Contudo, o marxismo heterodoxo de Karl Mannheim e Ernst Bloch acreditam no potencial transformador das utopias, capazes de

alimentar o desejo de mudanças sociais e assim oferecer vias alternativas para a organização político-jurídica real.

Aldo Maffey, no entanto, acredita que as utopias são certas projeções de desejos que não foram completamente satisfeitos em determinados períodos históricos. Porém, essas projeções só conseguirão assumir o posto de utopias políticas se apresentarem um ideal que possa ser realizado por uma organização comunitária, que seja capaz de oferecer algumas soluções para os problemas socioeconômicos encontrados. “O utopista político sempre se refere ao melhor mundo realizável, não ao melhor mundo fantasiosamente pensável, como os literatos (MAFFEY, 2000, p. 1284-1290).

O termo *distopia*, por sua vez, vem do grego *dys* (δυσ-) e significa “doente”, “mal” e “anormal” (MATOS, 2017). Conforme sugestão de François Ost (2005), evidenciada em sua análise das fontes do imaginário jurídico contidas nas obras de Franz Kafka, as distopias seriam utopias às avessas, ou seja, sociedades imaginárias em que as condições de existência conseguem ser piores do que aquelas que vigoram nas sociedades reais. O papel do direito em uma distopia é marcante, pois se apresenta como um ordenamento eminentemente técnico cuja única função consiste em garantir a perpetuação da dominação social (MATOS, 2017). O principal direito que é sacrificado em um Estado distópico é a liberdade.

A diferença encontrada entre uma distopia e uma utopia é pequena: trata-se apenas de uma questão de opinião e de juízos de valor. Quando posta em ação, uma utopia não consegue ser administrada e, muitas vezes, oferece uma liberdade ou uma felicidade aos homens, independentemente de suas próprias vontades. A missão de toda utopia é regenerar as pessoas, ainda que precise enfrentá-las e impor-lhes esse alto destino (MAFFEY, 2000).

As distopias analisam as sombras produzidas pelas luzes utópicas (HILÁRIO, 2013), que iluminam o presente na mesma medida em que tentam (e conseguem) ofuscar o futuro, ou seja, permitem-se produzir efeitos de uma análise da sociedade. Nesse sentido, os romances de Wells podem ser lidos já como prenúncios das famosas distopias do século seguinte. H. G. Wells projetou, em seus primeiros romances, certa decepção com o progresso tecnológico e com as variações do comportamento humano decorrentes dele, bem como uma desilusão com os caminhos a que estava submetido o capitalismo, disposto a fazer uso das armas e do aparato bélico para a consolidação dos impérios modernos junto aos países colonizados.

Diferentemente das utopias, muito frequentes nos séculos XVI e XVII, e posteriormente revisitadas no século XIX, sob inspiração marxista, as distopias revelam sociedades deterioradas, geralmente retratos empobrecidos e dramáticos da própria sociedade que as criou. Um tanto pessimistas, ou pelo menos realistas em relação aos rumos políticos de uma determinada época histórica, as distopias representam quadros sociais amargos, em que o conceito de humanidade se deteriorou em função de políticas opressivas, tendo relações interligadas, mesmo que não propositais.

Muitos críticos e historiadores têm acreditado que a distopia, ausente nas literaturas clássicas, é uma invenção do século XX, como meio de análise das políticas engendradas pelos regimes totalitaristas, especialmente a partir da década de 1930 (HILÁRIO, 2013). Mas, a despeito do vínculo da distopia com o romance do séc. XX, conforme a proposição de alguns historiadores, é preciso expor uma reflexão distinta:

mostrar que a distopia já havia se esboçado nos romances de ficção científica, especialmente de H. G. Wells, que pensou a falência da sociedade e da modernidade não exatamente no plano dos regimes totalitários, que mal se desenhavam em seu tempo, mas no plano da escravização da consciência a regimes culturais subordinados à razão tecnológica.

Os desfechos de seus romances sempre nos levam a perceber o uso indevido da tecnologia como instrumento de dominação da consciência, como na conclusão de *O homem invisível*, em que o protagonista utiliza sua descoberta apenas para benefício próprio, e mais, utiliza-a para cometer crimes ou para impulsionar fatalidades cósmicas. O homem invisível, não obstante a sua inteligência científica, acaba por se envolver no crime e nas atrocidades. A máquina do tempo vai revelar a seu inventor uma sociedade de horrores e de dominações políticas sórdidas, em que a dominação está escancarada em um processo de distorções da igualdade em uma sociedade completamente dominada. O inescrupuloso Dr. Moreau, por sua vez, vai mostrar a face mais sombria da ciência, entregando-se à sedução do domínio político e tecnológico.

Embora leitores tenham visto em Wells o entusiasta da ciência e do progresso tecnológico, outros críticos têm apontado nele o crítico de todos esses elementos: “*Wells exercia seu ceticismo pragmatista contra alegações infladas de certeza científica*” (BELL, 2017, p. 10, tradução nossa). Smaniotto (2009), nessa mesma linha, defendeu a imagem de um Wells crítico de sociedades controladas pelo intelecto e sendo levadas à decadência. A *Guerra dos Mundos*, por exemplo, tem sua história dividida em dois segmentos narrativos: o primeiro registra uma invasão marciana, e o segundo é sobre como a Terra ficou sob o domínio dos invasores, que só sucumbiram porque não foram imunes às bactérias de nosso planeta. O primeiro segmento busca transmitir o pânico e humilhar os arrogantes vitorianos.

Wells atingiu seu intento com tamanha destreza que a “*Guerra dos Mundos*” viria mais tarde a causar pânico e desespero nos Estados Unidos e no Brasil. No dia 30 de outubro de 1938, Orson Well apresenta na CBS uma adaptação radiofônica da obra homônima de Wells. Mais de um milhão de americanos saem às ruas em pânico, aterrorizados com as supostas notícias que anunciavam uma invasão marciana e a destruição de Nova York. A íntegra da transmissão foi publicada no Brasil (SMANIOTTO, 2009, p. 3).

Nos primeiros trechos de *Guerra dos mundos*, Wells afirma que os marcianos estavam nos estudando e expõe uma série de motivos que explicariam tal invasão no planeta Terra, sendo que na verdade “era a única alternativa de sobrevivência marciana, uma vez que Marte era um mundo antigo e agonizante rumo a um fim inevitável, tendo esgotado seus recursos naturais” (SMANIOTTO, p. 4, 2009). Porém, não passa despercebido na obra de Wells o fato de os britânicos estarem sendo comparados a simples protozoários, demonstrando sua tamanha inferioridade em relação aos marcianos.

Lembre-se de que, nesse romance de Wells, um soldado britânico revela que o acontecimento entre marcianos e terrestres não se pautava apenas por uma guerra, pois

é o mesmo que fazer uma simples comparação entre os humanos e as formigas: não existe uma guerra entre ambos, os humanos apenas passam por cima delas. Ao final da história, pouco antes que os marcianos sucumbissem às bactérias terrestres, eles construíram máquinas voadoras, mas não conseguiram sobreviver para usá-las.

As circunstâncias apresentadas acima sugerem que *Guerra dos mundos* é uma obra inspirada no colonialismo britânico, denunciando, de forma indireta, como os valores morais da avançada civilização britânica condescendiam com o genocídio de povos considerados inferiores. Acredita-se que a inspiração do autor teria sido baseada na história da extinção dos nativos da Tasmânia (Austrália) pelos colonizadores ingleses, que estabeleceram lá uma colônia penal durante o imperialismo europeu. Em *Guerra dos Mundos*, Wells sugere que o povo britânico é a raça dizimada pelos marcianos, o povo inferior que não dispõe de tecnologia suficiente para o combate, trazendo consigo valores morais questionáveis ou mesmo inexistentes. A mensagem principal defendida por Wells por meio desse livro não está pautada em uma fantasia desvairada sobre alienígenas e tecnologia, mas em uma reflexão, até mesmo pessimista, da condição humana, numa perspectiva dolorosamente crítica.

Ainda em *Guerra dos Mundos*, H. G. Wells compara os marcianos a répteis que têm à sua disposição uma raça de seres humanoides bípedes e frágeis. Ao invadirem a Terra, os marcianos trazem consigo outra raça de alienígenas que lhes servem de nutrição.

Sua preferência [a dos marcianos] inegável pelos homens como fonte de alimento é parcialmente explicada pela natureza dos restos das vítimas que trouxeram consigo de Marte como víveres. Essas criaturas, a julgar pelos pequenos restos mirrados que caíram em mãos humanas, eram bípedes com esqueletos inconsistentes e de siliciosos (quase como os das esponjas siliciosas) e débil musculatura, com cerca de dois metros de altura e cabeças redondas, eretas, com grandes olhos em órbitas muito duras. Duas ou três delas parecem ter sido trazidas em cada cilindro, e todas foram mortas antes de chegarem à Terra (WELLS, 2000, p. 147).

Contudo, observa-se que os marcianos, não conseguindo se alimentar por si mesmos, obtinham sua comida por meio de outra raça bípede. A nutrição marciana consistia em injetar sangue fresco de outras criaturas em seus corpos, ou seja, eles não comiam carne, mas nutriam-se de sangue (SMANIOTTO, 2009). Com isso, nota-se a crueldade suprema dos seres carnívoros que estavam no topo da cadeia alimentar, idealizados como seres vampirescos por Wells, o que demonstra a idealização suprema da dominação de uma espécie sobre a outra, pois seria a própria essência de um indivíduo que estava sendo sugada por outro. Desse modo, a elite britânica da época foi referenciada como vampiros, seres parasitas sustentados pelos outros, sugando dos demais o máximo de que são capazes.

Na obra de Wells, os ingleses foram mais bem representados no papel de vampiros alienígenas marcianos, com uma tecnologia superior, uma crítica perspicaz do autor ao imperialismo britânico. Ele faz uma crítica bastante áspera ao suposto papel

civilizador da Grã-Bretanha e a suas justificativas para o imperialismo, identificando os alienígenas de seu livro com o papel exercido pelos próprios britânicos nas suas colônias.

O fato de ele projetar os alienígenas como uma raça tecnologicamente superior e, ainda assim, moralmente condenável, pode ser lido como uma crítica à própria ciência. O progresso do conhecimento científico não traria consigo uma nova ética, mas poderia até mesmo tornar as guerras exponencialmente mais sangrentas, com a destruição de cidades inteiras, como fazem os alienígenas no romance de Wells (SMANIOTTO, 2009).

*A máquina do tempo* é uma das obras mais célebres do autor e foi um romance que causou grande impacto no mundo literário (SCHNACKERTZ, 1992). Wells partiu das principais discussões científicas da época e criou um mundo completamente utópico, no qual ele encena um espaço alternativo, definido pelas ideias do darwinismo. Inscritos nas entrelinhas desse espaço, o teor filosófico e as imagens poéticas continuam a impor sua intensidade e unicidade, especialmente por questionarem os limites da humanidade (MATHIAS, 2013).

O aparato teórico de Charles Darwin foi ideado por Wells, que buscou explicar o surgimento das espécies e esclarecer o desenvolvimento de diferentes configurações espaciais, que têm um papel central em *A máquina do tempo*. Inserindo diversas técnicas de construção de ilusão (FINK, 1980) e aplicando as convenções da utopia literária, Wells encena uma visão de mundo embasada na lógica darwinista, patenteando a seus coetâneos os diversos desdobramentos dessa teoria para a vida social.

Charles Darwin publicou, em 1859, seu clássico *A origem das espécies*, propondo uma resposta à pergunta sobre o processo de evolução da natureza, desencadeando, com sua teoria, uma enorme discussão acerca da posição do homem e de suas relações com um ser divino. O universo, que até então seria uma obra divina e sobrenatural, revela-se repentinamente o resultado de diversas reações químicas e mutações genéticas. Nessa obra, as ideias de Darwin podem ser resumidas em quatro conceitos fundamentais: a individualidade, a luta pela existência, o princípio da seleção e a adaptação.

Darwin foi bastante influenciado pela obra de Robert Malthus, *Essay on the Principle of Population*, publicada entre 1798 e 1803, de onde conseguiu desenvolver uma série de questões inseridas no pressuposto de que “cada espécie biológica possui uma forte tendência à proliferação que é maior que o aumento possível de recursos de alimentação”. Para ele, a consequência lógica do pressuposto estaria ligada a uma luta de sobrevivência por indivíduos de uma mesma espécie, porquanto somente o acesso à alimentação pode assegurar a continuidade. A individualidade, ou seja, a unicidade da condição genética concede ao indivíduo diferentes chances de sobrevivência e de reprodução (MATHIAS, 2013). Em consequência dessas diferenças, os indivíduos de uma espécie poderiam proliferar ou ser extintos.

Embora marcada por um ímpeto agressivo, a luta pela sobrevivência não exclui a cooperação entre diferentes espécies, sobretudo por dependerem umas das outras. Esse fato terá grande importância na obra de Wells, na constelação de figuras em *A máquina do tempo*, como constata o protagonista, num determinado momento do ano 802.701, acerca da simbiose entre Morlocks e Eloi (MATHIAS, 2013). Em seu romance, portanto, Wells não confronta o leitor com o processo de evolução, que, como Darwin enfatizou, não pode ser percebido *in fieri*: ele busca traduzir toda a teoria para uma imagem poética, encenando alguns resultados de uma provável linha evolucionária para uma melhor

compreensão. Com isso, ele cria personagens peculiares em um mundo e em um tempo distantes, para que representem o resultado de milhares de anos de evolução.

Com essas personagens, evoluem, outrossim, o espaço e a organização social, alcançando níveis de perfeição ideados no imaginário da era vitoriana. Como Suvin (1977) aponta, Wells lança mão de um jogo de oposição entre a imagem do futuro, encenada pelo protagonista, por um lado, e o imaginário do leitor instruído com suas crenças numa progressão linear, por outro. Surge, então, um confronto de horizontes, afinal, dentro da lógica darwinista, o espaço jamais será estático, excluindo qualquer possibilidade de uma perfeição. As coordenadas existenciais, portanto, estão inseridas num constante processo de mudança, assim como todos os seres nele inseridos.

Em *A máquina do tempo*, a concepção de espaço está inteiramente relacionada com o pensamento darwinista desde o princípio. A teoria da evolução se transforma num elemento central do pensamento de Wells, o qual, metamorfoseado em princípios estéticos, perpassa sua obra de diversas formas. É possível encenar consequências do processo evolucionar, apontando-as na própria natureza, por meio da flora, da fauna, das estrelas e até mesmo das próprias personagens. Diante disso, as paisagens e o meio ocupado por Eloi e Morlocks se diferenciam substancialmente, até porque foram submetidos a uma evolução e posição social divergentes, o que implica o resultado desse processo. Assim,

ele [o protagonista de *A máquina do tempo*] constata que as paisagens, há muito, já não são mais intocadas, no lugar de florestas nativas, encontra espaços altamente domesticados pela influência humana. Tomado por grande admiração, ele se apercebe no primeiro instante da beleza paradisíaca que o envolve, verificando que desconhece a maior parte das plantas. Como darwinista, ele conclui que se trata do resultado de uma manipulação intensa e continuada por parte dos homens para erradicar plantas que não lhes convêm ("difícilmente podem imaginar as flores delicadas que séculos e séculos de cultivo haviam produzido"). Assim o jardim, embora não revele qualquer cuidado, permanece livre de ervas daninhas, uma vez que os antepassados dos Eloi as eliminaram sistematicamente. Até mesmo as rosas e outras plantas com mecanismos de autoproteção foram manipuladas de maneira que no decorrer da evolução seus espinhos desaparecessem (MATHIAS, 2013, p. 53).

Bastante influenciado por Darwin, Wells indica que a natureza é influenciada e definida pela sociedade e pelas normas que a regem. Ele confronta o leitor com um panorama composto por consequências e perigos de manipulações embasadas em princípios estéticos sumamente egoístas. Para ele, constelações, plantas e animais evoluíram, ou melhor, mudaram, tendo como referência as coordenadas temporais do protagonista. Tanto a fauna quanto a flora do espaço do ano de 802.701 são frutos dos resultados de uma manipulação contínua dos seres humanos. Sob a influência das ideias de Darwin, Wells sugere que a existência de plantas e animais mais adaptados mostra que eles conseguiram se sobrepôr na luta de espécies e que continuam as características necessárias para corresponder aos ideais estéticos dos Eloi.



A paisagem arquitetônica da obra é caracterizada pela presença concomitante de decadência e beleza. Ela superou em beleza tudo o que o protagonista vira até então, mas ela reflete também o estágio biológico ou evolutivo dos Eloi, ou seja, ela se encontra num processo de decadência (MATHIAS, 2013). Deve-se ainda dar uma importância especial ao Palácio de Porcelana Verde, pois este representava, como microcosmo, a evolução do macrocosmo. Destaca-se que enquanto há beleza na superfície dos Eloi, as paisagens subterrâneas dos Morlocks estão caracterizadas por escuridão, angústia e fealdade. Contudo, devido a uma adaptação dos habitantes ao habitat, eles conseguem desenvolver habilidades especiais para sobreviver nesse meio.

Para finalizar a obra, o protagonista mostra o resultado de uma evolução ainda mais distante. Nesta, o mundo se revela como um ambiente sombrio, silencioso e frio, no qual restam somente alguns poucos seres monstruosos. Já não há mais a existência do Sol e, portanto, ele conclui a última etapa do processo de evolução. Entretanto, a última imagem da obra impressiona não somente pela lógica darwinista interna, mas também pela intensidade imagética.

### 3 WELLS E SEU PLANO DE ROMANCE DISTÓPICO

Há mais para se discutir na tetralogia de Wells. E para isso, pensemos nas possibilidades sociológicas e nas sugestões políticas oferecidas, por exemplo, pela Escola de Frankfurt, especialmente no que diz respeito ao conceito de romance utópico e romance distópico. Ao imaginar os livros de Wells, pelo menos no campo da ficção científica, como fundadores de um olhar crítico sobre o imperialismo britânico, será preciso considerá-los sob a ótica da sociologia e da história.

A Escola de Frankfurt é uma corrente de pensamento composta por um grupo de filósofos e historiadores de orientação marxista que compreendeu a literatura como campo de conhecimento acerca de experiências vivenciadas pelos homens e mulheres da modernidade. Para conhecer um pouco o pensamento deles, é importante entender alguns de seus filósofos. Max Horkheimer, por exemplo, foi um pensador marxista, que tinha em sua teoria o objetivo de libertar os seres humanos das circunstâncias que os escravizam. Assim sendo, seu principal propósito foi criar uma plataforma teórica e ideológica para uma revolução cultural. Theodor Adorno, em sua teoria, defende um processo educacional capaz de criar e manter uma sociedade baseada na dignidade e no respeito às diferenças. Nesse sentido, pregou um projeto pedagógico que conseguisse libertar o ser humano da opressão e da massificação, o que resultaria num indivíduo culto e consciente. A perspectiva sociológica de seu pensamento fez com que ele considerasse a escola como a instituição capaz de formar o homem não dominado, pleno de autonomia de pensamento e ação em todas as instâncias da vida social.

Por fim, Walter Benjamin discorreu principalmente sobre a arte, justificando-a numa visão materialista. Consoante esse pensador, toda produção artística é circundada por certa “aura” que revela sua singularidade. Ele defendia também que o cinema poderia ser de imenso valor para o indivíduo, no sentido material, porque seria um instrumento político e ideológico em prol da construção de uma nova história da camada popular.

Assim, para uma teoria crítica, em que a intenção é fornecer um diagnóstico do presente, ou seja, do âmbito atual, é possível identificar as forças que mostram as atividades da atualidade e sua liberdade. Adorno e Benjamin conceberam a literatura de Kafka e de outros escritores do século XX, por exemplo, como uma forma de compreensão do mundo moderno, por meio de narrativas das forças sociopolíticas nascentes sobre a vida cotidiana dos indivíduos.

Dessa maneira, “o “romance distópico”, muito discutido pelos estudiosos de Frankfurt, pode ser compreendido como um “aviso de incêndio”, como todo percurso de emergência que busca chamar a atenção para que o acontecimento perigoso seja controlado” (HILÁRIO, 2013). Assim, os autores forneceram um material que interessava para se compreender o mundo na primeira metade do século XX, propondo que a distopia pode fornecer elementos para se pensar criticamente sobre questões que envolvem não só a época, mas também a contemporaneidade em especial. As distopias fazem a problematização dos prováveis danos, caso determinadas tendências do presente venham a avançar. Elas são também a denúncia dos efeitos de poder ligados às formas discursivas.

A narrativa distópica não se configura somente como uma visão do futuro ou como uma ficção, mas também como uma previsão daquilo que é preciso combater no presente, ou seja, buscando “soar” um alarme, como forma de aviso, que consiste em antecipar a ideia de que, se as forças opressoras continuarem vencendo, nosso futuro se direcionará a uma catástrofe. Assim, a distopia é um alarme, um aviso de incêndio. Löwy, sobre Benjamim, diz que

toda sua obra pode ser compreendida como uma espécie de “aviso de incêndio” dirigido a seus contemporâneos, um sino que repica e busca chamar a atenção sobre os perigos iminentes que os ameaçam, sobre as novas catástrofes que se perfilam no horizonte (LÖWY, 2005, p. 32).

Em 1984, romance de Orwell, por exemplo, a problematização que fundamenta a obra é o controle totalitário, que é completamente antidemocrático, e “totalitária é uma coordenação política terrorista da sociedade, mas também uma coordenação técnico-econômica não-terrorista da manipulação das necessidades por interesses adquiridos” (MARCUSE, 1967). Um exemplo muito significativo é a inversão de valor que Orwell faz do *minuto de silêncio*. Em uma cultura comum, trata-se de uma maneira de homenagear alguém que não será esquecido, cujo valor positivo da vida deve estar sempre na lembrança, um ato respeitoso. Em 1984, o que há são dois minutos de ódio, em que as massas se reúnem para lembrar o inimigo e desejar sua morte.

Assim, a sociedade canaliza sentimentos que lhes são hostis, pois a agressividade é um impulso antissocial, já que ameaça a estabilidade de todo o social, ao seu próprio e exclusivo valor. Com elementos envolventes sobre outro tipo de distopia, Orwell deixa claro em sua obra que “quem controla o passado, controla o futuro; quem controla o presente, controla o passado” (ORWELL, 2009, p. 47). Tais mecanismos descritos nesta distopia de Orwell mostram uma sociedade que deseja neutralizar sua própria posição.

A partir desses conceitos, voltemos a H. G. Wells. Ao ler as suas obras como precursoras do romance distópico, foi possível realizar uma reflexão acerca dos efeitos causados pela distopia, que cercam a contemporaneidade. A distopia foi esboçada nos romances de ficção científica, especialmente de H. G. Wells, que pensou a falência da modernidade no plano da escravização da consciência a regimes culturais subordinados à razão tecnológica. Sendo assim, H. G. Wells mostra-se mais como crítico das tecnologias do que como incentivador delas.

A ficção científica tem sido mal compreendida desde o seu surgimento e, sobretudo, desde a sua primeira grande expansão no séc. XIX, com Júlio Verne e H. G. Wells. Leitores a têm lido como entretenimento destituído de objetividade crítica e de parâmetros literários complexos, o que faz perder boa parte de sua essência e de sua natureza analítica. Escritores de ficção científica têm dado contribuições importantes para se pensar o papel da ciência no mundo contemporâneo e especialmente o papel da consciência humana frente ao quadro de racionalismo tecnológico movido pela propagação do modelo econômico capitalista.

No entanto, a importância deste artigo está justamente em não apresentar Wells como escritor de ficção científica, ou pelo menos não apenas como escritor de ficção científica, na medida em que ele amplia razoavelmente as propostas desse gênero literário para outros paradigmas mais complexos e capazes de analisar o mundo contemporâneo. Como socialista utópico que foi, pelo menos na sua formação inicial, Wells buscou projetar, em seus romances da primeira fase, muito de sua percepção política e social sobre a força opressora do Império Britânico, sobre as motivações desumanas por trás da razão capitalista e tecnológica e sobre a ambição da ciência e da Revolução Industrial ligadas ao domínio da alta classe burguesa. Crítico desses elementos, o autor foi capaz de elaborar uma literatura plenamente consciente das atribuições de seu tempo e de nosso tempo.

Considerando todos esses elementos teóricos, é preciso devolver a H. G. Wells o mérito que lhe é devido: o de um pensador político e social, atento às contradições de seu tempo histórico e precursor do romance distópico, na medida em que conseguiu enxergar a consciência humana submetida aos ditames da razão tecnológica e da ciência a serviço dos interesses de classe. Wells é um dos mais importantes escritores de seu gênero, tem uma obra ampla e significativa para o seu tempo e ajudou a consolidar determinados parâmetros à ficção científica. Compreendê-lo hoje significa compreender muitas das contradições e complexidades do mundo moderno.

Assim, identificados aqui neste trabalho como uma “tetralogia do fim de século” (embora se esteja consciente de que o autor não os pensou como uma tetralogia, nem os romances podem assim ser vistos, já que não há um fio condutor narrativo que possa identificá-los como tal), os quatro romances iniciais de Wells podem ser conectados por outros paradigmas, conforme aqui analisados. Deste modo, o estudo procurou, ainda assim, localizar, nesses quatro livros, algum elemento que os aproximasse sob o ponto de vista temático e ideológico, tornando-os um modelo de representação do mundo, da ciência, da condição humana e das próprias ideias de seu autor. Assim, o objetivo do estudo foi traçar elementos de conexão, sejam eles ideológicos, sejam eles temáticos, entre os quatro primeiros romances de Wells,

analisando principalmente o teor significativo que teria sobre a sociedade da época e a atual.

### REFERÊNCIAS

BELL, Duncan. Pragmatic utopianism and race: H. G. Wells as social scientist. **Modern Intellectual History**, v. 16, p. 863-895, 2017.

FINK, Ernst O. **Esboço dos artefatos que criam ilusão da tecnologia de quadros em Viagens e poços de A máquina do tempo**. Frankfurt am Main: Verlag Peter D. Lang, 1980.

HILÁRIO, Leomir Cardoso. Teoria crítica e literatura: a distopia como ferramenta de análise radical da modernidade. **Anu. Lit.**, Florianópolis, v. 18, n. 2, p. 201-215, 2013.

LÖWY, Michael. **Walter Benjamin, aviso de incêndio**: uma leitura das teses sobre o conceito de história. São Paulo: Boitempo, 2005.

MAFFEY, Aldo. Utopia. *In*: BOBBIO, Norberto; GIANFRANCO, Pasquino; MATTEUCCI, Nicola (org.). **Dicionário de política**. 5. ed. Brasília: UnB; São Paulo: Imprensa Oficial do Estado, 2000. p. 1284-1290. v. 1.

MARCUSE, Herbert. **A ideologia da sociedade industrial**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1967.

MARDER, Michael; VIEIRA, Patrícia (org.). **Existential utopia**: new perspectives on utopian thought. London: Continuum, 2012.

MATHIAS, Dionei. O darwinismo na concepção espacial de *The time machine* de H. G. Wells. **Estudos Anglo Americanos**, n. 40, p. 48-64, 2013.

MATOS, Andityas Soares de Moura Costa. Utopias, distopias e o jogo da criação de mundos. **Rev. UFMG**, Belo Horizonte, v. 24, n. 1 e 2, p. 40-59, jan./dez. 2017.

ORWELL, George. **1984**. São Paulo: Companhia das Letras, 2009.

OST, François. **Contar a lei**: as fontes do imaginário jurídico. São Leopoldo: Unisinos, 2005.

SCHNACKERTZ, Hermann Josef. **Darwinismo e discurso literário**. Munique: Wilhelm Fink Verlag, 1992.

SUVIN, Darko. Uma gramática da forma e uma crítica do fato: a máquina do tempo como um modo estrutural para Ficção científica. *In*: SUVIN, Darko; PHILMUS, Robert

M. H.G. **Wells and Modern Science Fiction**. Londres: Associated University Press, 1977.

SMANIOTTO, Edgar Indalecio. H. G. Wells: a ficção científica como romance social, **Revista Espaço Acadêmico**, n. 93, fev. 2009.

WELLS, H. G. **A guerra dos mundos**. Trad. Braulio Tavares. Rio de Janeiro: Alfaguara, 2007.

WELLS, H. G. **A máquina do tempo**. Trad. Braulio Tavares. Rio de Janeiro: Alfaguara, 2010.

WELLS, H. G. **A ilha do Dr. Moreau**. Trad. Braulio Tavares. Rio de Janeiro: Alfaguara, 2012.

WELLS, H. G. **O homem invisível**. Trad. Braulio Tavares. Rio de Janeiro: Alfaguara, 2011.

# Aproximações entre passado e presente: o processo de luta pelo reconhecimento dos ofícios tradicionais de cura

*Approximations between past and present:  
the process of struggle for recognition of traditional healing professions*

ÉRICA KARINA SILVA

Mestranda do Programa de Pós-Graduação em História e Regiões (PPGH)  
da Universidade Estadual do Centro-Oeste/UNICENTRO  
E-mail: [ekarina.ek8@gmail.com](mailto:ekarina.ek8@gmail.com)

---

**Resumo:** Este trabalho faz parte da pesquisa de mestrado intitulada “Aprendizes da Sabedoria: lutas e resistências pela cultura tradicional popular”, do programa de pós-graduação em “História e regiões”, da Unicentro. O estudo busca compreender o processo de luta pelo reconhecimento dos ofícios tradicionais de cura, bem como a articulação do Movimento Aprendizes da Sabedoria (MASA), em prol da legitimação dos direitos de seus praticantes na região Centro-Sul do Paraná, com enfoque para o município de Rebouças, o primeiro no Brasil a oficializar as práticas de cura.

**Palavras-chave:** História. História Oral. Benzedeiros. Religiosidade.

**Abstract:** This work is part of the master's research entitled “Apprentices of Wisdom: struggles and resistance for traditional popular culture”, from the graduate program in “History and regions” at Unicentro. The study seeks to understand the process of struggle for the recognition of traditional healing professions, as well as the articulation of the Movement Apprentices of Wisdom - MASA, in favor of the legitimization of the rights of its practitioners in the Center-South region of Paraná, with a focus on the municipality of Rebouças, the first in Brazil to make healing practices official.

**Keywords:** History. Oral History. Healers. Religiosity.

---

## 1 CONSIDERAÇÕES INICIAIS

A história da humanidade está relacionada com a busca pela conexão com o divino, as formas de explicar o sobrenatural e encontrar respostas para as inquietudes do homem, assim como afirma Cunha (2018, p.20), “a magia precede a ciência”. Datar especificamente o surgimento dos primeiros ritos de cura é uma tarefa extremamente difícil; sabe-se que “os praticantes da benzeção existem desde a Antiguidade”, como apresenta Oliveira (1985, p. 07), todavia, durante a Idade Média, com os Tribunais do Santo Ofício, toda e qualquer pessoa que estivesse associada a práticas de cura era acusada de bruxaria e sofria duras punições.

Durante o período que abrange o século XIII a meados do século XIX, a Igreja Católica desenvolveu um sistema de repressão em massa contra pessoas que eram consideradas bruxos ou hereges. A Inquisição, como passou a ser comumente chamada, torturou, julgou e assassinou centenas de pessoas, entre crianças e adultos, na grande maioria mulheres. De acordo com Francisco Bettencourt (2000 *apud* PIRES, 2013, p. 564), “devemos nos referir às Inquisições, no plural, devido às especificidades que elas adquiriram ao longo do tempo”; em muitos países, tais tribunais ganharam caráter político, usados como punição do Estado. A configuração política que os tribunais adquiriram dá-se, de acordo com Pires (2013, p. 564),

A partir do fim do século XIII, o feudalismo é obrigado a centralizar e hierarquizar o poder para se manter e se organizar com métodos políticos e ideológicos mais modernos. A Igreja Católica e a Protestante foram importantes para essa centralização do poder.

Pires (2013, p. 564) traz para a discussão Rose Marie Muraro (MALLEUS, p. 15), na qual a autora afirma que “as perseguições ocorridas nesse período eram muito bem calculadas pelas classes dominantes para uma maior centralização do poder”. A hierarquização do sistema procurava colocar dentro das regras as massas camponesas, as quais sofriam duramente com pestes e guerras e estavam submetidas às vontades e aos abusos de seus senhores, principalmente as mulheres.

A sociedade medieval, fortemente marcada pela religiosidade e crença no seu senhor, via as violações de fé como violações políticas. Nesse sentido “os inquisidores conseguiram unir a transgressão sexual à transgressão da fé, e punir as mulheres por esses pecados” (PIRES, 2013, p. 564).

Condicionada a regras e a padrões de diferentes épocas e sociedades, a mulher sempre fora deixada em segundo plano. Sua imagem esteve ligada ao sagrado ou ao profano, seja pela Virgem Maria, seja por Eva. Nas duas alusões, sua existência está atrelada a algo ou a alguém, no primeiro caso, a missão de gerar o Salvador do mundo, e, no segundo, gerada de uma costela curvada do homem (e por isso imperfeita), posteriormente provando do fruto proibido, levando à desgraça do homem e de sua descendência. Em ambas as menções, a mulher não é tida como sujeito de sua história, mas como sombra de outro.

## 2 FASES DA CONSTRUÇÃO DA MULHER

Historicamente, a figura da mulher esteve sob o domínio do particular, inicialmente sob o domínio do pai, posteriormente sob domínio do marido, condicionada ao âmbito familiar e doméstico, onde pouco se falava dela ou com ela. Como aponta Perrot (2019, p. 16):

São invisíveis. Em muitas sociedades, a invisibilidade e o silêncio das mulheres fazem parte da ordem das coisas. É a garantia de uma cidade tranquila. Sua aparição em grupo causa medo [...]. Sua fala em grupo é indecente [...]. Até mesmo o corpo delas amedronta. [...] Porque são pouco vistas, pouco se fala delas.

APROXIMAÇÕES ENTRE PASSADO E PRESENTE:  
O PROCESSO DE LUTA PELO RECONHECIMENTO DOS OFÍCIOS TRADICIONAIS DE CURA

A mulher como sujeito social nasce com “o advento da história das mulheres, na Grã-Bretanha e nos Estados Unidos nos anos 1960 e na França uma década depois” (PERROT, 2019, p.19). Momento esse em que os paradigmas do marxismo e estruturalismo estão em baixa, voltando-se o olhar para o cotidiano, para a família, depressa, volta-se o olhar para a mulher. Quem era essa mulher? Qual sua história? Logo, surgem inúmeros estudos em torno dessa figura que por milênios havia sido ignorada.

Para escrever a história, são necessárias fontes, documentos, vestígios. E isso é uma dificuldade quando se trata da história das mulheres. Sua presença é frequentemente apagada, seus vestígios, desfeitos, seus arquivos destruídos. Há um déficit, uma falta de vestígios. (PERROT, 2019, p. 21).

A aurora do século XX e o surgimento da Escola dos Annales em 1929 trouxeram um novo viés historiográfico, como afirma Ferreira (2012, p. 63), uma “História-problema”, preocupada, sim, com os fatos, mas com uma ênfase aos processos sociais, culturais, econômicos e, posteriormente, questões mentais da civilização. Diante dessa nova perspectiva, o saber historiográfico abriria uma gama de estudos relacionados ao cotidiano, ao trabalho, à família e à mulher, surgia então uma História com preocupações que iriam além de encontrar a verdade, mas preocupada em compreender os processos que engradam a história, com novas concepções e possibilidades de estudos.

A gama de estudos propiciados pela Nova História Cultural possibilitou olhar para grupos e personagens que haviam sido rechaçados pela historiografia tradicional, como as mulheres, que, em alguns momentos da história, foram vistas como santas, salvadoras do mundo; em outros como profanas e pecadoras, sem salvação. Um dos discursos criados em torno da figura da mulher está o de bruxa, mas quem seria essa bruxa. Uma mulher que, com sua sabedoria, utilizava-se de remédios naturais, emplastos e ervas para ajudar e curar os que lhe procuravam.

Atualmente a ideia da mulher bruxa, com toda a mítica criada em torno da sua figura, fica no imaginário das populações. Todavia, a mulher que usa de seus conhecimentos acerca do mundo médico-natural para curar enfermidades ainda existe e faz parte do cotidiano de muitas comunidades e, principalmente, é um elemento essencial para a construção sociocultural de inúmeras sociedades.

As benzedeadas são mulheres de garra, que lutam pela preservação de conhecimentos tradicionais/ancestrais, pelo repasse desses conhecimentos e pelo seu reconhecimento como mulher e como benzedeadas. Essas mulheres encontram-se espalhadas por diversas regiões do Brasil, realizando partos, cortando cobreiros<sup>1</sup>, costurando rendidura<sup>2</sup> ou ensinando chás e simpatias. Vejamos o exemplo das benzedeadas da cidade de Rebouças no Paraná.

---

<sup>1</sup> Ferpa de bichinho, cobreiro de sapo, espuma de sapo, quando ele passa e solta a espuma na grama a pessoa que passa ali pega cobreiro.

<sup>2</sup> Quando a pessoa dá mal jeito, rasga a carne.



### 3 A LUTA DAS BENZEDEIRAS NO CENTRO-SUL PARANAENSE

Rebouças é uma cidade situada no interior do Paraná, fica a 144 km da capital Curitiba. Fundada em 1930, tem sua economia baseada na agricultura familiar e nas culturas da erva-mate e tabaco (IBGE, 2010). Por se tratar de uma pequena cidade do interior, eram raras as visitas de padres à comunidade, bem como também era escasso o número de médicos ou profissionais de saúde na região. Diante desse cenário de descaso, era latente a necessidade de alguém que olhasse pelas enfermidades das pessoas e trouxesse alívio. Rodrigues (2021, p. 114-115) acrescenta:

Tal condição favorecia o desenvolvimento de uma religiosidade dirigida por leigos, mística e devota [...] a religiosidade local se expressava, principalmente, por meio de orações e louvores dirigidos a “Santíssima Trindade” e aos santos católicos [...] os moradores locais buscavam por meio da fé uma relação com o transcendente, de certo modo, estavam vinculados a esse processo devocional.

Em seu trabalho, Rodrigues (2021) apresenta os dados levantados pela ACARPA na região de Rebouças, no qual ficam evidentes as precárias condições de higiene e saúde. Esse mesmo levantamento expressa que 77,56% dos moradores recorriam a médicos, o que para o pesquisador pode ser algo contraditório:

O dado pode ser considerado como fantástico ou contraditório visto que havia apenas um médico para atender os moradores: ou pouquíssima gente ficava doente, ou os dados foram manipulados ou as(os) depoentes burlaram sua resposta. Ocorre que neste mesmo levantamento, 24,35% dos entrevistados disseram recorrer a benzedores e 42,94% a curiosas<sup>3</sup>. (RODRIGUES, 2021, p. 141).

Baseado nos dados da ACARPA e nos estudos de Rodrigues, fica evidente a presença de benzedores e de curandeiros na região de Rebouças, pelo menos desde a década de 1950. Nesse sentido, é possível afirmar que a figura das benzedoras está na cultura e na sociedade reboucense, uma vez que estiveram presentes na consolidação do município mesmo quando as autoridades, tanto religiosas, quanto políticas, negligenciaram o cuidado com a população.

Apesar de haver benzedores homens, o ofício é, em grande maioria, praticado por mulheres, sendo que desde a antiguidade sua figura foi compreendida como responsável pelo bem-estar da família e da casa. Segundo a perspectiva de Cunha, no Brasil:

[...] estima-se que desde o período colonial, em decorrência da falta de médicos, mulheres conhecedoras das propriedades medicinais de ervas que cultivavam em suas casas mesclavam suas orações, seus conhecimentos empíricos das forças da natureza ao manuseio de ervas,

---

<sup>3</sup> Parteiras não diplomadas.

## APROXIMAÇÕES ENTRE PASSADO E PRESENTE: O PROCESSO DE LUTA PELO RECONHECIMENTO DOS OFÍCIOS TRADICIONAIS DE CURA

a fim de sanar males cotidianos e abrandar as enfermidades que assolavam seus ciclos familiares. (CUNHA, 2018, p. 20).

Associado à precariedade das condições de saúde, encontra-se o medo, o qual, segundo o historiador Georges Duby (1998, p.87), “aproxima os seres humanos”. A presença do medo é um elo presente entre as épocas e sociedades e para livrar-se dele, ou aliviá-lo, os seres humanos recorrem a orações, simpatias, curas e benzimentos. Credita-se a eficácia dos benzimentos e curas ao poder das palavras do benzedor e a fé de quem o procura.

A crença no poder das palavras, segundo Moura (2011, p. 348), “encontra raízes em diferentes tradições que se entrecruzaram nas terras brasileiras, nas quais a oralidade é/era um dos principais elementos de manutenção da cultura”. Sendo assim, a cura é um poder atribuído à benzedeira e suas práticas. As benzedeiros de Rebouças detêm um papel importante na sociedade; são depositárias de fé, perseverança e manutenção de uma cultura e identidade tradicional.

Em entrevista ao “Globo Rural”, Michel Meira (2017) comenta que, para manter vivos os saberes tradicionais, começou, juntamente com as mulheres, um trabalho de produção de pomadas e tinturas; percebeu-se que o conhecimento maior estava com as benzedeiros. Iniciando o levantamento das pessoas que detinham sabedoria e conhecimentos na área da saúde natural, foram mapeadas 134 benzedeiros somente no município reboucense. Meira (2017) acrescenta ainda que os números foram surpreendentes, isso porque a atividade era realizada de forma quase escondida, devido à forte repressão que existe sobre as benzedeiros, desde séculos passados.

O mapeamento das benzedeiros do município é resultado da articulação e formação do Movimento Aprendizizes da Sabedoria (MASA), em conjunto com as ações da Articulação Puxirão dos Povos Faxinalenses (APF), que, desde 2005, representa as comunidades tradicionais típicas de todas as regiões do estado do Paraná.

Organizada a partir dos conflitos sociais em torno de sua territorialidade, “a APF surgiu como um movimento social que tem como proposta a valorização cultural e social juntamente com o direito de existir dos faxinalenses, bem como a luta pela terra e por um modelo sustentável de produção adaptado ao seu modo de vida” (MENIM, 2011, p. 1, *apud* ALMEIDA, 2013, p. 51).

Nesse sentido, “dentre as estratégias de mobilização da APF, o movimento articulava os detentores de práticas tradicionais de cura para a valorização e perpetuação desses conhecimentos tradicionais” (ALMEIDA, 2013, p. 51). É diante desse cenário de agitação e luta que, em 2008, os Aprendizizes da Sabedoria recebem a autoidentificação como movimento.

Mediante a invisibilidade social, o preconceito e marginalização dos ofícios tradicionais de cura detidos por centenas de Benzedeiros, Benzedores, Curadeiras, Curadores, Rezadeiras, Remedieiros, Costureiras e Costureiros de Rendidura e Parteiras, inicialmente um grupo formado por Benzedeiros e Benzedores dos municípios de Irati,

Rebouças e São João do Triunfo em 2008, dispostos a lutar contra as diversas formas de repressão às práticas tradicionais de cura e do livre acesso ao uso sustentável de ervas e plantas medicinais é proposto o I Encontro das Benzedeiras do Centro Sul do Paraná realizado em setembro de 2008 na cidade de Irati, momento que foi formado o MASA – Movimento Aprendizizes da Sabedoria, espaço de organização dos Detentores de Ofícios Tradicionais de Cura, objetivando a Luta contra o descaso dos órgãos governamentais e demais instituições da sociedade, que historicamente excluíram as práticas tradicionais de cura, colocando em risco o repasse dos conhecimentos e saberes tradicionais as gerações futuras, ocasionando a perda da cultura tradicional e uso sustentável dos recursos naturais, conhecimentos estes, detidos pelas Benzedeiras (MASA, 2011, p. 2).

Em meio a esse cenário de lutas e reivindicações, em 2010 as benzedeiras do MASA conquistaram o reconhecimento dos órgãos públicos, administrativos e sanitários por meio da Lei nº 1401/2010:

Dispõe sobre o processo de reconhecimento dos ofícios tradicionais de saúde popular em suas distintas modalidades: benzedeiros (a), curadores, costureiros (a) de rendiduras ou machucaduras e regulamenta o livre acesso à coleta de plantas medicinais nativas no município de Rebouças, estado do Paraná, conforme especifica. (REBOUÇAS, 2010, *online*).

A partir da lei de 2010, as benzedeiras passaram a ter assegurados o direito de exercer seu ofício livremente e o de cultivar ervas e plantas medicinais utilizadas para chás e infusões. Além de assegurar as conquistas dessas mulheres, a lei, em seu artigo 1º, garante às pessoas que desejarem o Certificado de Detentor de Ofício Tradicional de Saúde Popular em suas diferentes modalidades. No artigo 2º, fica expressa a obrigatoriedade da emissão do certificado e da carteirinha de detentor de ofício tradicional para todos aqueles que se autorreconhecem e são reconhecidos por uma comunidade como praticante desses ofícios.

#### **4 ADENTRANDO O MUNDO DAS BENZEDEIRAS**

O campo de estudos e de investigações acerca dos benzimentos e processos de cura vem se destacando atualmente em todos os campos das ciências, principalmente na área das ciências sociais. Na historiografia, temáticas como rituais de cura ainda são um campo pouco explorado, contudo a nova abordagem para com as fontes historiográficas vem permitindo novas possibilidades de pesquisa.

Na segunda metade do século XIX, ocasião em que a História se afirma como disciplina acadêmica, foram estabelecidos parâmetros metodológicos cientificistas rígidos orientadores da crítica interna e externa das fontes escritas, arqueológicas e artísticas, priorizando investigações sobre a importância da autenticidade documental,

APROXIMAÇÕES ENTRE PASSADO E PRESENTE:  
O PROCESSO DE LUTA PELO RECONHECIMENTO DOS OFÍCIOS TRADICIONAIS DE CURA

porquanto a concepção dominante na historiografia era de que a comparação de documentos permitia reconstituir os acontecimentos passados, desde que encadeados numa correlação explicativa de causas e conseqüências. (PINSKY, 2008, p. 11).

Apesar do uso de fontes históricas desde meados do século XIX, o uso da História Oral como metodologia é muito mais recente, como destaca Alberti:

A História Oral é uma metodologia de pesquisa e de constituição de fontes para o estudo da história contemporânea surgida em meados do século XX, após a invenção do gravador a fita. [...] O trabalho com a História Oral se beneficia de ferramentas teóricas de diferentes disciplinas das Ciências Humanas, como a Antropologia, a História, a Literatura, a Sociologia e a Psicologia, por exemplo. Trata-se, pois, de metodologia interdisciplinar por excelência. (ALBERTI *apud* PINSKI, 2008, p. 155-156).

Na cultura dos benzimentos, a história oral detém papel fundamental. Para os rituais de cura, não há um manual ou um livro de receitas a ser seguido ou aprendido; é algo passado de geração a geração, através da oralidade. Portelli (2010, p. 3) afirma:

[...] há uma relação profunda, uma relação muito intensa, entre a oralidade e a democracia. Todos os meios de comunicação, do scanner ao computer, excluem uma parte da humanidade. Há pessoas que não sabem escrever ou ler; há pessoas que não manejam o computador; porém a voz, a oralidade, é um meio de comunicação que todos os seres humanos possuem e, de alguma maneira, controlam. Então, quando buscamos fontes orais, as buscamos em primeiro lugar porque na oralidade encontramos a forma de comunicar específica de todos os que estão excluídos, marginalizados, na mídia e no discurso público. Buscamos fontes orais porque queremos que essas vozes – que, sim, existem, porém ninguém as escutas, ou poucos as escutam – tenham acesso à esfera pública, ao discurso público, e o modifiquem radicalmente.

As vozes, como menciona Portelli, permitem “ver precisamente a vida cotidiana” (PORTELLI, 2014, p. 203, *apud* ALMEIDA, KOURY, p. 203, 2014), acessar o íntimo de um grupo cultural, alcançando um mundo invisível, repleto de signos e significações. Ouvindo essas vozes, é possível reaprender e ressignificar conceitos.

“Até quando pretende benzer? Até quando eu puder”<sup>4</sup>. É comum ouvir de uma benzedeira essas palavras. Para elas, o ato de benzer vai muito além de um ritual; é um dom divino, aquele que o recebeu tem o dever de zelar pelos que procuram.

Já que Deus me deu essa oportunidade a gente precisa ajudar os outros, tem muita gente que não pode ir no médico, então ele vai num benzedor, ali ele ensina um remédio, faz o benzimento e ele melhora

---

<sup>4</sup> VENROSKI, Benedita Hilda. Entrevista concedida à Érica Karina Silva em 14 de agosto de 2020.

sem que precise procurar o médico. Às vezes é doença que não é do médico curar, tem muita coisa que o médico não resolve, é doença física-espiritual, então é através do toque e da oração e uma erva que tem o poder. (CAVALHEIRO, 2020, entrevista).

É indissociável das falas de dona Benedita e de dona Agda<sup>5</sup> o dom que receberam de Deus, independentemente de estar associado à prática católica oficial. Essas mulheres mostram resiliência – frente à sociedade que, por anos, segregou toda e qualquer prática associada ao sobrenatural e à magia – ao se reafirmarem como benzedoras e principalmente por lutarem pela preservação de seu ofício, pois o veem como algo sagrado e, dessa forma, seu dever é mantê-lo vivo.

## 5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O desenvolver da pesquisa permitiu compreender a articulação e a luta das mulheres do Movimento Aprendizes da Sabedoria, bem como o processo de autoafirmação e reconhecimento dos Ofícios Tradicionais de Cura pelos órgãos administrativos. No decorrer das horas de estudo e no contato com as benzedoras, foi possível acessar o íntimo da vida dessas mulheres, uma vez que benzer ultrapassa as barreiras de um ofício, é um modo de vida.

O modo como essas mulheres articulam sua vida e o dia a dia é marcado pelo dom de benzer, “não tem dia nem hora, Deus não deixou marcado se hoje é domingo não vou benzer. A hora que vir, tá escrito na bíblia ‘bate e as portas se abrirá, procure e achará’” (CAVALHEIRO, 2020, entrevista). A fala de dona Agda deixa claro essa posição, suas vidas são norteadas pelos benzimentos e desenvolvem-se a partir destes.

Percebemos que o mundo das benzedoras é permeado por simbolismos e representações. A luta pela valorização e pelo reconhecimento desses ofícios tradicionais dá voz e visibilidade para todos aqueles que, em algum momento, foram excluídos ou marginalizados pela sociedade por praticarem rituais de cura que fugiam da lógica dos órgãos de saúde ou do catolicismo oficial.

O padre falava pro pai, porque fizeram denúncia do pai pro padre, ele veio na igreja e foram na sacristia, porque o padre tinha batizado pra fazer e o pai explicou pra ele que era espírita e isso os padres não aceitam, mas ele explicou que ele era espírita, que era ele sozinho, nem a família ele levava, se quisessem ir, iam, mas ele não incentivava, porque a mãe nunca foi de ser espírita, então o pai discutiu bastante com o padre, ai cada ele (o padre) vir na igreja dava uma falada. (VENEROSKI, 2020, entrevista).

---

<sup>5</sup> CAVALHEIRO, Agda Andrade. Entrevista concedida à Érica Karina Silva em 18 de agosto de 2020.

<sup>6</sup> Mateus 7:7-8.

APROXIMAÇÕES ENTRE PASSADO E PRESENTE:  
O PROCESSO DE LUTA PELO RECONHECIMENTO DOS OFÍCIOS TRADICIONAIS DE CURA

Dona Benedita se lembra do pai, famoso benzedor da região, morador da comunidade do Salto, o qual sofria muito preconceito por parte das autoridades da igreja, mas nunca deixou de exercer seu dom.

Nesse sentido, as reivindicações do Movimento Aprendizes da Sabedoria demonstram um árduo caminho de preconceitos percorridos até aqui – preconceitos que ainda existem, entretanto, com a mobilização das benzedoras, vêm sendo desmascarados e, através do papel de fala dessas mulheres, combatidos.

### REFERÊNCIAS

- ALMEIDA, Denner Mariano de. **A comunicação pública e o capital social do Movimento Aprendizes da Sabedoria**: da (in)visibilidade ao empoderamento. 2013, 141f. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2013.
- ALMEIDA, Paulo Roberto de. Koury, Yara Aun. História Oral e Memórias: entrevista com Alessandro Portelli. **História e Perspectivas**, Uberlândia (50): 197-226, jan./jun. 2014.
- BETHENCOURT, Francisco. **História das Inquisições**: Portugal, Espanha e Itália – Séculos XV-XIX. São Paulo: Editora Companhia das Letras, 2000.
- CAVALHEIRO, Agda Andrade. **Agda Andrade Cavalheiro**: depoimento [18/08/2020]. Entrevistadora: Érica Karina Silva. Rebouças – PR, 2020.
- CUNHA, Celina Gontijo. **A prática da benzedora**: memória e tradição oral em terras mineiras. 2018, 169f. Dissertação (Mestrado) – Universidade Estadual de Ouro Preto, Mariana, 2018.
- DUBY, Georges. **Ano 1000 ano 2000**. Na pista de nossos medos. São Paulo: Editora UNESP, 1998.
- FERREIRA, Antônio Celso. Literatura: a fonte fecunda. *In*: PINSK, Carla Bassanezi; LUCA, Tania Regina de (org.). **O historiador e suas fontes**. São Paulo: Editora Contexto, 2012.
- GLOBO RURAL. Benzedores de dois municípios do PR possuem carteirinha da Secretaria Municipal de Saúde. **GLOBOPAY**. (16:08 min.) 2007. Disponível em: <https://globoplay.globo.com/v/6265543/>. Acesso em: 18 de abril de 2021.
- IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Rebouças, Censo Demográfico – 2010**. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/pr/reboucas/historico>. Acesso em: 18 de abril de 2021.
- MASA. **Boletim informativo**: Nova Cartografia Social dos Povos e Comunidades Tradicionais do Brasil – Conhecimentos tradicionais e mobilizações políticas: o direito

de afirmação da identidade de benzedeadas e benzedores, municípios de Rebouças e São João do Triunfo. Paraná. Volume 1. Edição Especial, 2011.

MOURA, Elen Cristina de. Eu te benzo, eu te livro, eu te curo: nas teias do ritual da benzeção. **MNEME – Revista de Humanidades**, 11(29), 2011 – jan. / julho, p. 340-369. Disponível em: <http://www.periodicos.ufrn.br/ojs/index.php/mneme>. Acesso em 21 de agosto de 2020.

MURARO, Rose Marie. Prefácio. In: “**Malleus Malleficarum**: o martelo das feiticeiras” [1484]. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 1995.

OLIVEIRA, Elda Rizzo. **O que é benzeção**. São Paulo: Brasiliense, 1985.

PERROT, Michelle. **Minha história das mulheres**. 2. ed. 6. reimp. São Paulo: Contexto, 2019.

PINSKY, Carla Bassanezi (org.). **Fontes Históricas**. São Paulo: Contexto, 2008.

PINSKY, Carla Bassanezi; LUCA, Tania Regina de (org.). **O historiador e suas fontes**. São Paulo: Editora Contexto, 2012.

PIRES, João Davi Avelar. A inquisição e a feitiçaria: a ritualização do interrogatório e da tortura. **Revista História e Cultura**, Franca, v. 2, n. 3 (Especial), p. 560-573, 2013.

PORTELLI, Alessandro. História Oral e Poder. **Mnemosine**, v. 6, n. 2, p. 2-13, 2010.

REBOUÇAS. **Lei nº 1401/2010**. Disponível em: <https://leismunicipais.com.br/a/pr/r/reboucas/lei-ordinaria/2010/140/1401/lei-ordinaria-n-1401-2010-dispoe-sobre-oprocesso-de-reconhecimento-dos-oficios-tradicionais-de-saude-popular-em-suas-distintasmodalidades-benzedeados-a-curadores-costureiros-a-de-rendiduras-ou-machucaduras-eregulamenta-o-livre-acesso-a-coleta-de-plantas-medicinais-nativas-no-municipio-de-reboucas-estado-do-parana-conforme-especifica>. Acesso em: 19 de agosto de 2021.

RODRIGUES, Paulo Gelson. **Espaços praticados**: a história de Rebouças a partir do homem ordinário. Ponta Grossa: Texto e Contexto, 2021.

VENEROSKI, Benedita Hilda. **Benedita Hilda Veneroski**: depoimento [14/08/2020]. Entrevistadora: Érica Karina Silva. Rebouças (PR), 2020.

# Modernidade, Colonialidade e Guerra: conceitos para discussão das relações entre Estado e Sociedade no Brasil

*Modernity, coloniality and war:  
concepts for discussing the relations between state and society in Brazil*

ANDRÉ RICARDO BARBOSA DUARTE

Doutor em Educação pela Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG)

Professor da Educação Básica da rede municipal de Contagem (MG)

E-mail: [historiador.duarte@gmail.com](mailto:historiador.duarte@gmail.com)

---

**Resumo:** O presente trabalho parte da discussão empreendida por Espinosa (2007), que relaciona os conceitos modernidade, colonialidade e genocídio para explicar como a violência social e a política estão associadas a uma hierarquia epistêmica eurocêntrica construída na América Latina a partir da colonização. Portanto, este trabalho propõe discutir as relações entre o Estado e os grupos étnicos (europeus, afrodescendentes e indígenas) a partir do processo histórico do Brasil com o objetivo de apresentar a trajetória conflitiva entre esses grupos que teve início com o genocídio físico e epistêmico dos índios, passando pela violência e o massacre da escravidão até chegar a um regime republicano caracterizado pela segregação territorial e econômica. Pretende-se, também, estabelecer um diálogo entre a produção dos(as) autores(as) Espinosa (2007), Quijano (2005; 2007) e Mir (2004), no intuito de construir um quadro cognitivo das relações estabelecidas entre um Estado etnicista no Brasil (MIR, 2004) e os diversos atores sociais ao longo do processo histórico de constituição das desigualdades na sociedade brasileira.

**Palavras-chave:** Modernidade. Colonialidade. Guerra.

**Abstract:** The present work starts from the discussion undertaken by Espinosa (2007) that relates the concepts of modernity, coloniality and genocide to explain how social and political violence are associated with a Eurocentric epistemic hierarchy built in Latin America after colonization. Therefore, this work proposes to discuss the relations between the State and ethnic groups (European, Afro-descendant and indigenous) from the historical process of Brazil, with the objective of presenting the conflictual trajectory between these groups that began with the physical and epistemic genocide of the indigenous people, going through the violence and massacre of slavery until reaching a republican regime characterized by territorial and economic segregation. It is also intended to establish a dialogue between the production of the authors Espinosa (2007), Quijano (2005; 2007) and Mir (2004), in order to build a cognitive framework of the relations established between a State ethnicity in Brazil (MIR, 2004) and the various social actors throughout the historical process of constitution of inequalities in Brazilian society.

**Keywords:** Modernity. Coloniality. War.

---



## 1 MODERNIDADE, COLONIALIDADE, EXTREMISMO ÉTNICO E GUERRA

De acordo com Espinosa (2007), há um vínculo importante entre o discurso e as práticas civilizatórias e os valores genocidas. A autora considera esse aspecto pela persistência do racismo e do ideal de exclusão no imaginário cultural e político da sociedade colombiana. Esse argumento pode ser compreendido como a base epistêmica em que se edificou o modelo colonial na América Latina, sobretudo pela matriz em que se deu a invasão e a ocupação dos territórios pós-1492 pautada na exploração constante, no povoamento ocasional e pela categorização de raças inferiores e superiores que considera os povos que aqui habitavam como um entrave, um antagonismo ao projeto civilizador europeu. Conforme aponta Quijano (2005, p. 117),

A América constituiu-se como o primeiro espaço/tempo de um padrão de poder de vocação mundial e, desse modo e por isso, como a primeira entidade da modernidade. Dois processos históricos convergiram e se associaram na produção do referido espaço/tempo e estabeleceram-se como os dois eixos fundamentais do novo padrão de poder. Por um lado, a codificação das diferenças entre conquistadores e conquistados na ideia de raça, ou seja, uma supostamente distinta estrutura biológica que situava a uns em situação natural de inferioridade em relação a outros. Essa ideia foi assumida pelos conquistadores como o principal elemento constitutivo, fundacional, das relações de dominação que a conquista exigia. Nessas bases, conseqüentemente, foi classificada a população da América, e mais tarde do mundo, nesse novo padrão de poder. Por outro lado, a articulação de todas as formas históricas de controle do trabalho, de seus recursos e de seus produtos, em torno do capital e do mercado mundial.

A modernidade, de acordo com Hobsbawm e Ranger (1997), está associada às práticas culturais que legitimam os estados modernos e são resultantes, nos termos dos autores, de tradições inventadas na modernidade. Esses historiadores compreendem tradições inventadas como as práticas ritualísticas e simbólicas, reguladas, ou não, por instituições que cumprem o objetivo reiterar valores e normas sociais a todos os indivíduos pertencentes a uma comunidade. Os historiadores britânicos, entretanto, explicam que o termo “tradição inventada” é utilizado em sentido amplo, que inclui as tradições construídas e institucionalizadas formalmente pelos poderes administrativos e as tradições que surgiram de maneira espontânea pelas interações sociais em um determinado período, mas que se estabeleceram ao longo do tempo (HOBSBAWM; RANGER, 1997).

Espinosa (2007) apresenta o argumento de que o princípio eurocêntrico de modernidade está relacionado com a colonialidade e com o genocídio pela violência simbólica da guerra contra os grupos étnicos que são considerados antagônicos ao projeto de universal de nação, segundo os europeus.

De acordo com Mir (2004), o termo guerra deriva do germânico *werra* (grito de guerra). Esse fenômeno sempre esteve presente nas sociedades em todas as épocas e civilizações. Da civilização europeia que aportou nas terras do futuro continente

americano, a guerra foi um empreendimento colonial de conversão dos povos ao cristianismo e à imposição da civilização europeia (MIR, 2004). Isso significava, portanto, criar um novo universo de dominação composto por um quadro cognitivo moldado por uma divisão racial do trabalho (trabalhadores brancos livres/ trabalhadores não brancos escravos) e uma ordem cultural construída a partir das experiências históricas controladas pela Europa (QUIJANO, 2005). Tal aspecto produziu a ação dos europeus, que se desenvolve no fluxo da expansão do domínio colonial sobre os indígenas no avanço sobre os territórios recém-invadidos e, nesse movimento, guiado pelo extremismo étnico (MIR, 2004), produziu-se uma dinâmica ideológica de categorização dos indivíduos considerados como o outro, o diferente, o distinto, o não europeu (QUIJANO, 2005) que deveriam ser eliminados com ou sem armas.

Portanto, esse extremismo étnico – aqui compreendido como a hostilidade ao outro na perspectiva de Mir (2004), ao que é distinto, ou nos termos de Espinosa (2007) na produção da alteridade moderna que o coloca como o “outro inimigo” – alimentou os princípios pelos quais a civilização europeia decompôs uma guerra física e epistêmica pelo território americano. Uma ação de violência pública dos estados coloniais europeus pelo instituto da escravidão e da catequização que convergiu na obliteração física e cultural dos grupos indígenas e afrodescentes no percurso histórico dos países latino americanos. As sequelas que ficaram desse longo processo histórico é a manutenção de um *status* de guerra permanente do Estado contra esses grupos étnicos revelado pelos inúmeros conflitos urbanos e rurais cujas vítimas permanecem as mesmas há séculos.

## 2 ESTADO BRASILEIRO: HERANÇA CONFLITIVA E ESTADO DE GUERRA

Nesses termos, o Brasil como uma criação colonial, em tudo que se possa pesar e medir em termos de herança conflitiva, demonstra como são compatíveis os termos apresentados por Espinosa (2007). A conformação do Estado brasileiro e sua relação com os grupos étnicos teve início com o genocídio físico e epistêmico dos índios, passando pela violência e pelo massacre da escravidão dos africanos até chegar ao regime republicano democrático caracterizado pela segregação territorial e econômica. Foram cinco séculos em que se forjou um separatismo social entre as várias etnias brasileiras cuja episteme europeia de modernidade produziu, reproduziu e operou alicerçada no regime e na economia escravocrata, na segregação territorial e no descarte social (MIR, 2004).

O Estado imperial que surge após a independência em 1822 herda do período colonial o acesso restrito à posse e à propriedade da terra e uma economia apoiada exclusivamente na escravidão.

A independência era uma ideologia liberal de modernização sustentada por elite ambiciosa. Desde o período precedente à independência, ela expressa um desejo de emancipação política e étnica exclusivista. Contraditoriamente, a procura pela unidade nacional era dirigida pela aristocracia agrária com o apoio dos escravos, mestiços e

outras etnias incorporadas. A aristocracia agrária considerava a si mesma como encarnação divina e étnica da coesão do novo país. (MIR, 2004, p. 37).

Desse ponto, é mantida uma subalternização dos indígenas e afrobrasileiros que oblitera qualquer chance de realização de uma nação integradora. Afasta-se qualquer possibilidade de cooperação interétnica baseada na fraternidade e no respeito mútuo. A manutenção dessas condições na ideiação de um Estado independente coloca em vista a construção de um Estado etnicista, que é controlado por uma única etnia, nesse caso oriunda e herdeira da civilização europeia, que segue demarcando as diferenças pela violenta discriminação difundida pelo modelo escravocrata.

A episteme moderna (liberdade e progresso), que corria à larga escala no século XIX na Europa, demonstrava não combinar com a escravidão. Algo que no processo histórico de construção do Estado brasileiro demonstrou, ao contrário do que era dito e escrito, possível de combinar. Escravismo e progresso ocuparam diferentes faces de uma mesma moeda à medida que a elites liberais (urbanas) e as escravocratas coloniais (rurais) concluíram e mantiveram a escravidão com um acordo tácito, pois para ambos era precoce um “[...] processo revolucionário de poder político para a massa da população escrava” (MIR, 2004, p. 40). Os escravos eram um não europeu (QUIJANO, 2005), pela categorização racial colonial, que não poderia ser sociável, ou seja, os escravos não poderiam ser classificados nos quadros cognitivos eurocentrados de civilização como seres humanos, portanto são sujeitos não cristãos e, tampouco, cidadãos. Dessa forma, era lícita a manutenção da escravidão. Como modelo econômico, domínio social e sistema político, a escravidão está no cerne de construção da nação, da identidade, dos mecanismos de coação e humilhação, introjetados pelo projeto colonial que instaurou o binômio europeu e não europeu (QUIJANO, 2007).

O modelo econômico, apoiado na escravidão, determinou a expansão do projeto colonial pelo território e lançou as bases pelas quais se edificou o Estado. Mas esbarrou na fundação de uma sociedade moderna, à medida que essa modernidade é compreendida como a expansão do modelo comercial capitalista com o fortalecimento de um mercado interno e a integração com mercados externos. Dentro dessa perspectiva, a escravidão era entendida como um entrave à modernização, que, por sua vez, era compreendida como o atraso econômico do país em comparação com as nações europeias. Portanto, tornou-se urgente a abolição da “velha” ordem escravocrata, mas sem que isso representasse uma distribuição de poderes políticos e econômicos entre os grupos étnicos. Em resumo, a modernidade não estava agora subordinada à estruturação de uma sociedade que conforma cidadãos iguais em direitos.

A desestruturação do escravismo colonial, pós-1888, não representou a total libertação dos escravos e a ascensão de uma sociedade apoiada na justiça e na equidade social. Todo esse processo, durante o século XIX, foi um esforço ininterrupto da etnia dominante em evitar qualquer tipo de redistribuição do poder político, das estruturas econômicas ou de quaisquer outras formas de dominação, sobretudo intelectual (epistemológica) com as etnias subjugadas. Ou seja, a maior parcela da população do país permaneceria como uma criatura não humana pela degradação social imposta e sua história coletiva em tempo algum seria a história do Estado brasileiro.

MODERNIDADE, COLONIALIDADE E GUERRA:  
CONCEITOS PARA DISCUSSÃO DAS RELAÇÕES ENTRE ESTADO E SOCIEDADE NO BRASIL

Portanto, torna-se interessante verificar, na transição do Império para a República, o que Espinosa (2007) explana como “[...] relaciones entre la historia colonial y su legado racial y la historia republicana y su legado de la “fiesta de la guerra” (p. 269). Nos termos da história republicana do Brasil a guerra é representada pela segregação socioeconômica e territorial imposta aos afro-brasileiros que penaliza grandes massas urbanas, isolando-as e confinando-as em espaços infra-humanos. Trata-se de bloquear a atuação de alguns atores sociais (negros e indígenas) que poderiam demandar um lugar na sociedade e na história da nação.

Elaborado a partir do acordo entre as elites urbanas e agrárias, o Estado republicano brasileiro, como uma sucessão do Estado Colonial e Imperial, legitimou os esforços para franquear definitivamente as dimensões das relações étnicas na sociedade brasileira, baseada na hierarquização étnico-racial. Dessa forma, ao longo de nossa história, houve uma transição da sociedade escravocrata disciplinadora para uma sociedade de coerção étnica pela segregação socioeconômica e territorial imposta pelo Estado Imperial e perenizada no Estado republicano. A conservação desses aspectos provoca uma assimetria entre Estado e sociedade.

O Estado republicano não modificou as relações sociais e econômicas entre as etnias. Revelou-se um instituto para manter as experiências históricas de hierarquização étnico-racial e exclusão social. Essas experiências reconhecem apenas os membros da etnia dominante como únicos cidadãos com plenos direitos. Isso é fortemente expresso na negação e obliteração da participação política aos não proprietários, concentração de renda, não consideração à diversidade étnica e cultural, etc. Políticas públicas são elaboradas e executadas a partir de um eugenismo social para os que são considerados inferiores e incivilizados, segundo os critérios da modernidade eurocentrada.

Nesses termos, a representatividade no/do Estado estava demarcada, historicamente, pela colonialidade, pois os grupos que detinham o direito de ocupar e de exercer o poder sempre figuraram como os representantes da etnia europeia que opera sobre o território seu exclusivo monopólio sobre as riquezas econômicas disponíveis. Esse debate perpassa, portanto, pela análise apurada do território (físico e simbólico) delimitado aos afro-brasileiros e indígenas. O bloqueio à propriedade, a posse e uso das melhores terras para a agricultura e a pecuária e a moradia são evidências de quão essas etnias foram violentadas na reprodução de sua sobrevivência.

A imigração europeia, intensa e patrocinada pelo Estado, iniciado no século XIX, foi o instrumento utilizado para cumprir de forma resoluta a aniquilação física e econômica dos afro-brasileiros. Para esses imigrantes, são planejados núcleos coloniais caracterizados por grandes extensões de terras no Sul e no Sudeste, que dariam origem, no século XX, às cidades com fortes traços europeus. Essa migração europeia representou uma política do estado brasileiro no sentido de uma desafricanização da sociedade brasileira.

A destruição econômica e social dos afrodescendentes, fomentada por políticas dessa natureza, tinham como objetivo impedir a distribuição das riquezas e a inserção na memória histórica do Estado e da sociedade das etnias subjugadas. Esse projeto demonstrou-se muito bem-sucedido ao impedir a redistribuição de terras ou riquezas e ainda foi eficiente na segregação territorial e social dos afrodescendentes e indígenas.

Isso demonstra, na verdade, que os africanos e os indígenas sempre estiveram submetidos a deslocamentos forçados.

Quando o território começou a ser ocupado pelos imigrantes europeus, mais uma vez, na história, esses grupos étnicos se viram obrigados a se deslocar. São esses grupos que vão constituir a massa urbana de segregados que serão o alvo prioritário da violência estatal. Esse novo *status* segregacional irá produzir o esforço do Estado para conter o conflito urbano por intermédio de um enorme mecanismo de repressão e controle de uma ordem social, econômica e espacial que nada mais é do que uma expressão do disciplinamento territorial, produtivo, moral e político que subjaz na modernidade/colonial europeia (ESPINOSA, 2007).

Essa segregação violenta, produzida por uma lógica de guerra, de conquistar superioridade sobre o outro levado a cabo pela modernidade/colonial produz uma alta conta paga pelos afrodescendentes e indígenas. Tanto nas áreas urbanas quanto nas rurais, instalou-se, por séculos, e ainda se mantém, um conflito fomentado pela ação ou omissão do Estado. Desenvolve-se nesses locais de moradia desses grupos étnicos, que são transformados em inimigos internos, uma violenta segregação que desmantela sistematicamente e de forma irrefreável suas condições de sociabilidade e emancipação social. A desvalorização de seus territórios pela classificação de zonas de conflito, ou zonas de guerra, muito comumente observada na definição de centro e periferia – algo que a episteme eurocêntrica vem reproduzindo com bastante competência desde 1492 –, provoca a limitação ao acesso a direitos como saúde e educação, bem como reduz as condições de uma reprodução econômica digna desses grupos.

### 3 BREVES CONCLUSÕES

Modernidade, colonialidade e guerra são, no curso deste trabalho, compreendidos como um longo processo histórico que produziu segregação territorial e social dos afrodescendentes e indígenas. Esses grupos étnicos foram historicamente forçados pelo arranjo do Estado brasileiro a se deslocar tanto física quanto simbolicamente. Essa desterritorialização, usada como principal instrumento do processo civilizador eurocêntrico/moderno/colonial, produz e reproduz as condições pelas quais o extermínio físico, social e epistêmico é a principal chave de leitura para compreender como se constrói as relações entre Estado e sociedade em diferentes tempos históricos.

Esse movimento, que se deu do período colonial ao republicano, territorializou as segregações econômicas, sociais e políticas quando estabeleceu uma hierarquia social em que o europeu e o não europeu coabitam um mesmo território onde foram traçadas linhas epistêmicas para separar e dividir; cortar para quadricularizar; celularizar para englobar; segmentar para homogeneizar; individualizar para destruir alteridades e reforçar as diferenças.

Por fim, nesse breve apanhado histórico, a tentativa de promover uma reflexão e provocar a discussão do que seria esse Estado brasileiro etnicista. Talvez na compreensão mais imediata, esse conceito pode ser explicado pelas categorias de análise apresentadas pelos autores eleitos para essa discussão. Portanto, esse Estado etnicista pode estar circunscrito e ser explicado na modernidade, na colonialidade, no extremismo

étnico, na guerra. Isso colocado na perspectiva histórica – mesmo diante de um atual contexto de avanço no reconhecimento dos afrodescendentes e indígenas como sujeitos de direitos construídos pelo quadro jurídico-normativo pós Constituição de 1988 – permite compreender a sistemática reprodução do modelo social e econômico da modernidade/colonial ao longo da trajetória de construção do Estado brasileiro e nas suas relações com a sociedade. O Estado muda suas estruturas, mas não muda suas simbologias que o identificam com o passado colonial.

### REFERÊNCIAS

ESPINOSA, Mônica. Ese indiscreto asunto de la violencia. Modernidad, colonialidad y genocidio en Colombia. *In*: CASTRO-GÓMEZ, Santiago; GROSFUGUEL, Ramón. **El giro decolonial**: reflexiones para una diversidad epistémica más allá del capitalismo global. Bogotá: Siglo del Hombre Editores; Universidad Central, Instituto de Estudios Sociales Contemporáneos y Pontificia Universidad Javeriana, Instituto Pensar, 2007.

HOBBSBAWM, E.; RANGER, T. (org.). **A invenção das tradições**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1997.

MIR, Luís. **Guerra Civil**: Estado e trauma. São Paulo: Geração Editorial, 2004.

QUIJANO, Anibal. Colonialidade do poder, eurocentrismo e América Latina. *In*: LANDER, Eduardo (org.). **A colonialidade do saber**: eurocentrismo e ciências sociais. Perspectivas latino-americanas. Colección Sur, CLACSO, Ciudad Autónoma de Buenos Aires, Argentina, setembro de 2005, p. 227-278.

QUIJANO, Anibal. Colonialidad del poder y clasificación social. *In*: CASTRO-GÓMEZ, Santiago; GROSFUGUEL, Ramón. **El giro decolonial**: reflexiones para una diversidad epistémica más allá del capitalismo global. Bogotá: Siglo del Hombre Editores; Universidad Central, Instituto de Estudios Sociales Contemporáneos y Pontificia Universidad Javeriana, Instituto Pensar, 2007.

## Resenha: *Atos e entreatos de uma história*, de Consuelo Nepomuceno

ROBERTO CARLOS DOS SANTOS

Mestre em História Social pela Universidade Federal de Uberlândia

E-mail: [profrcsantos@yahoo.com.br](mailto:profrcsantos@yahoo.com.br)

NEPOMUCENO, Consuelo. *Atos e entreatos de uma história*. Patos de Minas (MG): Edição do Autor, 2021.



O livro *Atos e entreatos de uma história* foi recentemente publicado pela professora, atriz e diretora teatral Consuelo Nepomuceno e contempla o entrelaçamento das lembranças da autora com as memórias públicas sobre a sua travessia pelo universo do teatro, no interior de Minas Gerais, ao longo de cinco décadas. Trata-se de uma obra relevante como registro histórico e também como fonte primária para futuros pesquisadores, no âmbito das artes, da história e da literatura. A obra contempla 160 páginas, divididas em 19 capítulos, e é enriquecida com um acervo de fotografias sobre o qual falarei mais adiante. O afeto das memórias é conduzido, em todo o livro, sem perder de vista a cumplicidade e a ternura da relação da autora com o “colo do pai”, ou seja, no colo do artista patense Vicente Nepomuceno (1914-2019).

Consuelo Nepomuceno, há cerca de meio século, tem sua existência configurada para o ofício da arte teatral, ora atuando como atriz, ora encenando e dirigindo tragédias, musicais, comédias etc. Nesse sentido, o seu livro de memórias apresenta-nos a todos um recorte autobiográfico da professora com formação acadêmica em Biologia e mestrado em Educação, que construiu uma relação dialógica entre a sua própria vida e o fazer-se da dramaturgia, sem a mínima possibilidade de um isolar-se do outro. Oriunda de uma extensa família de acadêmicos e artistas atuantes em diferentes áreas, a autora consolidou-se como atriz e diretora de teatro, ocupando incontestável reconhecimento nos mais diversos espaços na cultura regional e local, que envolve espetáculos teatrais em cerimônias religiosas, eventos artísticos e pedagógicos em todos os níveis de ensino, apresentações em ruas e praças e em tradicionais palcos de teatros, principalmente, em Minas Gerais. Portanto, a autora apresenta de forma condensada em seu livro de memórias uma infinidade de experiências sobre a sua labuta como ativista cultural, que disponibiliza para o seu entorno comunitário o teatro como instrumento para aprofundar as nossas reflexões sobre a condição existencial. Tais relatos são instigantes e seduzem-nos para uma leitura sem interrupção, talvez porque as confidências da autora apresentam uma honestidade inigualável e corajosa, sem deixar no esquecimento eventuais erros, perdas e danos. Quedas de artistas do palco, esquecimento de textos, atraso de ônibus, doenças às vésperas dos espetáculos,

severidade de jurados, risos, lágrimas e outras situações fora do *script* são reatualizadas com um refinado humor por Consuelo Nepomuceno e ajudam na composição de um texto permeado pela afetuosidade, poder de improvisação e estímulo ao espírito de grupo.

Consuelo Nepomuceno confessa-nos que a necessidade de escrita e publicação do livro deveu-se sobretudo ao isolamento social adotado como medida de proteção contra a Covid-19. A atmosfera do distanciamento possivelmente atinge com maior intensidade as mentes dos artistas de teatro cujos corpos acostumaram-se ao deleite dos encontros nos palcos. No decorrer de toda a obra, a autora repercute a situação assustadora da pandemia e apresenta-nos dados estatísticos sobre as perdas de vidas no Brasil e no mundo. Diante do caos pandêmico ocorrido no Brasil em função da negligência, obscurantismo e posturas negacionistas de muitas autoridades públicas, a autora revela-se crítica da conjuntura política do país, dignificando o caráter contestatório das injustiças sociais que, em regra, o teatro contempla como, por exemplo, em Brecht ou Boal. Assim, a autora revela o seu espanto e estranhamento:

Mas o outro espetáculo, um espetáculo de dor continua. Hoje, 17 de julho, o Brasil tem 1.163 novas mortes em 24 horas, ultrapassando 77 mil óbitos. Os últimos dados mostram o avanço cada vez mais alarmante da doença. Estamos sem Ministro da Saúde. Esse espetáculo terá fim? (NEPOMUCENO, 2021, p. 154).

Nas memórias confidenciais por Consuelo Nepomuceno, encontra-se um vasto roteiro de suas incontáveis viagens com as respectivas peças teatrais por várias cidades: Juiz de Fora, Teófilo Otoni, Ubá, Passos, Conselheiro Lafaiete, Uberlândia, Congonhas, Araguari, Recanto das Emas (DF), em outras. As peças vinculadas à história da autora recuperam textos originais ou adaptações de clássicos da dramaturgia e da literatura como, por exemplo, *Testemunha de acusação* (Agatha Christie), *Pigmaleoa* (Millôr Fernandes), *O milagre de Anne Sullivan* (William Gibson), *Escola de Mulheres* (Jean-Baptiste Poquelin, Molière), *O embarque de Noé* (Maria Clara Machado), *Auto da compadecida* (Ariano Suassuna), *Édipo Rei* (Sófocles), *Auto da barca do inferno* (Gil Vicente), *Sonho de uma noite de verão* (Shakespeare), *Pedreira das Almas* (Jorge de Andrade), *A bicicleta do condenado* (Fernando Arrabal), *Decamerão* (Giovanni Boccaccio), *O submarino* (Miguel Falabella), *A grande estiagem* (Isaac Magalhães de Albuquerque Gondim Filho) e outros. No rol das peças que tiveram a participação de Consuelo Nepomuceno, obviamente, há outras tantas escritas pelos seus conterrâneos, autores de Patos de Minas. Além disso, obras de grandes escritores e poetas brasileiros como Vinícius de Moraes, Carlos Drummond de Andrade, Adélia Prado, Maura Lopes Cançado (*Hospício é Deus*), Wilson Pereira (*Pé de poesia*) e Machado de Assis (*O alienista*) tiveram espaço privilegiado em várias montagens das peças de teatro da autora.

Aspecto merecedor de atenção privilegiada no livro é o conjunto de aproximadamente noventa fotografias, que dialogam intimamente com o texto e fornecem aos leitores e leitoras um excelente diário de bordo sobre a relação entre a autora e a história do teatro em Patos de Minas (MG). Esse inventário imagético compõe uma gramática que ilumina determinadas passagens das memórias da autora com



bastante esmero, além de permitir-nos uma completa imersão nas suas confissões<sup>1</sup> de cunho autobiográfico.

Os registros fotográficos do livro, além da relação dialógica harmoniosa com o texto escrito, fornecem um testemunho histórico sobre o frenesi cultural e artístico experimentado por Consuelo Nepomuceno na cidade de Patos de Minas (MG), especialmente nas décadas de 1970, 1980 e 1990. Nota-se que a seleção das fotografias foi criteriosa e adequadamente distribuída por toda a obra.

A história das imagens no Ocidente permite-nos reconhecer que Platão (427-348 a.C.), na *Alegoria da caverna* associava-as à insignificância e à efemeridade dos sonhos. Honoré de Balzac (1799-1850), por sua vez, tinha pavor em ser fotografado. Até mesmo Marcel Proust (1871-1922), na sua volumosa obra *Em busca do tempo perdido*, apresenta algumas passagens em que os “retratos fotográficos” são adjetivados de forma depreciativa e vistos como algo destituído de conexão com o passado. Todavia, não podemos negar que atualmente vivemos num mundo-imagem:

Os poderes da fotografia, de fato, têm desplatonizado nossa compreensão da realidade, tornando cada vez menos plausível refletir nossa experiência à luz da distinção entre imagens e coisas, entre cópias e originais. Condizia com a atitude depreciativa de Platão no tocante às imagens associá-las a sombras – transitórias, minimamente informativas, imateriais, impotentes copresenças das coisas que as projetam. Mas a força das imagens fotográficas provém de serem elas realidades materiais por si mesmas, depósitos fartamente informativos deixados no rastro do que quer que as tenha emitido, meios poderosos de tomar o lugar da realidade – ao transformar a realidade numa sombra. As imagens são mais reais do que qualquer um poderia supor. E só por constituírem uma fonte ilimitada, que não pode ser exaurida pelo desgaste consumista, há uma razão tanto maior para aplicar o remédio conservacionista. Se pode haver um modo melhor para o mundo real incluir o mundo das imagens, vai demandar uma ecologia não só de coisas reais mas também de imagens. (SONTAG, 2004, p. 196).

Em *Atos e entreatos de uma história*, a relação de fotografias revela a acuidade do olhar da autora em trazer para os anais dos registros históricos e memorialísticos acontecimentos dignos de serem lembrados pelas próximas gerações, ou seja, eternizar aquilo que não deve cair nas águas do rio do esquecimento (*Léthê*), das sombras ou da morte. Dessa forma, o espírito da preservação da memória (*Mnemosyne*) projeta-se na verdade (*Alètheia*) que emerge dos relatos das lembranças prodigiosas da autora e faz do livro uma referência como fonte primária para o desenvolvimento de pesquisas nas áreas da história, literatura e artes, independentemente de recortes locais, regionais ou nacionais.

Considerando que o universo da produção teatral originariamente possui uma natureza dialética, insurgente e revolucionária, o livro relembra-nos a todos aspectos da

---

<sup>1</sup> *As confissões* é o título da primeira autobiografia da história, escrita pelo teólogo e filósofo africano Santo Agostinho (354-430).

repressão cultural que se instaurou no Brasil por vinte e um anos, decorrentes da ditadura civil-militar (1964-1985). Enquanto no eixo Rio-São Paulo o Teatro de Arena e o Teatro Opinião sofriam com os rigores da censura do regime militar, no interior de Minas Gerais a trajetória da autora não ficou alheia a essa traumática experiência repressiva e revela-nos o seguinte:

O CET sempre foi um núcleo de montagens de peças – algumas brilhantes, significativas, emblemáticas. Duas me vêm agora à memória: *A cidade do absurdo* e *O milagre de Anne Sullivan*. *A cidade do absurdo* é um texto de Romero Nepomuceno, escrito quando ele tinha 16 anos. Na época, todas as peças, infantis ou não, deveriam ser enviadas para a censura federal a fim de serem avaliadas e ajuizadas formalmente com um documento de declaração permitindo a veiculação da obra cultural. *A cidade do absurdo* foi censurada: 18 anos. Foram achados argumentos supostamente comunistas. Algumas frases foram censuradas, vieram com a tarja preta. O Dops (Departamento de Ordem Política e Social), órgão do governo brasileiro, tinha a função de assegurar e disciplinar a ordem entre os artistas e o povo. O Dops marcou data para assistir ao ensaio geral; o objetivo era conferir a retirada dos trechos marcados com uma tarja preta. O ensaio transcorreu tranquilamente. E acreditando que o pessoal do Dops tivesse ido embora, no dia da apresentação, as falas não foram retiradas; o texto foi dito na íntegra. Isso rendeu um grande problema. Para o grupo não ser preso, foi necessário o apoio de um advogado e de amigos. O padre Almir Neves de Medeiros ou o bispo Dom Jorge Scarso, não me lembro qual deles, intercedeu a nosso favor. (NEPOMUCENO, 2021, p. 31).

Teatro não se faz por puro empirismo e, por isso, requer aportes teóricos constantes, ou seja, uma prática de formação continuada. Com esse propósito, o livro revela algumas passagens da autora que tiveram como interlocutores com propósitos de debates e estudos alguns artistas e intelectuais: Paulo Autran (ator, 1922-2007), Moacir Laterza (Professor-UFMG, 1928-2004), Adélia Prado (poeta) e Narciso Teles (Professor-UFU). Além disso, a formação de Consuelo Nepomuceno contemplou também estudos sobre grandes referências do teatro como Stanislavski, Brecht, Beckett, Grotowski etc. Se Stanislavski valorizava a aproximação entre ator e personagem para produzir uma empatia com o público, Brecht protestava para que o ator não se anulasse diante do personagem.

Em situações específicas, o teatro pode ser entendido como contracultura, ou seja, propõe debates inusitados e inovadores sobre fundamentos da civilização ocidental como, por exemplo, a sexualidade, a ciência, a religião etc. É provável que essa característica do “fazer teatral” cause bastante incômodo no poder público e nas instituições, em geral. O teatro atemoriza o *statu quo* e os espaços marcadamente conservadores e provincianos, além de insurgir-se contra o *establishment*. Não há dúvidas de que o teatro é uma possibilidade de se ler a contrapelo os processos históricos, pois todas as pessoas envolvidas com a dramaturgia, inclusive a plateia, ampliam e verticalizam o repertório e a formação cultural. A historicidade do teatro é constantemente redefinida pelos recortes das temporalidades múltiplas e também por

suas respectivas espacialidades. Por isso, deve-se alertar sobre as especificidades das leituras sobre os processos históricos que envolvem o teatro. Tal advertência é-nos ratificada no texto da orelha do livro, escrita pelo prof. Luiz Humberto Arantes (UFU).

A leitura atenta da obra em questão oferece um panorama do teatro como aprofundamento sobre a condição humana, entre aproximações e distanciamentos, com os processos históricos. Pela mediação do teatro é permitido poetizar a vida, radicalizar a existência e imprimir vigor à politização. Infelizmente, a prática teatral de Consuelo Nepomuceno faz emergir também, em alguns momentos, o menosprezo do poder público e institucional pela cultura e pelas artes. Muitas vezes, faltou-lhe o orçamento necessário e justo, mas, mesmo assim, as peças foram realizadas com toda dignidade.

É possível perceber no texto a aceleração gradativa do tempo ao longo das cinco décadas recortadas por Consuelo Nepomuceno. Esse fenômeno identificado nas narrativas da prodigiosa memória da autora revela a sintonia entre seu envolvimento com teatro e as mudanças tecnológicas e culturais ocorridas nesse período. Foi uma época em que as pessoas ampliaram o conjunto de atividades cotidianas e, ao mesmo tempo, em que surgiram e se popularizam outras formas de lazer (TV, videogames, computadores pessoais e shopping-centers e celulares) descompromissadas com a crítica social, o que contribuiu sobremaneira para uma possível despolitização no país. No período pós-1964, com o êxodo rural<sup>2</sup>, a urbanização, a industrialização, a efetivo ingresso de mulheres, negros e estudantes no ativismo político, toma fôlego no Brasil uma modernização conservadora, excludente e concentradora de rendas. Esse fenômeno amplifica o número e o tamanho das favelas, permite o crescente acúmulo de terras nas mãos de latifundiários e oferece empregos nas cidades, em regra degradantes, às pessoas procedentes do campo. Todavia, o período da ditadura civil-militar brasileira com as respectivas práticas de repressão truculenta e censura paradoxalmente foi um tempo de efervescência cultural em muitos segmentos das humanidades e das artes.

Ainda que sob forte abafamento político no país, vivemos, ao mesmo tempo e contraditoriamente, um período de florescimento cultural e intelectual em muitos campos, como na música e no teatro, o que explica, em grande parte, pelo próprio crescimento urbano-industrial, pela expansão do mercado editorial, publicitário e artístico, pelo desenvolvimento das telecomunicações em todo o país e, especialmente, pelo relativo fortalecimento econômico das camadas médias. (RAGO, 1999, p. 73).

A escrita da autora da obra em análise revela a mudança dos ritmos mais lentos da tradição em ritmos mais frenéticos da modernidade ou da pós-modernidade. O espaço que funciona como pano de fundo nas lembranças de Consuelo Nepomuceno é a cidade de Patos de Minas (MG), que sofreu, nos últimos cinquenta anos, profundas transformações devido a um brusco e indócil processo de modernização, inserido no embate entre tradição e modernidade. A autora relembra a existência de quatro cinemas em funcionamento na cidade com os respectivos palcos adequados para apresentação

---

<sup>2</sup> Na década de 1970, a população brasileira urbana superou o número de habitantes que residiam no meio rural.

de peças teatrais: Cine Olinta, Cine Tupã, Cine Garza e Cine Riviera. Não há dúvidas de que o teatro é um dispositivo artístico capaz de contribuir sobremaneira para construção das identidades nacionais, regionais e locais. As duas últimas décadas descritas no livro remetem-nos à ideia de velocidade e efemeridade, lembrando-nos as propostas analíticas de Bauman sobre a modernidade líquida (BAUMAN, 2001). As sociabilidades transformam-se e permitem o surgimento contínuo de novas configurações de tempo e espaço. Portanto, a autora teve esse mérito de inscrever meticulosamente no seu texto, ora de forma subsumida, ora mais evidente, o torpor social causado pela intensificação da velocidade e tecnologização do cotidiano profissional e doméstico, em quase todo o planeta, nos últimos cinquenta anos.

Após uma leitura atenta da autobiografia de Consuelo Nepomuceno, *Atos e entreatos de uma história*, restará aos leitores e leitoras a admiração incontestada pela sua “l-ab-uta” ao lado do teatro para alcançar o seu objetivo maior: devotar a própria vida inteiramente ao universo teatral com a certeza de que isso é o que importa em grande medida.

### REFERÊNCIAS

BAUMAN, Zigmunt. **A modernidade líquida**. Rio de Janeiro: Zahar, 2001.

NEPOMUCENO, Consuelo. **Atos e entreatos de uma história**. Patos de Minas (MG): Edição do Autor, 2021.

RAGO, Margareth. A “nova” historiografia brasileira. **Revista Anos 90**. Porto Alegre, n. 11, julho de 1999, p. 73.

SONTAG, Susan. Mundo-imagem. *In*: SONTAG, Susan. **Sobre a fotografia**. São Paulo: Companhia das Letras, 2004, p. 167-196.